"É COMO PERDER UM ENTE QUERIDO"

Histórias de rio e de mar das populações atingidas pelo desastre da Samarco

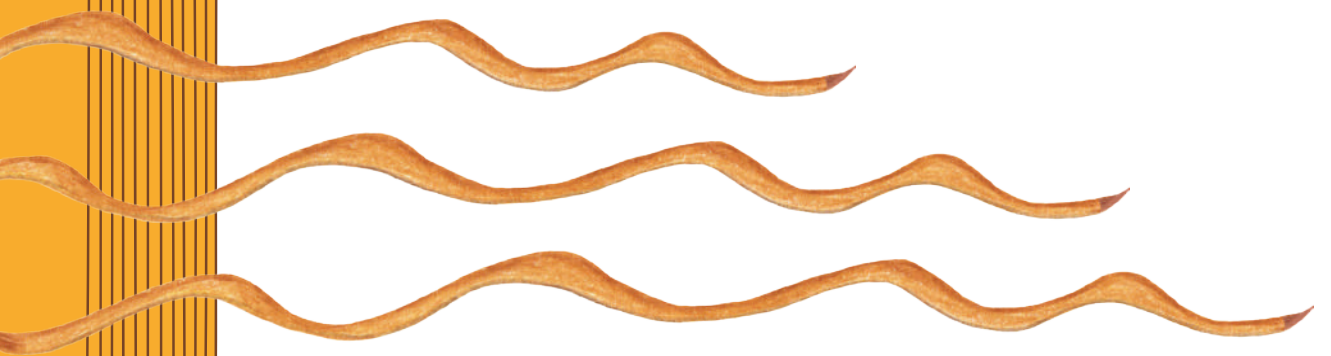


FGV EAESP
CENTRO DE ESTUDOS EM SUSTENTABILIDADE

HUCITEC EDITORA

“É COMO PERDER UM ENTE QUERIDO”

Histórias de rio e de mar das populações atingidas pelo desastre da Samarco



© Direitos autorais, 2025, de Fundação Getulio Vargas (FGV SP)

© Direitos de publicação reservados por

Hucitec Editora Ltda.
Rua Dona Inácia Uchoa, 209
04110-020 São Paulo, SP.
Telefone (55 11 3892-7772)
www.lojahucitec.com.br

Depósito Legal efetuado.

Direção editorial: Mariana Nada

Produção editorial: Kátia Reis

Assessoria editorial: Mariana Terra

Circulação: Elvio Tezza

Centro de Estudos em Sustentabilidade (FGVces) da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV EAESP)

Av. 9 de Julho, 2029 - 11º andar 01313-902 São Paulo - SP
Telefone (55 11 3799-3799)

www.fgv.br/ces

Capa: Lalo de Almeida

Projeto gráfico e diagramação: Flávia Ferreira Grosso

Apresentação: Mario Prestes Monzoni Neto

Pesquisa:

Adriana de Paula Cavalcante Fraga
Ana Carolina Araújo Fernandes
Ana Clara Candido Costa
André Carvalho
Bruno Neris Basto
Carolina Ribeiro Araújo
Carolina Ximenes de Macedo
Carina Sernaglia Gomes
Cintia Messias Dall'Agnol
Daniel Rondinelli Roquetti
Doraci Cabanilha de Souza
Fernanda Pinheiro da Silva
Graziela Donário de Azevedo
Haydée da Cunha Frota
Isabella Cruvinel Santiago
Jaqueline de Oliveira e Silva
José Agnello Alves Dias de Andrade
José Del Ben Neto
Léa Lameirinhas Malina
Leticia Ferraro Artuso
Luísa Valentini
Luís Pedro Silva Moreira
Marcela Elena Varconte
Marcos Dal Fabbro
Maria Letícia de Alvarenga Carvalho
Maria Patrícia da Silva
Mariana Luiza Fiocco Machini
Mario Monzoni Neto
Marina Borges dos Santos
Miria Rodrigues Alvarenga da Silva
Natalia Lutti Hummel Wicher
Rafael Mantarro de Carvalho
Roseli Bueno de Andrade
Taís Helena da Silva Teodoro

F811 Fraga, Adriana de Paula Cavalcante.
É como perder um ente querido : histórias de rio e de mar das populações atingidas pelo desastre da Samarco / Adriana de Paula Cavalcante Fraga … [et al.]. – 1ª ed. – São Paulo : Hucitec ; FGV EAESP, 2025. – 133 p. : il. ; 24 cm.

Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-8404-544-0

1. Mineração - aspectos socioambientais. 2. Desastres socioambientais - Brasil. I. Loose, Eloisa Beling. II, Andrade, José Agnello Alves Dias de. III. Malina, Léa Lameirinhas. IV. Dal Fabbro, Marcos. V. Carvalho, Maria Letícia de Alvarenga. VI. Machini, Mariana Luiza Fiocco. VII. Título.

CDD 363.7098151

Ficha catalográfica elaborada por Camilla Castro de Almeida CRB-7/7400

"É COMO PERDER UM ENTE QUERIDO"

Histórias de rio e de mar das populações atingidas pelo desastre da Samarco

ADRIANA DE PAULA CAVALCANTE FRAGA

ELOISA BELING LOOSE

JOSÉ AGNELLO ALVES DIAS DE ANDRADE

LÉA LAMEIRINHAS MALINA

MARCOS DAL FABBRO

MARIA LETÍCIA DE ALVARENGA CARVALHO

MARIANA LUIZA FIOCCO MACHINI

FGV EAESP
CENTRO DE ESTUDOS EM SUSTENTABILIDADE

HUCITEC EDITORA



Foto: Lalo de Almeida. Formação do Rio Doce

[sumário]

7 PREFÁCIO

15 APRESENTAÇÃO

19 CAPÍTULO 1: ROMPIMENTO
"A água limpa na frente e a morte caminhando atrás"

31 CAPÍTULO 2: RISCO
"Tava todo mundo com a sua vida, a gente não pensava que essa lama ia chegar arrastando tudo"

39 CAPÍTULO 3: TRAUMA
"Fiquei com tanto medo que não dormia. De lá pra cá teve outro rumo de vida"

47 CAPÍTULO 4: TRANSFORMAÇÃO
"A gente foi nascido e criado na beira desse rio lindo e em três dias viu o rio morto. Hoje em dia a gente nem gosta de chegar perto"

57 CAPÍTULO 5: RUÍNA
"Eu continuo amigo do rio Doce, mas ele não é o mesmo amigo que colocava o pão na minha mesa, ele foi assassinado"

67 CAPÍTULO 6: CONTAMINAÇÃO
"A lama não acabou ainda não, o veneno continua descendo"

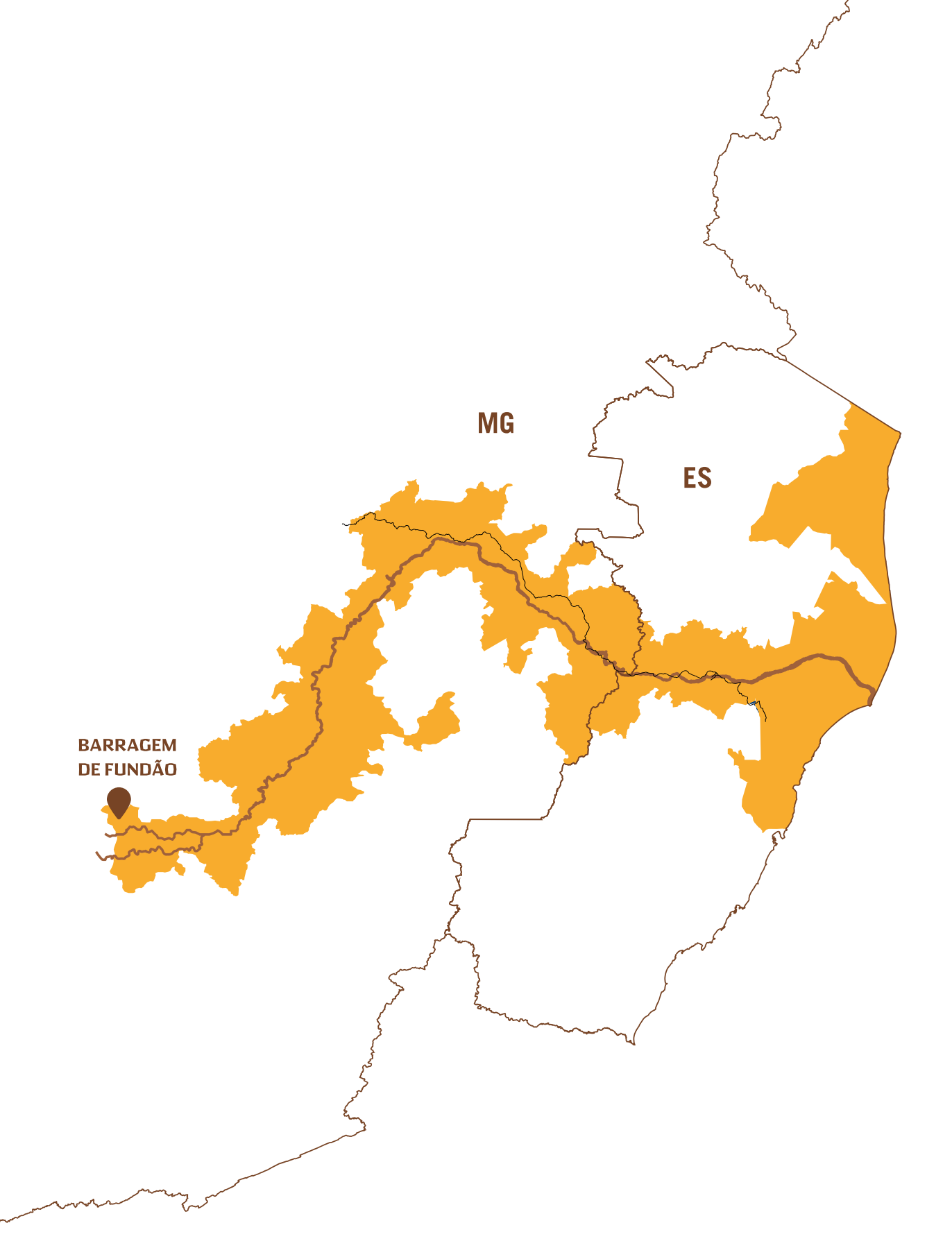
77 CAPÍTULO 7: ADOECER
"Ficamos doentes junto com os peixes. Quantas pessoas estão doentes pelo contato com a água? Quantas estão doentes psicologicamente?"

89 CAPÍTULO 8: DESTERRITORIALIZAR
"O rio [e o mar] é nossa casa, nosso lar, nossa essência tá ali. Abandonar tudo que você ama porque não pode usufruir daquilo é terrível"

101 CAPÍTULO 9: INJUSTIÇA
"A gente acorda com esse problema do desastre, dorme com esse problema, sonha durante a noite e tem pesadelos"

117 CAPÍTULO 10: ESPERA
"A chegada da lama matou sonhos, matou esperanças"

126 REFERÊNCIAS


MG
ES
BARRAGEM
DE FUNDÃO

[prefácio]

Este prefácio mescla histórias de diferentes territórios atingidos e foi escrito coletivamente por: **José Pavuna Neto**, atingido do município de Tumiritinga (MG); **Luciana Souza de Oliveira**, atingida de Regência, município de Linhares (ES); **Maria das Graças Cruz Siríaco**, atingida do município de Resplendor (MG); **Marlene Imaculada Carlos**, atingida do município de Marliéria (MG); **Olindina Serafim**, atingida da comunidade quilombola de São Domingos, no território de Sapê do Norte em Conceição da Barra (ES); **Simone de Fátima Nunes**, atingida do município de São José do Goiabal (MG).

"A Esperança tem duas filhas lindas: a INDIGNAÇÃO e a CORAGEM. A INDIGNAÇÃO nos ensina a não aceitar as coisas como estão; a CORAGEM, a mudá-las."

Santo Agostinho

Estamos iniciando uma viagem bem diferente, em tempo tenso e nervoso, logo, nada divertida. Em nossa bagagem levamos marcas físicas e emocionais do desastre ocorrido em Mariana (MG), no dia 5 de novembro de 2015, o maior dos tempos atuais. Em nosso roteiro, por toda bacia do rio Doce, há algumas paradas para ouvir lamentos, minimizar sofrimentos, enxugar lágrimas e projetar o futuro.

Chegava de mais um turno de trabalho às 22h50min, quando liguei a televisão e vi a notícia do rompimento da Barragem em Bento Rodrigues. Só depois começariam a usar o termo "Barragem de Fundão/Mariana". A notícia trazia imagens de um pequeno grupo de trabalhadores da Vale S.A. dentro de um caminhão tentando fugir do tsunami de lama que corria impiedosamente na direção deles. Entre gritos de horror e medo, alguém gravava. Isso chocou porque ali, naquele momento, entendi que algo de uma extensão destruidora e imensurável havia ocorrido e ainda não terminara. O silêncio que se seguiu foi incômodo. Ninguém sabia explicar o porquê da barragem ter se rompido. Tínhamos barragens?

Não uma, nem duas, mas várias, e todas com riscos iminentes de rompimento. O capitalismo selvagem, a ganância, o descaso dos governantes com seus órgãos de fiscalização sucateados e sem efetivo humano, a falta de informações para as populações ribeirinhas, que não conseguiam alcançar as ferramentas jurídicas e midiáticas para se autopreservarem e defenderem seu *modus vivendi*, talvez revelem os motivos do crime que assolou o grande *Watu*, a grande vítima! É preciso dizer crime, pois o rompimento foi uma tragédia anunciada que se concretizou, trazendo consigo a morte, a destruição, a desolação, a insegurança hídrica e alimentar e, principalmente, abalando as relações interpessoais construídas por séculos de convivência comunitária.

Foram milhões de metros cúbicos de rejeitos tóxicos espalhados por uma calha de mais de 660 Km de extensão – esses dados consigo de fato mensurar.

De Mariana (MG), onde fica Bento Rodrigues, a Regência (ES) na foz do rio Doce – com toda a desigualdade expressa na pobreza e riqueza, evolução e atraso, progresso e subdesenvolvimento, divisões sociais em meio à crise que povoa noticiários, deixando-nos com a impressão de que o fim do mundo é iminente – tornamo-nos uniformes e interdependentes.

Nas comunidades do território quilombola de Sapê do Norte (ES) a vida ficou muito mais difícil após o rompimento das barragens em Minas Gerais. Em 2015, da barragem do Fundão em Mariana, de propriedade da Samarco, Vale S.A. e BHP Billiton. Em 2019 no complexo Córrego do Feijão, em Brumadinho, de propriedade da mesma Vale S.A. As barragens romperam devido à negligência e descaso das empresas com a manutenção das suas estruturas, assumindo riscos para os seus próprios funcionários, as comunidades próximas e o meio ambiente. No Sapê do Norte tudo foi atingido, em especial o nosso modo de vida e as nossas condições de trabalho e renda. Os quilombolas que vivem da pesca e do artesanato encontraram muita dificuldade para sua subsistência. Aqueles que produziam alimentos cultivados às margens dos rios e córregos também tiveram dificuldades para manter suas tradições familiares, de saúde e religiosidade.

Esse rompimento veio trazendo um mar de lama, poluindo toda nossa fonte de riqueza e felicidade. Agora nada se tem. A pescaria foi proibida. O rio Doce está abandonado há mais de nove anos.



Foto: Lalo de Almeida. Município de Mariana/MG

Em Marliéria (MG), quando aconteceu esse rompimento, achávamos que não éramos atingidos, mas isso era falta de informação. Não só em Marliéria, mas em muitos outros lugares isso aconteceu. No nosso entendimento, atingido e atingida eram só aquelas pessoas que tinham a lama chegando na porta das suas casas.

Com o passar do tempo, um grupo de advogados chegou dizendo que a gente se enquadrava como pessoas atingidas. A nossa comunidade é cercada por um ribeirão, ele é afluente do rio Doce, e não tínhamos o entendimento de que os rejeitos alcançavam a água do ribeirão, prejudicando a gente. Antes dos advogados chegarem aqui já havíamos notado diferenças: caramujos que passaram a existir, frutas pararam de dar, os pés de coco deixaram de produzir, as árvores passaram a dar muita ferrugem. O mau cheiro! Às vezes você faz um poço e a água não dá para usar. Morreram muitos peixes, patos, em tudo que tinha acesso à água a mudança foi sentida. Demorou um ano para entendermos. A horta comunitária acabou. Depois dessa tragédia não tem mais

aquela qualidade que existia antes. Buscávamos entender por que isso estava acontecendo, mas não conseguíamos assimilar.

Nós não sabíamos que uma barragem da Vale S.A., uma vez rompida, destruiria toda uma vida, tanto do povo quanto do rio e animais, acabando com nosso vale. Eu, com 58 anos, nunca tinha ouvido falar que uma barragem poderia destruir tanto! Na escola nunca falaram que isso era possível. Os governantes esconderam do povo essa ameaça.

Nunca tinha ouvido falar que uma barragem poderia destruir tanto! Na escola nunca falaram que isso era possível. Os governantes esconderam do povo essa ameaça.

Somos uma comunidade bem humilde e simples. Na comunidade, a única coisa de boa que tinha era o rio Doce, nele tinha várias fontes de sobrevivência, como pescar para consumo e venda, e, às vezes, até trocava por algo que não tinha em casa. Finais de semana, a alegria era garantida, pois todos iam para rio. Era uma fonte de lazer, pois quem conhece Biboca (MG) sabe o que temos ali de diversão. Jovens e crianças com os pais passaram muitos finais de semana se divertindo nesse rio.

O Cachoeirinha, por sua vez, é uma comunidade pequena, um projeto de reforma agrária desde 1993. O rio é o combustível que move os nossos negócios, pois temos 69 hectares irrigados com água do rio Doce. Somos originalmente 33 famílias assentadas em 406 hectares. Destes, 89 estão à margem do rio Doce. Hoje os nossos filhos cresceram, casaram e moram no próprio lote, e nos tornamos uma comunidade com mais de 110 famílias. O rio era fonte de renda, tanto para a irrigação quanto para a pesca, tanto para o consumo quanto para a venda. Isso acabou com a chegada da lama. Nossa vida tornou-se muito pior, pois as nossas atividades pararam, não podíamos irrigar e produzir. Como alimentar nossas vacas, como tirar leite, como produzir hortifrúti para atender o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e também nossa alimentação? Como viver esse novo tempo: a miséria? Onde tínhamos fartura, agora não temos nada! Todos foram pegos com esse crime.

Nossa comunidade é bem próxima do Parque Estadual do Rio Doce, somos separados apenas por um ribeirão. Todo o pessoal da região foi atingido. Nossa atividade é a agricultura familiar, a gente vive disso, nossa renda vem disso. Temos aqui muitos jovens, muitas crianças, muitos idosos, todos atingidos. Depois desse rompimento teve muito adoecimento, várias doenças que não existiam antes apareceram. Eu acho que tem alguma coisa a ver, porque a gente tem o contato direto com a água. Temos um quadro muito maior de pessoas com sintomas de depressão, porque não podemos mais fazer o que fazíamos antes.

Quando olhamos para os quilombolas atingidos, é importante dizer que são negros e negras rurais ou urbanos que constroem o patrimônio brasileiro, vivem em seus territórios ou saíram do território por necessidade, mas mantêm seu pertencimento étnico na relação com os antepassados. Estão conscientes de seus direitos garantidos de acordo com o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal de 1988: “Aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.”

No Sapê do Norte, os quilombolas são conscientes de que o território lhes pertence de fato e de direito, desde a chegada de seus antepassados que resistiram e trabalharam coletivamente nas terras, produzindo cultivos tradicionais variados tais como a mandioca, aipim, farinha, beiju, mamão, abóbora e artesanatos. Cuidaram e reflorestaram a Mata Atlântica, os rios e os córregos, como garantia de sua sobrevivência, celebrando a nossa cultura, preservando a natureza. Nossa luta se afirma e se concretiza no entendimento e no sentimento de garantir que o território pertence aos quilombolas, que nele querem viver e passar para as gerações futuras. Somos 32 comunidades e seus núcleos familiares buscam manter as mesmas tradições e modos de vida com base na ancestralidade de matriz africana.

Todos somos passageiros deste trem da história. Usufruíamos da água do rio Doce para beber, fazer higiene, regar plantas, dessedentar animais, além de ser fonte de lazer e de trabalho para muitos. Somos branco(a)s, indígenas, negro(a)s, poetas, artistas, professore(a)s, estudantes, pescadore(a)s amadore(a)s e profissionais, lavadeiras, comerciantes, produtore(a)s rurais, enfim, todos que vivem ou sobrevivem em lugares banhados pelo rio Doce, desde a nascente à sua foz.



Foto: Lalo de Almeida. Município de Tumiritinga/MG

Atemorizadas, pessoas enlouquecem, ficam estressadas, buscam na religião e no misticismo o amparo que precisam nessa nova sociedade complexa. Da janela, olhamos estarrecidos para as montanhas, as águas, as ilhas, as fazendas, os animais... Tudo tão sombrio! Somos quilombolas, indígenas, garimpeiro(a)s, ribeirinho(a)s, surfistas, pessoas comuns, mulheres que embalavam seus filhos ao som da maré do rio, lavadeiras que faziam de varal pedras e margens do rio, artesã(o)s, agricultore(a)s e tantos outros e outras que dependiam do rio para viver e sobreviver.

Assim, perdemos nossa individualidade. Movidos por empatia e solidariedade, nosso pensar e fazer tornaram-se coletivos. Tornamo-nos conhecidos por "atingidos por barragens". É importante ouvir as comunidades atingidas, porque é uma troca de conhecimento. Quando escutamos outra comunidade que passou pelo mesmo que nós, entendemos que não estamos errados. No início, tínhamos muitas dúvidas – a troca de experiências e de conhecimentos então, é muito importante. Com esse livro, em 10, 20, 30 anos, essa história não será esquecida. Nossos netos e bisnetos devem saber o que era antes, como era nossa vida, o que era tomar um banho num ribeirão. Eu acho que daqui a alguns anos a gente vai falar de uns peixes que não irão existir mais, porque foram extintos pela lama. É muito importante esse registro, esse livro deve estar dentro das salas de aula, fazendo parte da história.

Importa dizer que as populações atingidas não estão sendo ouvidas da maneira devida pelo processo de reparação. Não estão sendo assistidas. Nossa comunidade aqui não está sendo ouvida de jeito nenhum! Hoje ninguém nos procura mais, não temos a atenção que deveríamos. Nós estamos contando o que nós estamos vivendo, estamos falando da realidade que estamos vivendo, na nossa linguagem, e não na linguagem de alguém que fala muito bem. É importante saber que vocês estão ouvindo a gente da maneira como falamos. Não tem que falar bonito, a importância é estarmos falando por nós mesmos.

Importa dizer que as populações atingidas não estão sendo ouvidas da maneira devida pelo processo de reparação.

Quando é uma coisa inventada, você pode nem lembrar mais daqui a algum tempo. Mas quando é algo vivido, em qualquer momento que alguém vier me fazer uma pergunta, contarei tudo novamente. Você não esquece o que você viveu.

Só tentativas de reparar, mas, na verdade o que eles fizeram é uma covardia com a comunidade. Pagam algumas pessoas com o auxílio financeiro e muitas estão há mais de nove anos em espera. O tal sistema que veio para reparar ainda deixa várias pessoas na espera, mero descaso, sendo que a própria Fundação Renova tem como saber quem está na comunidade e, mesmo assim, se nega a reparar.

Dois mil e vinte e cinco! Lá se foram mais de nove anos e ainda continua essa luta por um rio novo, saudável como era antes, que se encontra na mesma situação, abandonado. Triste demais! Somos impactados, e segundo o Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC), com suas 260 cláusulas, somente uma, a de número 11, ressalta que existimos e podemos "participar". Por agora, após nove anos de desmandos de vários atores, entendemos que este crime atingiu nossa essência, nossa história, nossa relação intrínseca e sinestésica com o rio Doce. Somos muitos e não estamos só. Nos declaramos **ATINGIDOS** & **ATINGIDAS**.

Com auxílio da força tarefa do Ministério Público Federal (MPF), tecemos uma rede de apoio necessária para o olhar jurídico, articuladora para ressignificar estes embates, para manter nossas memórias vivas, para que os jovens saibam de onde eles vêm, para a luta continuar, porque de fato toda essa tragédia está longe de findar. E, embora o tecido social e comunitário esteja rasgado, nossa luta precisa transpassar os obstáculos postos e perpetuados em uma política de exclusão para a efetivação dos direitos dos atingidos, para que seja fortalecida e continuada por aqueles que virão depois.

Estamos abrindo nossos espaços de fala, seja nas Câmaras Técnicas, no CIF (Comitê Interfederativo), nos movimentos sociais, nas universidades ou nas diversas reuniões cujos temas sempre pertinentes nos ajudam a embasar nossos argumentos. Estamos pavimentando com os rejeitos de minério nossa caminhada, pois nessa luta ninguém larga a mão de ninguém. Estamos firmes, aguerridos para que os jovens não sofram tanto preconceitos e críticas por serem vítimas vivas de uma tentativa da erradicação de sua história e violação de seus direitos universais.

Hoje vejo que precisamos lutar para tornar pública toda forma de ameaça que pode matar nossas comunidades. Não podemos mais aceitar ser descartados por grandes empresas. É preciso buscar uma convivência com a mineração. Os ribeirinhos têm o direito de morar nas margens do rio e, se a mineradora o destrói, ela tem que pagar. O meu objetivo como atingido é buscar



Foto: Lalo de Almeida. Município de Tumiritinga/MG

compensações para todos, não podemos ser uma comunidade sem futuro. O futuro depende de todos nós envolvidos, atingidos ou não. Neste contexto, a comunicação assertiva deve ser transversal, as comunidades precisam ser de fato ouvidas – inclusive, tudo que deu "certo" nas ações da Fundação Renova foi a partir das escutas dos territórios atingidos.

É fundamental ter um espaço para a escuta das comunidades quilombolas, para expor as suas vulnerabilidades em razão, entre outros fatores, do racismo estrutural e institucional que as colocam à margem da sociedade e inviabilizam o acesso a direitos e garantias fundamentais, e também as privam de manter suas tradições alimentares, dentre outras. É muito importante para todos, nas comunidades quilombolas, sermos ouvidos nas instâncias que darão relevância para as questões mais urgentes, ao mesmo tempo em que buscamos soluções para nossas demandas.

Parafraseando Santo Agostinho, os passageiros são como aqueles "dois homens que olharam, através das grades da prisão, um viu a lama, outro estrelas". E, para nós, que não fixamos na lama, nossas estrelas surgem em forma de grupos, instituições, movimentos populares, como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Fundo Brasil de Direitos Humanos (FBDH), Fundação Getúlio Vargas (FGV), Ministério Público (MP), Defensoria Pública (DP), entre outros, para ouvir os atingidos e atingidas, ajudá-los na construção de uma nova história, inclusive registrando-a como na presente obra.

Este livro é "parido" no instante exato que nossas vozes são ouvidas. Toda história tem muitos lados, mas este texto traz consigo nossas percepções de como este crime nos afetou, modificou mesmo. Neste exato momento em que pudemos ter o direito de compartilhar toda essa luta nas páginas guardiãs da afetividade que temos pelo rio Doce, ouso dizer que nas artérias de cada atingindo ou atingida corre o veio do Doce. Porém, nada nos preparou para tanta dor e sofrimento, para as mesmas incertezas de 2015. Os porquês ainda nos inquietam, nos assombram, mas também nos fortalecem! Este livro é uma testemunha palpável dessa luta. Desigual, sim! Esmorecida, nunca!

Enquanto houver uma pessoa cerceada em seu direto, estaremos em pé, firmes até o último atingido ou atingida. Porque a reparação de *Watu* e o nosso direito à vida são invioláveis. Nossos combustíveis são, portanto, a **INDIGNAÇÃO** e a **CORAGEM**.

A viagem prossegue.



Ilustração: Carolina Ribeiro Araujo



Foto: Lalo de Almeida. Município Governador Valadares/MG



Ilustração: Carolina Ribeiro Araujo

[apresentação]

> "O que fez este homem de Illinois, me pergunto, enquanto fecho as páginas de seu livro, para que episódios sobre a conquista de outro planeta me povoem de terror e de solidão? Como podem tocar-me estas fantasias, e de uma maneira tão íntima?[I]"
>
> Jorge Luis Borges (outono de 1954)

O gênero não é ficção científica, a história não se deu em Marte e nem de perto poderíamos contar com a "prosa" de Borges nessa publicação. Cosmicamente, abduzimos suas perguntas, feitas no Prefácio à edição espanhola de "Crônicas Marcianas", de Ray Bradbury, para o mês de novembro de 2015, no rio Doce, em Minas Gerais e Espírito Santo, Brasil.

A publicação deste livro visa chamar atenção para os danos e alterações nos modos de vida sofridos pelas populações atingidas pelo desastre, de responsabilidade das mineradoras Samarco Mineração, Vale S.A. e BHP Billiton, deflagrado pelo rompimento da barragem de Fundão, ocorrido no município de Mariana/MG em 5 de novembro de 2015. O rompimento derramou cerca de 45 milhões de metros cúbicos de rejeitos de minério de ferro e sílica por mais de 650 km ao longo da bacia do rio Doce e litoral adjacente, matando 19 pessoas e atingindo mais de 45 municípios onde vivem cerca de 2,2 milhões de pessoas entre povos indígenas, ribeirinhos, quilombolas e populações urbanas.

Em março de 2016, quatro meses após o rompimento da barragem, o governo federal, os estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, seus respectivos órgãos ambientais e as empresas Samarco, Vale e BHP firmaram o Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC), que estabeleceu diretrizes para a implantação de programas socioambientais e socioeconômicos para a reparação dos danos causados pelo desastre.

A partir do TTAC e acordos subsequentes, em especial o Termo de Ajustamento Preliminar (TAP), seu respectivo Aditivo e o Termo de Ajustamento de Conduta conhecido como TAC Governança, foi estabelecido um sistema de governança para a implementação desses programas, que tinha como principal executora a Fundação Renova. O processo exigiu também a contratação de equipes técnicas independentes para atuação junto ao Ministério Público. Nesse contexto, foram contratadas a Fundação Getulio Vargas (FGV) para o diagnóstico de danos socioeconômicos; o Instituto Lactec para diagnóstico de danos socioambientais; a Ramboll para avaliação e monitoramento dos programas de reparação previstos no TTAC; e o Fundo Brasil de Direitos Humanos para realização de consultas junto à população atingida com vistas à contratação de Assessorias Técnicas Independentes.

[I] BRADBURY, 1955.

Dentro da FGV, diversas escolas trabalharam no que foi chamado de Projeto Rio Doce, entre elas o Centro de Estudos em Sustentabilidade (FGVces), responsável pela construção coletiva para a identificação e qualificação dos danos sofridos pelas pessoas atingidas e pelo seu engajamento em todo o processo de diagnóstico realizado pela FGV, promovendo distintos espaços de diálogo e discussão das informações levantadas.

O trabalho do FGVces se fundamentou na – e buscou honrar – a centralidade das pessoas atingidas e a participação social, expressas no Aditivo ao TAP e refletidas nas premissas do Projeto Básico da FGV. A missão foi promover ampla consulta para identificar as alterações nos modos de vida das pessoas atingidas pelo desastre, a partir de suas próprias experiências. Em outras palavras, cocriar espaços para amplo diálogo. Tão importante quanto os aspectos materiais e subjetivos dos relatos dessas pessoas foi o processo de escuta.

Participação é aqui entendida como a inclusão e o envolvimento permanente (REED, 2008) das pessoas atingidas na pesquisa de forma continuada, e pode ser proporcionada por meio de diferentes abordagens metodológicas que, em diversas intensidades, garantem a autoridade sobre o processo e sobre a agenda de pesquisa aos participantes, os quais passam a ser "agentes, em vez de objetos de pesquisa" (CHAMBERS, 1997, p. 12). Com a adoção deste princípio, as pessoas atingidas atuam como "copesquisadoras", analisando e refletindo sobre as informações geradas em todo o processo e se apropriando dos seus resultados.

Reconhece-se, portanto, que o conhecimento é socialmente construído a partir de múltiplas fontes e formas, de maneira que diferentes versões e vozes sejam consideradas. Os "resultados" se tornam produtos de um processo no qual as pessoas se reúnem para compartilhar experiências em uma dinâmica de ação, reflexão e investigação coletiva. Ao mesmo tempo, os "resultados" permanecem firmemente enraizados nos mundos conceituais e experienciais dos próprios participantes e na interação entre eles.

Por meio de uma fase preparatória, tão invisível quanto fundamental, foi necessário investir em tempos de aproximação dos atores dentro de um ecossistema complexo e dinâmico, recheado de conflitos políticos e de interesses econômicos. Pedir licença e cooperação, apresentar a FGV, as metodologias de nossos trabalhos, pactuar o que seria realizado e mobilizar as pessoas para as oficinas de identificação de danos eram etapas necessárias e de muita sensibilidade, em especial em territórios, até então, sem a presença das Assessorias Técnicas Independentes (ATI).

Os danos foram levantados do diálogo entre pessoas atingidas, facilitado por métodos participativos de investigação que fomentaram uma construção coletiva sobre a experiência vivenciada por essas pessoas, revelando danos que decorrem do desastre a partir de informações e fatos que compõem histórias.

As conversas aconteciam em oficinas. "Como era antes do desastre?"; "Como foi o dia que a lama de rejeitos chegou?"; "Como tem sido depois?"; "O que mudou no seu dia a dia?"; Perguntas que provocavam histórias – fragmentadas em narrativas – validadas coletivamente pelo grupo de pessoas atingidas e que remetem a impactos em suas vidas. Essas narrativas são expressas em linguagem do cotidiano de cada território, gerando o desafio de traduzir esse dicionário para a linguagem jurídica, já que o trabalho estava inserido em um processo judicial.

As narrativas das pessoas atingidas compartilhadas em espaços coletivos são o substrato fundamental da identificação de danos. O uso de narrativas é uma alternativa epistemológica para estudos de abordagem qualitativa que de fato pretendam incorporar valores, experiências, afetos

e saberes, importantes para os contextos locais e para o desenho de ações e políticas aderentes e consistentes (PASSEGGI, 2010).

Quem narra, o faz em processo reflexivo, no qual tem a oportunidade de pensar sobre sua própria experiência. Ao mesmo tempo, ao ser ouvido por outros, com experiências semelhantes, a narrativa pode ser enriquecida, alterada e interiorizada por esses outros, em um processo de elaboração conjunta e criação colaborativa, que fomenta a construção de noções de coletividade (MUYLAERT, 2014). As narrativas são um tipo de discurso que se volta para um encadeamento de eventos críticos e pela presença de quem narra na trama (ALVES e BLISKSTEIN, 2006). Entre suas diferentes abordagens possíveis, uma característica importante diz respeito à reconstrução de eventos a partir do protagonismo de quem narra.

Assim, o conhecimento emerge das experiências vividas e dos significados consolidados e organizados na narração, que pode ser utilizada como uma estratégia para aprofundar a investigação a partir da combinação de histórias contextualizadas pelas dimensões sociais e históricas.

As condições expressas nos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) utilizados nas interações nas quais foram realizados os registros dos fragmentos narrativos que compõem esse livro permitem que esse conteúdo seja publicado. Conforme expresso no TCLE, as informações levantadas podem ser usadas no transcorrer do projeto Rio Doce e, posteriormente, no trato de questões relacionadas à reparação do desastre, desde que devidamente anonimizadas e não associadas a dados individuais das pessoas participantes.

Ainda, é preciso reforçar que o acervo de narrativas integra relatórios já publicados pela FGV, servindo de base para as análises produzidas pelo Projeto Rio Doce. Parte significativa desse material, inclusive partes que compõem essa apresentação, encontram-se publicadas de modo literal em relatórios e matrizes disponíveis na página web do Projeto e do MPF.

Cerca de 2 mil pessoas foram consultadas em mais de 200 interações presenciais ou virtuais, ocorridas entre os anos de 2019 e 2022. As oficinas, rodas de conversa e entrevistas de onde se originaram as narrativas aqui expressas foram realizadas com populações dos municípios de Ponte Nova, Santa Cruz do Escalvado, Rio Doce, Sem Peixe, Rio Casca, São Domingos do Prata, São José do Goiabal, São Pedro dos Ferros, Raul Soares, Dionísio, Marliéria, Córrego Novo, Pingo D'Água, Bom Jesus do Galho, Timóteo, Caratinga, Ipatinga, Santana do Paraíso, Ibapa, Bugre, Belo Oriente, Naque, Iapú, Sobrália, Periquito, Fernandes Tourinho, Alpercada, Governador Valadares, Tumiritinga, Galiléia, Conselheiro Pena, Resplendor, Itueta e Aimorés, no estado de Minas Gerais e, de Baixo Guandu, Colatina, Marilândia, Linhares, Aracruz, Fundão, Serra, São Mateus, Conceição da Barra e Vitória, no estado do Espírito Santo. Este material, crucial para entendimento dos direitos violados, foi rigorosamente sistematizado, catalogado e armazenado em banco de dados, constituído para essa finalidade específica, gerando acervo com cerca de 10 mil fragmentos narrados que proporcionam rever a história do desastre a partir de quem o sofreu.

Os primeiros capítulos aqui contidos foram dispostos a partir de alguma cronologia: dia do rompimento, para situar a pessoa leitora nos fatos, situação logo anterior ao rompimento e primeiros dias do pós-rompimento. A partir do quarto capítulo, no entanto, focam em grandes temáticas que agrupam os danos narrados, como transformações nas paisagens, prejuízos materiais e imateriais, medo da contaminação, doenças e riscos à saúde, processo de reparação, futuros possíveis e imaginados. Os fragmentos narrativos, que são o substrato desse livro, também não são especificados por município, já que muitas histórias se repetem em todo o território atingido e localizá-las poderia gerar a impressão de problemas geograficamente delimitados.

A publicação de parte das narrativas registradas ao longo de quatro anos de trabalho da FGV na relação com as pessoas atingidas, organizadas de maneira a contar dimensões da história do desastre, pretende contribuir para o protagonismo – necessário e urgente – de quem viveu e vive essas histórias. Trata-se de uma ação em prol da identificação, preservação e difusão das histórias das pessoas atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão.

Essa publicação também contribui para o direito à memória. A preservação da memória dentro de registros de acontecimentos históricos e psicológicos, coletivos ou individuais, é um ato político que permite às sociedades afirmarem, definirem e transformarem seus valores e ações. O direito à memória não consiste apenas no direito das vítimas e de seus familiares de contarem e conhecerem os fatos violadores pelos quais passaram. Suas histórias e perspectivas devem ser divulgadas e conhecidas também por toda sociedade, para que abusos e violações cometidas no passado não voltem a se repetir no futuro. Trata-se, assim, de proteção e respeito aos direitos humanos. Além disso, o direito à memória auxilia na superação de lutos e traumas coletivos, assim como na responsabilização de causadores das violações, já que esquecimento e impunidade costumam correr paralelos. Ao poderem dar suas próprias versões a respeito dos fatos ocorridos, abre-se a possibilidade de que eles sejam interpretados por novos olhares, e de que se fortaleçam aprendizados comprometidos com os direitos fundamentais e com a construção de novos futuros.

Por fim, entende-se que o conteúdo aqui disponível é de suma relevância para o desenvolvimento de pesquisas em várias áreas do conhecimento, podendo, inclusive, ser útil ao melhor entendimento e consequente prevenção de novos desastres. Assim, a publicação dessa obra pretende contribuir para a produção científica sobre desastres e suas consequências no Brasil e no mundo.

Boa leitura!



Ilustração: Carolina Ribeiro Araujo

CAPÍTULO 1

ROMPIMENTO

A ÁGUA LIMPA NA FRENTE E A MORTE CAMINHANDO ATRÁS



Foto: Lalo de Almeida Usina Hidrelétrica Risoleta Neves



Ilustração: Carolina Ribeiro Araujo

Dia 5 de novembro de 2015. Por volta das 15h30, a barragem de Fundão, sob gestão da mineradora Samarco Mineração, Vale S.A. e BHP Billiton colapsou, derramando cerca de 40 milhões de metros cúbicos de rejeitos de minério com altas concentrações de ferro, alumínio e silício, entre outros muitos elementos como arsênio, mercúrio, chumbo, zinco, cromo, cobre, manganês, níquel[II]. Aproximadamente 16 milhões de metros cúbicos continuaram escoando lentamente nos dias subsequentes.

— O rio do Carmo trouxe a lama para o rio Doce. Os peixes pulavam pra fora do rio. Teve gente que colheu saco de peixe. Eu não comi porque tinha medo, mas teve gente que comeu.

— Um mar de lama, muito fedido. Um trauma. Destruíram o rio. Destruíram o peixe. Acabou o rio. Acabou tudo.

A onda de rejeitos de mineração chegou por volta das 7 horas do dia seguinte ao rompimento à Usina Hidrelétrica (UHE) Risoleta Neves, conhecida na região como Candonga. Foi esta estrutura que bloqueou parte do volume de rejeitos, causando elevação do nível de água da hidrelétrica e impactos subsequentes. Da barragem até a usina, 1.551 hectares de solo foram afetados. Segundo o Instituto Lactec[III], contratado pelo Ministério Público Federal (MPF) para fazer o diagnóstico socioambiental dos danos causados pelo desastre, o volume da onda de rejeitos alcançou uma altura média de 9 metros em relação ao nível d'água dos rios. A altura máxima, próxima de 20 metros, foi verificada na região de Bento Rodrigues.

— A sirene da barragem de Candonga tocou quando o rejeito chegou e eles represaram a água. O rio subiu. Quando a gente viu, já estava na porta de casa. Passamos pela moita de bambu para conseguir chegar em segurança.

— A estrada ficou coberta d'água, não tinha lugar para a gente sair. Ficou todo mundo sem saída. Eu vim pra casa, tirei os meninos que estavam dormindo de dentro de casa, tirei os documentos, tudo.

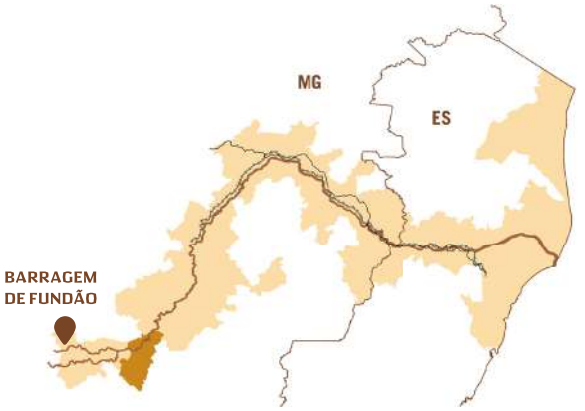
— Helicóptero teve que tirar uma pessoa que ficou ilhada quando a lama chegou.

— Tinha gente que tinha rede armada, quando chegaram para ver, não tinha nada.

A onda de rejeitos e água carregava animais, plantações, pessoas, em imagens tristes e chocantes. A população se preocupava com a segurança de seus parentes e entes queridos. Dezenove pessoas perderam a vida.

[II] INSTITUTO LACTEC, 2022.
[III] INSTITUTO LACTEC, 2019.

Santa Cruz do Escalvado, Rio Doce e Chopotó



— A ponte balançava, era muita coisa descendo. Mais triste era ver pessoa na água. Boi, bicho. Tristeza! A lama passou com tanta força! Foi Deus que ajudou pra não levar eles... caiu barranco, perdeu as plantações. Ficamos tristes. Atingiu o curral. Depois bezerro chegou a morrer "garrado" na lama.

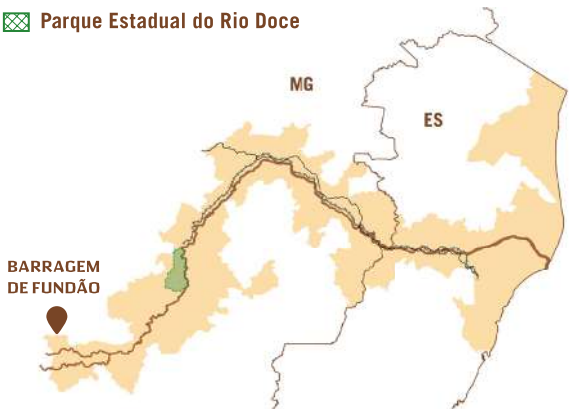
— [O município de] Rio Doce ficou em pânico, ficou horrível. Cheio de gente vendo. É animal, botijão de gás... e a gente em cima da ponte. Não tinha ninguém para instruir a gente que não podia ficar na ponte. As crianças viam os corpos e ficaram traumatizadas, perguntando se também iam morrer... Ficaram impressionadas.

— Eu achei um corpo de um homem na fazenda. No outro dia achamos outro corpo lá embaixo, lá para cima da fazenda. Foi horrível! Vieram helicópteros achar gente em Rio Doce (MG).

— Num primeiro momento, quando houve o rompimento da barragem, foi aquele susto e preocupação com pessoas que estavam mais próximas. Minha mãe tem parentes em Santana do Deserto (MG), que fica abaixo da represa de Candonga, com isso veio a preocupação. Eu estava trabalhando também e lembro das crianças, do desespero delas até conseguir falar com as famílias, até saber o que tinha acontecido, se tinha algum parente na tragédia...

A onda de rejeitos se espalhou por, ao menos, 675 quilômetros de rios[IV] ao longo do rio Doce e outros cursos d'água ligados a ele, à exemplo dos rios Casca e Sacramento, na região do município de Rio Casca (MG) e do Parque Estadual do Rio Doce, à jusante da UHE de Candonga. Os rejeitos da mineração aumentaram as concentrações de sólidos e de elementos potencialmente tóxicos na água, além de reduzirem as concentrações de oxigênio, causando a mortandade de inúmeros animais, sobretudo os aquáticos. Onze toneladas de peixes morreram ao longo do território atingido. Tanto animais aquáticos, quanto terrestres contaminados transitaram, espalhando a contaminação.

Parque Estadual do Rio Doce



[IV] INSTITUTO LACTEC, 2019.

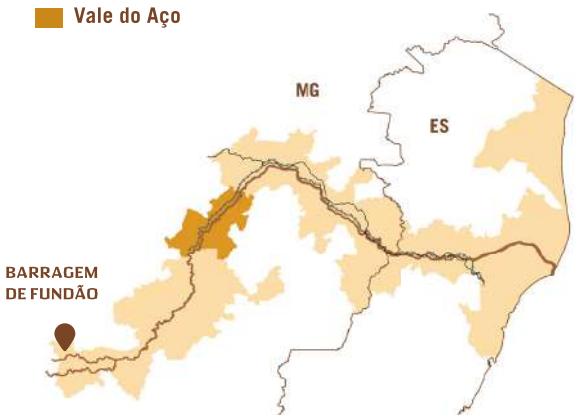
— A lama veio, espécie de enchente. Na hora que ela vem, vem empurrando a água na frente e a lama descendo atrás. A enchente que foi da barragem de Fundão, essa já deixou muito resíduo nas beiradas, na margem toda do rio. Inclusive no rio Casquinha chegou, estancou e voltou a lama, uns 600 metros para trás, a lama voltou para dentro do rio Casquinha. E como o rio Doce subiu mais de um metro acima da caixa dele, muitas pessoas perto do leito do rio Sacramento sofreram danos.

— O rejeito desceu passando, atingindo, matando os animais, matando os peixes que são aqui da região. No dia que teve o acidente, que a lama chegou no rio, teve aquelas capivaras bitelas mortas no rio Doce, os peixes grandes indo embora por água abaixo, tatus foram sufocados, tanto beirando o rio Sacramento quanto o rio Doce. Foi praticamente no mesmo dia que a lama chegou, questão de horas. Muitos dias a gente sofreu com o forte odor da lama na comunidade da Firma Araújo (MG), muito lixo aumentou, peixes mortos tinha bastante.

— Mau cheiro tinha demais, porque tinha muito peixe morto. Você chegava na beirada do rio e você via os urubus voando naquelas águas, era muito peixe que tinha morto. Eu ainda cheguei a ver quando voltei lá, eu consegui ver as carcaças dos peixes mortos lá no meio do barro. Morreu foi muito peixe. Aqui foi matando foi tudo, o barro que desceu, aquela lama, parece que foi expulsando eles, porque eles estavam mortos era no barro do lado de fora do rio.

— Como os peixes do rio Doce ficaram contaminados, muitos peixes subiram em outros rios como o Matipó, eu pescava no encontro, porque o Matipó deságua no rio Doce. E quando aconteceu essa tragédia muitos peixes subiram os outros rios, como o Mombaça, o Matipó. Eu cheguei a pegar muito peixe contaminado no Matipó também.

As pessoas não sabiam como reagir. Houve desespero, medo e muita tristeza. A falta de informações ampliava a angústia daqueles que assistiam à chegada da lama de rejeitos que carregava entulhos do que havia sido destruído rio acima. Entre os dias 7 e 9 de novembro, nos 10 municípios atingidos da região do Vale do Aço (MG), a onda de rejeitos seguiu causando choque e destruição, arrastando animais, materiais de trabalho e o que estivesse em seu percurso.



— A gente não pensava na proporção que essa lama ia chegar aqui em Periquito (MG), então quando a gente viu aquela imensidão de lama descendo e arrastando tudo, coisa que

a gente nunca viu na vida, a gente ficou muito chocado com aquilo. Mais chocado ainda foi quando passou e carregou barco, carregou boi, foi uma devastação total. E depois que passou a lama, foi pior, que aí a gente viu os peixes subindo, peixes mortos.

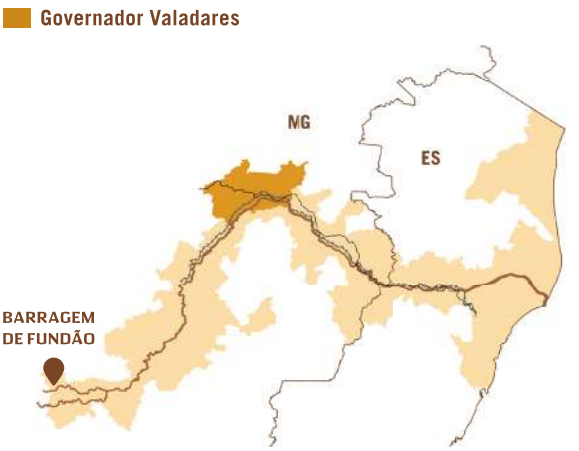
— Nós também ficamos com muito medo, quanto mais a gente distanciava, mais a água aproximava. Na hora você começa a chorar, entra em desespero porque não sabe o que fazer. Eu presenciei ao vivo. É muito triste!

— Quando rompeu a barragem vinha muita informação desencontrada e a gente nem sabia o que estavam dizendo. Falavam de metais pesados e a gente nem sabia o que era isso!

— Quando foi descendo a lama, fiquei em choque e pensei que o meu rio Doce ia sofrer também. O momento que nós ficamos sabendo em casa, o sentimento que me passou foi um sentimento de horror, de grande horror. Ficou todo mundo preocupado, eu fiquei com tanto medo que eu não dormia.

— Chegou de forma muito inesperada, vivemos um verdadeiro caos em que não podíamos utilizar aquela água. Quando vimos a lama carregando toda a água limpa, foi um sentimento horrível.

Enquanto a lama percorria o caminho do rio Doce, diversos municípios de Minas Gerais e Espírito Santo que dependiam integral ou parcialmente da captação de água do rio para abastecimento tiveram esse serviço interrompido, o que afetou mais de 400 mil pessoas[V].



Em Governador Valadares (MG), município com aproximadamente 260 mil habitantes, a partir da chegada da lama em 9 de novembro, o serviço de abastecimento de água ficou totalmente suspenso por uma semana. Foi decretado Estado de Calamidade Pública diante da insegurança hídrica. O medo e o desespero perante toda a situação foram amplamente narrados.

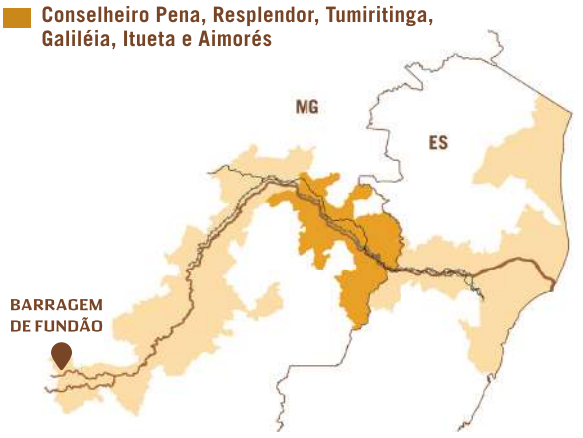
Em Alpercata (MG), município vizinho, a interrupção total do abastecimento público durou 10 dias devido ao soterramento da bomba de captação de água no rio Doce. Nos territórios com abastecimento interrompido, populações vulneráveis não tinham como adquirir água em um cenário no qual a escassez do produto fez triplicar seu preço. Esse período ainda coincidiu com o de altas temperaturas, o que provocava mais problemas[VI].

[V] Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/denuncia-samarco>. Acesso em: 20 jun. 2023.
[VI] TERRA; MIRANDA; CÂMARA, 2018.

— A lama de rejeitos invadiu toda a parte de tratamento, então, assim, não teve como tomar água da rua nem da torneira. Não tinha água nem pra consumo próprio e nem para cozinhar, e também não tinha como entregar. A água era um artigo de luxo, muitos ficaram sem tomar banho.

— A água era R$ 7,00, passou para R$ 25,00. Se você achasse galão a R$ 25,00, corre e compra, porque senão você fica sem. Não tinha água. Em uma cidade de 300 mil habitantes, que no verão dá 40°C, do dia para a noite não tem água. Foi aquele desespero! A pessoa ficava igual bicho para conseguir aquela água para tomar. Tivemos momentos tão violentos que tivemos luta com armas pela água.

— Tinha vez que nós ia pegar água no caminhão, tinha vez que nós não pegava, por causa que tinha muita gente, ficava escolhendo. Fiquei numa fila lá uma vez, estava um sol tão quente que quando eu cheguei em casa eu passei mal. A fila muito grande e o sol muito quente, aí eu falei: "vamos lá na mulher ali, na vizinha, pegar água pra poder fazer comida".



Entre 10 e 15 de novembro a lama atingiu os últimos municípios de Minas Gerais: Tumiritinga, Galileia, Conselheiro Pena, Resplendor, Itueta e Aimorés. A população traz histórias de choque e tristeza, e relata o sofrimento associado à tomada pela lama de rejeitos das praias de rio, o assoreamento do reservatório da UHE Aimorés e a interrupção do abastecimento de água em tais municípios, com exceção de Conselheiro Pena, que desde o ano de 2014 desvinculou-se do rio Doce e passou a captar água do córrego João Pinto[VII].

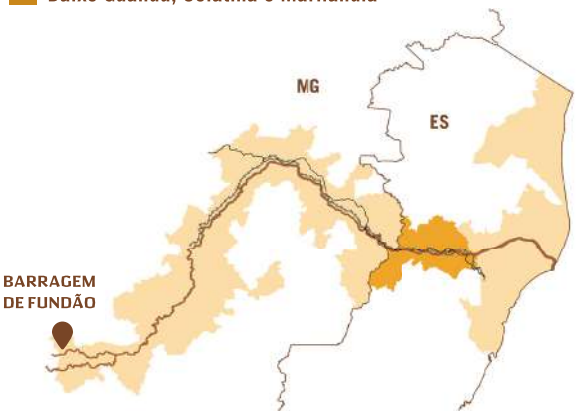
— A lama chegou aqui em Aimorés aproximadamente em 15 de novembro e isso não é uma história, é uma fatalidade. A gente tinha uma água limpa no rio Doce, clarinha e a gente viu aquela multidão indo ver a lama chegar da ponte, uma cena que é difícil esquecer. Não tinha outro local pra pegar água aqui que não fosse no rio Doce. O SAAE [Serviço Autônomo de Água e Esgoto] pegava no rio Doce.

— Nós fomos pra prainha do Jaó [em Tumiritinga/MG] pra ver a lama chegando. Muitas pessoas se acomodaram lá, porque tem uma plataforma que daria uma boa visão. A cena foi bem forte.

— Nos dias do desastre quando chegou a lama parou tudo. Ficamos sem chão. Tivemos que ir buscar água pra beber, sendo que a gente tinha antes na nossa torneira.

[VII] FGV, 2021p.

Baixo Guandu, Colatina e Marilândia



Em 16 de novembro os rejeitos alcançaram o primeiro município do Espírito Santo, Baixo Guandu. Após três dias, chegaram à Colatina (ES) e, no dia seguinte, à Marilândia (ES). O mesmo drama já narrado em territórios anteriores se repetiu. Também houve suspensão do abastecimento de água em diversas localidades, que causou paralização de atividades e gerou momentos de tensão. Os moradores da região lembram como se sentiram quando presenciaram a invasão da lama contaminada no lugar em que vivem.

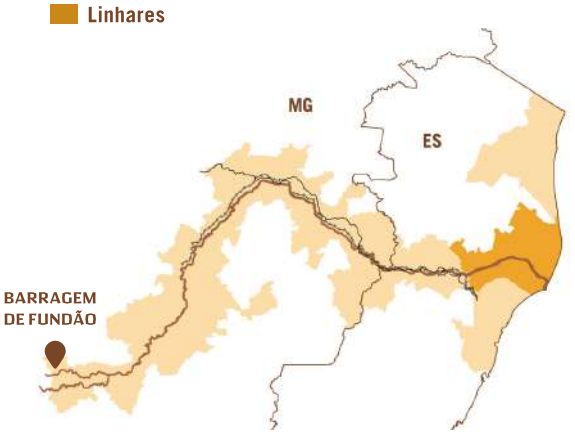
— Na época do rompimento, nós ficamos desabastecidos em Baixo Guandu, ficamos mais de trinta dias pegando água na fila. Fizeram um poço artesiano pra escola, mas também a água não prestou e a escola ficou sem atividade.

— Naquele primeiro momento, foi o mesmo que perder um ente querido. Nós estávamos perdendo um rio. Nós tivemos esse sentimento triste.

— Essa água, quando foi chegando, foi batendo uma tristeza, porque quando a água veio chegando, ela começou a subir, mas ela veio subindo transparente, da mesma forma que ela estava no rio, limpa, o volume dela foi crescendo. Aí, nesse momento, eu retirei todo mundo da água, pedi para que o barco saísse e fosse recolhendo todo mundo e viemos para o cais. Nesse momento eu me retirei, fui para um canto e fiquei olhando aquela água, era um momento muito triste, porque a informação que tinha do ICMBio [Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade] e de todos os órgãos oficiais era que essa lama ia dizimar, não ia ficar nenhum ser vivo dentro do rio. Dizem que homem não chora, mas, quando eu vi aquela lama chegando no rio Doce, eu chorei, porque eu conheço o rio Doce, eu com setenta e seis anos eu não vejo o rio Doce limpo mais.

— O que me chamou muita atenção e deu muita tristeza foi quando vi a água chegando ali perto de Itapina [ES] e tinha dois peixes, um pequeno e um grande. Vi eles encostando, a água chegando, aquela lama chegando, não sai da minha mente... E os peixes foram encostando no matinho e morreram. Eu fiquei muito triste com isso! É uma coisa que não sai da minha memória até hoje...

— Aqui embaixo tem uma linha de trem e logo já tem o rio Doce. A gente ficou sem ação, sem acreditar naquela situação que a gente estava presenciando naquele momento. Pra gente foi das piores tragédias ambientais. A gente viu a sujeira descer. Aquilo encheu, veio trazendo todo tipo de nojeira, quando aconteceu isso foi uma tristeza geral.



Três dias depois, em 22 de novembro, os rejeitos da barragem de Fundão alcançaram o município de Linhares (ES), onde desaguaram no Oceano Atlântico. Na foz do rio Doce se situam duas vilas de pessoas pescadoras: Regência e Povoação, além de outras localidades litorâneas próximas onde também houve problemas com o abastecimento de água. Sentimentos como tristeza, angústia e desespero tomaram as populações do município. Mesmo após vários dias do rompimento, persistia a ausência de informações para aqueles que estavam no percurso da lama contaminada.

— A chegada da lama parecia Chernobyl[VIII]. Lembro que a água estava muito clarinha e ficávamos olhando e esperando, uma espera angustiante da chegada da destruição.

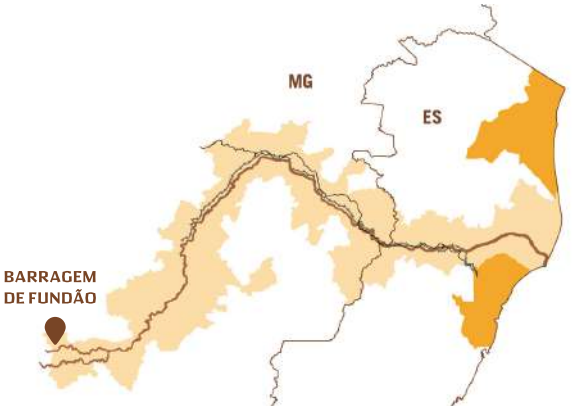
— Quando chegou aqui, eu lembro, a água limpa na frente e a lama tomando o rio. E não houve nenhuma informação de que não podia tocar na água. A água limpa na frente e a morte do rio caminhando atrás. Esse sentimento inicial foi muito desesperador, porque a gente acompanhou pela mídia que houve o rompimento em Mariana e sabíamos que em algum momento chegaria aqui. Foi desesperador e foi mexendo muito com o psicológico de todos os moradores da nossa Vila de Regência (ES). Enfim, ansiedade, desespero, sem saber qual a dimensão real. Desesperador é a palavra-chave.

— Os pescadores ficaram desorientados. Imagina um pescador, que só vive da pesca, e daí não tem mais o rio Doce... Então, muita tristeza, porque era um rio de sangue. Então a chegada da lama foi uma das piores sensações que quem ama o local aqui viveu. Matou sonhos, matou esperanças. A gente nem imaginava que a quilômetros e quilômetros de distância ia chegar aqui, na boca do rio. Quando fomos lá ver foi um desespero, pois como ia lá tomar banho, levar os netos para tomar banho, brincar de caiaque. Quando vi aquilo o coração disparou, pois não podia mais nada. É muito triste, desesperador. A gente não quer nem falar, é uma dor, um silêncio total.

— Uma quantidade grande de pessoas foi para a ponte do rio Doce em Linhares querendo observar a passagem da lama. Nós, moradores de Pontal do Ipiranga,

[VIII]O desastre de Chernobyl ocorreu em 26 de abril de 1986, e é considerado o maior desastre nuclear da história. A explosão de um reator de usina nuclear próxima à cidade de Chernobyl, na extinta União Soviética (atual território ucraniano), lançou grande quantidade de material radioativo na atmosfera, que se espalhou rapidamente por diferentes continentes ao longo dos dez dias em que o reator queimou. Os países mais afetados foram Ucrania, Rússia e Bielorrusia. Os danos ambientais e socioeconômicos decorrentes da explosão e consequente exposição à radiação foram enormes, com milhares de mortes, aproximadamente 335 mil pessoas deslocadas compulsoriamente, contaminação do ar, perda de terras cultiváveis, entre tantos outros, além do aumento significativo de casos de câncer e outras doenças nos países mais afetados até a atualidade.

São Mateus, Conceição da Barra, Aracruz, Serra e Fundão



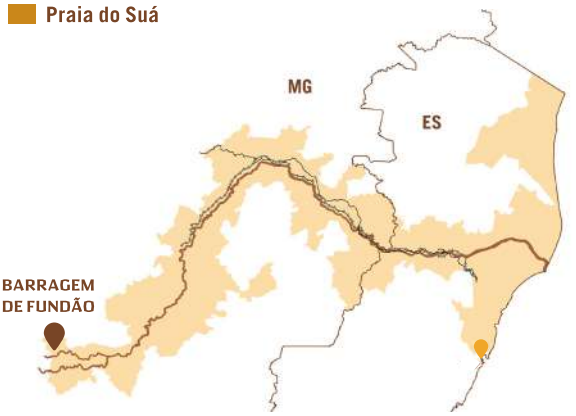
só fomos sentir trinta dias após, quando a lama atingiu a foz do rio Doce. E daí havia placa proibindo a prática de surfe.

No dia 26 de novembro, a lama de rejeitos já havia avançado 35 quilômetros na direção norte do litoral e cinco quilômetros na direção sul e, em pouco tempo, atingiu os municípios capixabas de Serra, Fundão e Aracruz (ao sul de Linhares), e São Mateus e Conceição da Barra (ao norte da foz do rio Doce).

— Da foz do rio Doce, lá em Regência (ES), até aqui, em Conceição da Barra (ES), dá entre 60 e 70 milhas. Como pelo estudo da Rede Rio Doce Mar apareceu a Bahia, então a gente deduz que a lama chegou para mais de 140 milhas de distância da foz. A contaminação chegou pelo mar, o mar mandou para o rio e do rio para terra. E assim contaminou os terrenos onde se produzia o capim do gado. Por exemplo, o meu terreno fica 2,5 metros abaixo do nível do mar e a água contaminada chegou nessa área, por isso o capim deixou de ser produzido.

— O dano em São Mateus (ES) e região litorânea é muito grande, virou o pinicão da Samarco. Vai descendo e mandando tudo para a costa, vai só chegando mais e acumulando. Lembro de uma manchete no jornal que dizia que a lama chegou no mar do Espírito Santo. Aqueles que tinham casa de veraneio em Itaúnas (ES), que ficavam três meses, esses desapareceram. A gente via nas pessoas uma dificuldade de aceitar a chegada da lama no balneário. Conseguir falar sobre o assunto era dificílimo naquele momento...

Praia do Suá



Enseada do Suá, localizada em Vitória/ES, foi mais uma localidade atingida pelo rompimento da barragem de Fundão, uma vez que a pesca do camarão é atividade tradicionalmente realizada na foz do rio Doce a partir do Terminal Público de Pesca da Enseada do Suá. Os danos sofridos na atividade produtiva da pesca embarcada decorrentes do desastre também se verificam no restante da cadeia produtiva da pesca do camarão. Desde os fornecedores de materiais e insumos para pesca localizados no entorno do Terminal, passando pelos diversos trabalhadores navais que realizam serviços de construção e reparo nas embarcações e pelos que dependem do movimento do Terminal e adjacências para realizar suas atividades, até o segmento pós-pesca, que tinha, e ainda tem, na captura do camarão e fauna acompanhante na foz do Rio Doce a base fundante para sua atividade econômica. Mais informações podem ser encontradas em FGV, 2020b.



Foto: Lalo de Almeida. Município de Linhares (ES)

— Não só Praia Grande (ES), mas essa região do litoral ficou com a mancha da Samarco. Quando eu chamo para vir para cá, na minha casa e o pessoal fala: "Mas é aquele lugar que ficou com a lama?. Então ficou como uma marca e já tem muitos anos e ainda é perguntado. Ficou, literalmente, a palavra correta é: manchado.

Embora os meios de comunicação anunciassem a aproximação da lama, as pessoas ao longo do rio Doce e litoral capixaba não conseguiam imaginar o quanto esse desastre, de fato, transformaria suas vidas.

— Quando aconteceu o desastre, já acabou o emocional. Quando chegou no rio Doce bateu o desespero.

— Quando ouvi o desastre pela televisão, já esperava que fosse chegar aqui, mas não que ia ter esse dano todo...

CAPÍTULO 2

RISCO

TAVA TODO MUNDO COM A SUA VIDA, A GENTE NÃO PENSAVA QUE ESSA LAMA IA CHEGAR ARRASTANDO TUDO

Foto: Lalo de Almeida



Ilustração: Carolina Ribeiro Araujo

A mineração engloba uma série de riscos e acarreta impactos ao ecossistema e às populações humanas, consequências que nem sempre são adequadamente dimensionadas para que se possa prevenir e minimizar danos.

A gestão dos riscos da mineração depende de estudos e monitoramento constantes que envolvem diferentes estruturas de poder, desde o próprio planejamento da empresa até a fiscalização feita por órgãos do Estado. Contudo, não são apenas essas instâncias que definem o que é ou não um risco. As populações também os percebem, em diversos graus e formas. O que costuma acontecer com a atividade minerária é que as vantagens econômicas obtidas com a exploração da natureza não são devidamente socializadas, mas os riscos sim. E são as populações mais vulnerabilizadas as que mais se veem obrigadas a conviver com eles.

As narrativas das pessoas atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão indicam que nem aquelas que viviam em região próxima à barragem, nem populações que estavam a mais de 600 quilômetros do local do rompimento tinham informações sobre os riscos que corriam. Esses riscos não haviam sido comunicados pelas empresas operadoras da barragem: Samarco Mineração, Vale S.A. e BHP Billiton. Os riscos da atividade minerária foram, assim, invisibilizados tanto antes quanto depois do desastre, já que atingidas e atingidos os desconheciam de antemão e, posteriormente, não receberam instruções sobre como lidar com a chegada da lama de rejeitos. Além disso, mais de nove anos após o rompimento da barragem, essas populações ainda estão em constante estado de risco pelos rejeitos que atingiram (e ainda atingem) suas casas, quintais, rios, mar, vidas.

O fato de as populações atingidas não terem sido alertadas sobre os riscos que corriam antes do rompimento e os possíveis problemas pós-rompimento agrava a responsabilidade das empresas diante dos danos gerados. Não houve comunicado sobre a dimensão do desastre, possíveis rotas do rejeito, nem sobre a toxicidade da lama. Os relatos também indicam que tampouco houve cooperação das empresas com os poderes públicos municipais para que fossem tomadas medidas de proteção da população.



— Não sabíamos que estávamos em área de risco. A falta de informação foi grande.

— Podiam ter avisado que ia passar aqui. A Vale não veio, não tocou sirene, ninguém veio falar nada.

— Quando a lama estourou lá, a gente viu ao vivo na Globo. Vi na TV e nem imaginava que a água fosse chegar aqui...

— Ficamos sabendo pelas redes sociais e logo se espalhou a notícia. Íamos pescar logo cedo, poderíamos ter morrido!

A já citada hidrelétrica de Candonga, localizada entre os municípios de Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado em Minas Gerais e primeira estrutura física que conteve parte dos rejeitos, é operada pela Vale S.A., também responsável por Fundão, e a Aliança Energia. A implantação da usina teve início em 2001 e a construção do reservatório exigiu o deslocamento forçado de centenas de pessoas[IX]. Grande parte da área foi inundada, conformando um grande lago na região.

Tanto essas famílias, que foram retiradas compulsoriamente de suas casas e reassentadas em novos locais, quanto aquelas que, apesar de não terem sido deslocadas, sofreram alterações em seus modos de vida por causa da implantação da usina hidrelétrica, novamente foram vítimas de grandes intervenções no território mais de dez anos depois. Esse caso é similar ao das populações de Itueta (MG) e região, deslocadas para a construção da hidrelétrica de Aimorés no início dos anos 2000 e também atingidas pela passagem da lama de rejeitos.

— A comunidade já era atingida por Candonga e outros empreendimentos, e aí veio o rompimento de Fundão. A nossa comunidade aqui é sofrida desde 2005. A gente era meeiro [que planta em terreno alheio, repartindo o resultado das plantações com o proprietário do imóvel]. Estamos sofrendo pela segunda vez.

— Marimbondo foi atingida várias vezes. A Vale tirou a gente de casa. Colocou a gente em condições precárias. Quando a gente se acostumou com o lago, chegou a lama.

Grande parte dos atingidos e atingidas soube do rompimento pela cobertura da imprensa e redes sociais. Coube ainda aos servidores municipais, que não haviam sido preparados para atuar diante daquela situação, propagar as informações disponíveis.

— Eu nem tinha conhecimento dessa barragem de Mariana... A gente não sabia dessas barragens lá em cima. Nós ficamos sabendo dessa tragédia, esse crime que aconteceu, através dos noticiários.

— A maioria das pessoas ficou sabendo por notícias de televisão e por informativos que tinha rompido a barragem e que estava descendo um rio de lama. Estava passando no rádio. O pessoal avisando que, se tivesse alguém na beira do rio, era para sair porque estava descendo muita lama.

— Nenhuma instituição da região teve a sensatez de vir explicar à população o que estava acontecendo. As explicações que tivemos foi justamente por meio das redes sociais, meios de comunicação de massa.

— A Prefeitura passou um carro avisando que em tantas horas iria chegar o rejeito da barragem aqui. Só vi quando a lama desceu com tudo, a lama viajando de lá do Fundão pra cá, passando aqui no rio Doce, no nosso rio.

— Aqui na nossa comunidade recebemos a visita da polícia ambiental avisando

[IX] Para saber mais, consulte Pinto e Pereira, 2005.

que não tínhamos mais o direito de utilizar a água e que tínhamos que desligar as bombas, porque a lama ia chegar e era para esperar a água passar mais depressa e lavar o rio.

— O rejeito estava vindo... vindo e podia chegar ao mar. Até que chegou ao mar. Ninguém nos procurou.

— Quando o pescador foi lá fora no mar, viu o rejeito e chegou em terra dizendo que o rejeito estava chegando, ninguém acreditou nele. Só depois que as notícias começaram a chegar que acreditaram e muitos continuavam sem querer acreditar.

As narrativas reforçam que não houve comunicação sobre os riscos ou mesmo alertas para minimizar certos danos quando já existia conhecimento do derramamento em curso. Os fatos que se desdobram sinalizam para falta de planos de contingência e outras ações que poderiam contribuir para redução dos prejuízos. Muitas pessoas não tinham ideia de que os rejeitos atingiriam sua região.

— As empresas não avisaram e pessoalmente não passaram o reconhecimento aqui na nossa região. Quando fomos saber, era na televisão, mais tarde. Já tinha passado a lama, o que tinha que perder já tinha perdido.

— Quando surgiu todo esse problema, o que as empresas fizeram? Foram avisar quando já tinham soterrado não sei quantas pessoas...

— Eles falavam do rompimento de uma barragem em Mariana, mas a gente não tinha noção do impacto que causaria para nós. No começo, a gente achava que seria um problema só em Mariana. Rejeito de minério a gente não conhecia e nem sabia que poderia causar isso no rio Doce, e muito menos que poderia chegar na nossa vila.

— Fiquei sabendo pela TV, jornal, nem imaginava que tinha essa barragem de Mariana e que, se estourasse, poderia atingir aqui. A gente não esperava nem que fosse passar essa lama aqui. Só quando o pessoal começou a alertar que a gente percebeu que iria chegar aqui nas baixadas do rio Doce. Eu não sabia de nada disso. Eu levei o maior susto.

— Foi falta de responsabilidade das empresas. Se eles tivessem descido pra avisar o povo, a gente podia ter salvado mais as coisas, não teríamos perdido tanto. Foi falta de responsabilidade deles!

— A gente não imaginava um desastre tão grande, porque o rio é muito largo. A gente esperava coisa menor. Não sabia que era rejeito, achava que era só um barro.


Foto: Lalo de Almeida.

Distrito de Bentro Rodrigues, município de Mariana/MG

Em diferentes comunidades ao longo do rio Doce e litoral capixaba, o relato se repete: as pessoas não tinham dimensão do que significava a ruptura da barragem. Por mais que houvesse circulação de notícias na mídia e redes sociais sobre a chegada dos rejeitos, também havia desinformação e muita incredulidade. Populações de regiões mais distantes, em especial no Espírito Santo, não esperavam que os rejeitos fossem percorrer tamanha distância. Não tiveram informações adequadas para se preparar.

— Ficamos sabendo da chegada do rejeito por notícia, pelo Facebook, por grupo de WhatsApp. Eu tenho um grupo que tem gente de Minas Gerais, de Colatina (ES), Baixo Guandu (ES), vários lugares. O pessoal foi postando... Tem o radialista também, que pediu pra eu ir fazendo foto e filmagem, e ir divulgando. Mas não ficamos sabendo pelas empresas.

— Quando chegou a notícia pra gente, a gente ficava imaginando: será que é verdade? Quando houve o rompimento, ficamos sabendo que a lama ia chegar no rio Doce em um período de doze dias, mas a gente não achava que ia chegar aqui.

— Para nós foi uma surpresa, porque, até então, não tínhamos a dimensão do desastre. Só caiu a ficha da realidade e do tamanho do desastre quando a lama começou a correr no rio. Muitos de nós moram perto do rio. Recebia mensagens por telefone, WhatsApp, Google, informação do jornal. Mas, parecia que a ficha não caía.

A expectativa de que os rejeitos derramados pelo rompimento da barragem não chegariam tão perto, associada à falta de informações prévias e posteriores sobre como agir em caso de algum problema nas operações da mineradora, demonstram que a população atingida não foi prevenida sobre riscos inerentes à mineração, riscos que corriam com a barragem de Fundão, como proceder após o rompimento e quais seriam suas possíveis consequências.

— Não sei o porquê dos órgãos oficiais não comunicarem. Soubemos no primeiro momento pelas redes de comunicação, televisão e rádio. Inclusive chamou a atenção não só da população brasileira, mas do mundo. É o maior crime ambiental!

— Não chegava uma informação muito clara, o que é realmente verdade, o que é realmente que estava acontecendo... A gente via a informação de jornal e a

informação de internet. Então a gente ficava sabendo pelas informações de boca em boca.

— A informação é muito difícil de chegar nos nossos quilombos do Sapê do Norte (ES) com a falta de internet nas comunidades. A gente soube da tragédia pela TV, ficamos horrorizados pelo que aconteceu com as famílias lá.

— Eu, por exemplo, nem sabia que existia essa barragem de Mariana e rompeu essa barragem, veio aqui e jogou essa lama aqui. Fiquei sabendo pelas mídias, eu recebi informação pelo celular. Mas fiquei sabendo do rompimento da barragem e não sabia a dimensão, até onde chegaria e onde a lama ia cair. E ficamos em 2015 perguntando "meu Deus, o que aconteceu e o que vamos fazer agora?".

— Eu não achava que a lama fosse chegar. Eu pensava que eles iam fazer alguma coisa pra parar. A gente pensava que não chegaria muito no mar.

— Quando o desastre aconteceu, eu não acreditava que ia chegar em Regência (ES), pois Mariana é muito longe, muitos quilômetros. Mas, eu me enganei, pois chegou.

Os rejeitos do processo industrial de extração de minérios atravessaram de forma aguda modos de ser e viver de cerca de 2,2 milhões de pessoas[X].

[X] Disponível em: <https://projetoriodoce.fgv.br/o-desastre>. Acesso em: 14 abr. 2023.



Ilustração: Carolina Ribeiro Araujo

CAPÍTULO 3

TRAUMA

FIQUEI COM TANTO MEDO QUE NÃO DORMIA. DE LÁ PRA CÁ TEVE OUTRO RUMO DE VIDA

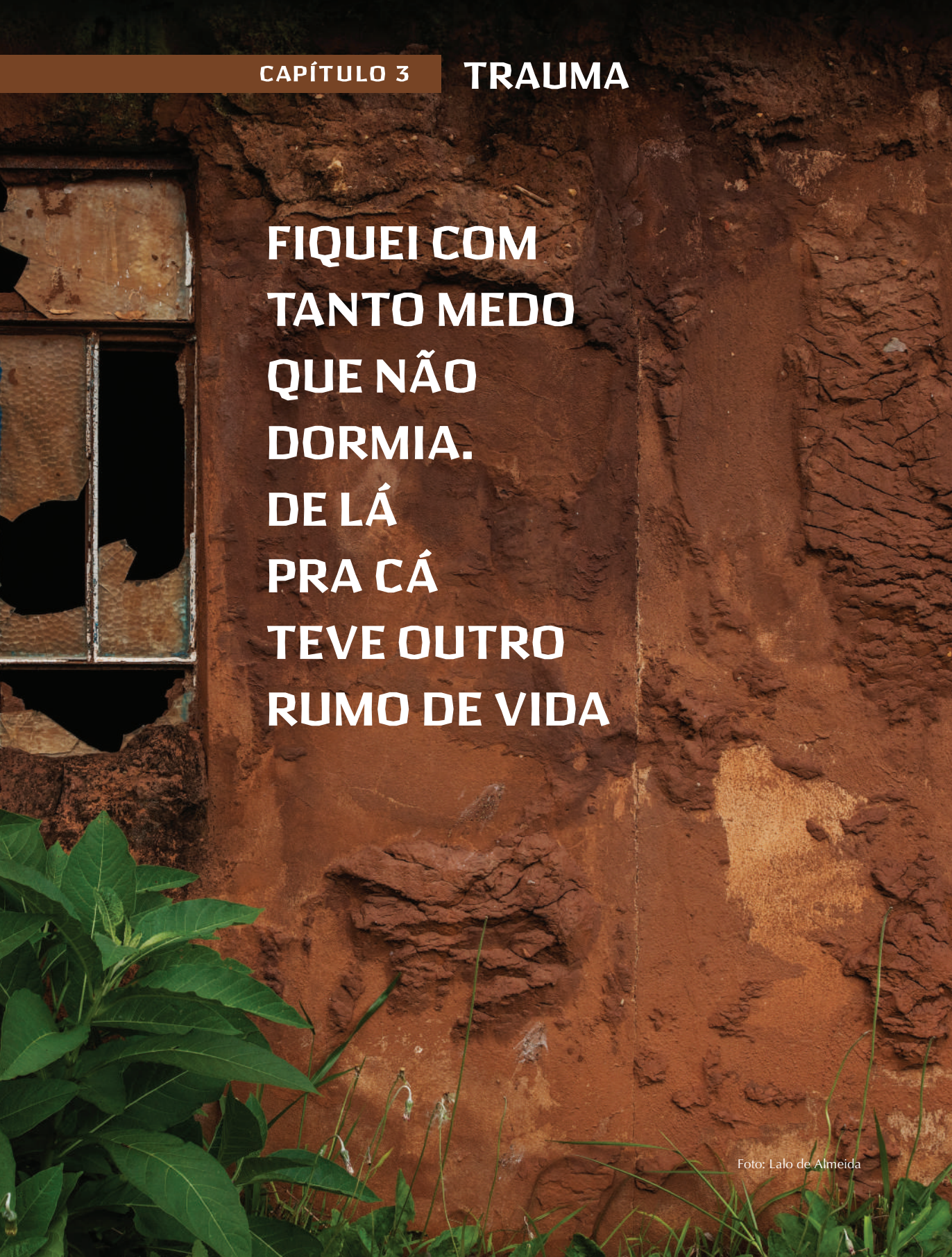


Foto: Lalo de Almeida



Ilustração: Carolina Ribeiro Araujo

Após a chegada da lama de rejeitos, as populações foram percebendo que suas vidas de antes não seriam retomadas em breve. As afetações ao rio Doce e litoral foram sentidas de inúmeras maneiras, e as pessoas atingidas relatam algumas mudanças bruscas em seu cotidiano.

— Dói relembrar esses dias da lama chegando, só sentia desespero entre nós. É angustiante relembrar aquele dia do rompimento. A gente não esperava por isso. Tava todo mundo com a sua vida, a sua rotina, tinha redes no rio, barcos no rio. A gente não pensava na proporção que essa lama ia chegar, então quando a gente viu aquela imensidão de lama descendo e arrastando tudo... a gente ficou muito chocado com aquilo.

— A água do rio Doce ficou diferente, mudou a cor, estava fedendo a carniça. Ficou um bom tempo assim. Quando eu cheguei lá, vi aquela coisa esquisita, aquela lama escorrendo... Perdemos muita coisa, tivemos que aprender a conviver com a nova realidade. Quando essa lama chegou aqui, mudou a nossa vida demais.

A pesca e demais atividades no rio foram subitamente interrompidas, o que trouxe consequências econômicas e emocionais à população. Nas localidades próximas à hidrelétrica de Candonga muito rejeito foi acumulado. A camada de sólidos deixada pela avalanche de lama endurece com o tempo, como se o solo fosse cimentado, impedindo a sobrevivência da vegetação. Esse material foi, em parte, retirado e depositado em terrenos de comunidades como Viana e Gerônimo, na cidade de Santa Cruz do Escalvado/MG. No município de Rio Doce/MG, foi adquirida uma fazenda denominada Floresta, nas proximidades da comunidade de Santana do Deserto, para a destinação de parte do rejeito acumulado no lago da UHE Risoleta Neves. Essas ações foram tomadas sem os devidos esclarecimentos à população, gerando muito transtorno e receio.



Foto: Lalo de Almeida. Município de Rio Doce/MG

— A vida parou, ninguém pode ir pescar. Eu pescava no encontro do rio, agora não pesco mais. Tinha rede, tarrafa, ficou tudo parado em casa. Antes da barragem, a gente tinha essa vida saudável. Nas horas vagas eu ia para o rio. O rio era o patrão da gente. Esse rio era muito bom de peixe, tinha dourado, pacumã. Pescar acalma. Pescar era uma terapia para o cérebro. É angustiante não poder mais pescar. Não há dinheiro que pague!

— Os produtores rurais tiravam o sustento do rio e o pouco que sobrava, tirava a ração para o gado. Agora não temos nada. A criação pisa na areia com rejeito e atola. Parece uma cola, é desesperador. Animais não dessedentam. Depois do rompimento não podem mais beber. A gente carregou sozinho água para o gado beber. Aí perdemos o pasto. O gado teve que se locomover para outro lugar, onde tinha água limpa. Viver de gado hoje é um preço absurdo.

— Colocaram a lama perto da gente, na casa da gente. E passam com aqueles caminhões fedidos. A lama, o pesado ficou tudo aqui na barragem. Para limpar o que ficou nas margens, eles levaram um pouco para o Viana e Gerônimo, quatro dias depois. Todo mundo ficou assustado e não foram dar nenhuma satisfação. Foram mais de trinta caminhões. Depositaram a lama toda em cima da nascente. Depois de um ano, fizeram terraplanagem e plantaram capim.

— Tentaram corrigir um dano tirando o rejeito do lago e colocando na fazenda Floresta, causando outro dano ambiental. O rejeito, o peso, a Floresta não aguenta, o solo não sustenta aquilo lá.

— Rejeito de minério foi usado para tampar os buracos, para fazer o calçamento.

Pessoas atingidas da região do Vale do Aço (MG) relataram interrupção temporária dos serviços de balsas em dois pontos no território: travessia realizada entre os distritos de Pedra Corrida, do município de Periquito e Senhora da Penha (Fernandes Tourinho), e entre Perpétuo Socorro (Belo Oriente) e São Lourenço (Bugre). Essas travessias atendem aos moradores da região que se deslocam diariamente para estudo, trabalho, compras, visitas etc. A interrupção desses serviços gerou diversos transtornos, entre eles, gastos extras com transporte e mesmo para a retirada de rejeitos de alguns pontos do rio, já que as empresas causadoras do desastre não tomavam providências em relação à situação. A limitação ao ir e vir da população se repetiu em outras localidades atingidas.

— A balsa que usamos para atravessar o rio parou, tivemos que empurrar os botes para ajudar a limpar a lama. Tivemos que pagar draga para puxar a lama para a gente poder sair daqui da comunidade e ir para a cidade. Ficamos presos aqui por um bom tempo. Eu não tinha coragem de ir lá, todos nós ficamos muito tristes, comovidos, sensibilizados com a situação.

Muitas pessoas atingidas falaram do cheiro horrível, por conta dos restos de animais mortos no rio e nas suas proximidades. O rejeito, conforme ressecava, também gerava uma poeira percebida nas casas e corpos das pessoas.

— Tinha mosquito, o fedor era imenso, demais da conta, o cheiro era insuportável, aquele barro grosso... Aquele cheiro absurdo de carniça mesmo. Tinha que ficar com a janela fechada da poeira que causava aquela coisa de minério, que, às vezes, você passava a mão no corpo e saía aquela parte colorida do barro, mas também saía aquele pó de minério. Foi um momento muito triste, que jamais imaginaríamos...

— A lama tapou todo o rio. Foi uma tristeza grande! O odor do primeiro momento foi daquilo que a lama carregou. Casas que ela carregou e animais mortos. Peixe, capivara. A cidade ficou com um mau odor, empesteou a cidade toda. A água ficou tão grossa, mesma coisa quando mexe com barro, do mesmo jeito ficou o rio. Tudo que é peixe morreu, pois não tinha oxigênio para respirar.

O despejo de rejeitos, somado às descargas realizadas nas hidrelétricas mineiras de Candonga, Baguari e Aimorés para liberação da vazão extraordinária provocou alterações abruptas do nível do rio Doce e consequentemente de seus afluentes. Essas descargas contribuíram para a ocorrência de enchentes e depósito de rejeitos nas chamadas "baixas" das margens, mas também em bairros, comunidades, ilhas no leito do rio Doce[XI]. Tudo isso ocorreu próximo a datas festivas importantes para as famílias: Natal e Ano Novo, causando ainda mais sofrimento à população.



Foto: Lalo de Almeida. Município de Tumiritinga/MG

— A lama invadiu as casas, era uma lama fedendo, com um mau cheiro. Aqui na minha casa tinha que ficar com as janelas trancadas o dia inteiro de tanto mau cheiro que era. Às vezes, quando a gente passava na ponte, tinha que tampar o nariz por causa do mau cheiro. A catinga vinha pelos bueiros também. Aqui na cidade todinha deu para sentir. Ainda está até hoje essa catinga vindo do rio Doce... é só ir pro lado do rio que a gente sente essa catinga forte.

— Tivemos dois momentos do impacto: primeiro aquele que chegou a lama, e depois quando soltaram o excesso do rejeito no vertedouro da usina para evitar que ele inviabilizasse as turbinas. Então, eles fizeram um despejo de uma quantidade além do permitido, causando um alagamento. O rejeito entrou nas casas. Por isso, também o rejeito foi parar nas ilhas do rio todo. Do jeito que desceu a lama, destruindo o leito do rio Doce, nós passamos a deixar de viver. A travessia do rio é o nosso dia a dia. Até hoje vemos vestígio da lama. É só ligar o motor do barco que você vê a lama. Não é impacto a curto prazo. Se olhar a longo prazo, toda a região foi impactada, a margem toda foi impactada.

— Passamos o Natal e Ano Novo debaixo do rejeito...

O desabastecimento de água, já tratado nos capítulos anteriores como um dos efeitos iniciais do desastre, tornou-se um problema crônico em algumas localidades. As empresas responsáveis pelo desastre não supriram de maneira adequada as necessidades básicas das populações. Algumas prefeituras tentaram se mobilizar para fornecer água, porém seus esforços se

[XI] Fonte: FGV, 2021p.



Foto: Lalo de Almeida. Município de Aracruz/ES

mostraram insuficientes por conta da demanda. Comunidades chegaram a ficar mais de 30 dias sem água, o que desencadeou ações judiciais em prol de reparação financeira. Em 2017[XII], o Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJ-ES) estipulou o valor de R$ 1 mil por pessoa para a indenização pela interrupção do abastecimento de água, considerando a interrupção inferior a cinco dias. A sentença veio para uniformizar diversos processos que estavam sendo movidos no estado em busca de indenização pela interrupção no abastecimento.

Em 2019, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJ-MG) fixou o valor de R$ 2 mil por pessoa como forma de indenizar os prejuízos pela falta d'água provocada pelo rejeito. Cabe destacar que as Matrizes Indenizatórias produzidas pela FGV com vistas a estipular alguns valores monetários para determinados danos preconizam valores maiores que os acima estipulados (FGV, 2021n).

No ápice da crise, houve união das comunidades para se ajudarem com o abastecimento, mas também muito conflito. Vários moradores afirmam que, no momento da distribuição, vivenciaram situações de desrespeito, inclusive de confrontos, além da necessidade de populações mais vulnerabilizadas, como idosos, pessoas com deficiência e crianças se manterem em grandes filas para tentar garantir o acesso à água.

— A gente ficou vários dias sem água na nossa cidade, uns sete pra dez dias. A gente teve que se virar e buscar água nas minas. Os que tinham água ajudavam dando água um ao outro. A empresa, eu me lembro que não nos ajudou, não. Da prefeitura, foi alguns caminhões-pipa, só que a água deles tava muito ruim. Acho que foi duas ou três vezes que o caminhão-pipa deu água pra gente e a água da prefeitura não tava boa. E no mais, foi a comunidade em si que foi se virando. Tinha gente que tinha poço artesiano, cisterna, aí a gente ia lá buscar água. Nós, atingidos, que fomos nos ajudando dentro da comunidade, um ajudando o outro. A gente que é morador teve que se virar. Se não fosse amigo nosso pra buscar água pra gente, ia morrer todo mundo de sede porque a Samarco não ajudou a gente em nada, não se preocupou com as crianças, se ia ter água pra beber ou não.

— Teve alarde que ia faltar água. E aí as pessoas saíram loucas... Eu vi gente carregar picape com água mineral e levar pra casa. Logo depois veio a reposição da água pela Samarco com caminhões para ir até os bairros e distribuir água. Mas, distribuíram de forma sorrateira, sem nenhuma ordem.

[XII]Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-11/sete-anos-apos-tragedia-de-mariana-entenda-o-processo-indenizatorio#:~:text=Para%20os%20munic%C3%ADpios%20mineiros%2C%20o,falta%20de%20abastecimento%20de%20%C3%A1gua>. Acesso em 14 ago. 2023.

— Eu tinha que ir pra filas quilométricas que tinham dentro dos bairros. Era feio, horrível... As pessoas brigando nas filas por causa de água, uma querendo ter mais água que a outra. Uma coisa sobrenatural de explicar. Mudou muito o cotidiano das pessoas. As pessoas saíam se empurrando, brigando, xingando umas com as outras. Teve caso de vizinho virar inimigo de outro vizinho por causa de água mineral.

— Tinha fila de 300 pessoas, você via idosas, deficientes, cadeirantes entrando na fila para conquistar água, um direito da pessoa. Muitos bairros de classe baixa receberam água por doações. Eu passei dificuldade para conseguir água. Não tinha água nem para comprar.

— E aí, algumas crianças na época de distribuição da água, deixaram de ir pra escola, porque as famílias também precisavam das crianças pra ir buscar água ou pra guardar lugar na fila da água. Então naquele período até janeiro, as famílias precisaram das crianças.

Para além das necessidades imediatas, muitos atingidos e atingidas observaram sua fonte de renda diminuir rapidamente ou mesmo cessar por completo. No litoral, por exemplo, tal situação se agravou com a interdição da pesca. Em fevereiro de 2016 foi estabelecida a proibição da pesca na foz do rio Doce por meio de uma decisão judicial baseada em ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal (MPF). O objetivo da decisão era preservar a saúde da população que consome os pescados da região e a sobrevivência das espécies já impactadas pelos rejeitos de mineração. A atividade foi interditada entre Barra do Riacho (Aracruz/ES) e Degredo/Ipiranguinha (Linhares/ES), na faixa de 20 metros de profundidade[XIII], e vigora até a publicação desse livro. Atingidos e atingidas relatam que não ficaram sabendo da proibição com a devida antecedência para tentarem se programar para a perda dessa perspectiva de renda.

— Nossa reserva de camarão, 95% morreu naquele mesmo dia ou na mesma semana de quando aconteceu o derramamento. Pelas pesquisas que a gente faz, o camarão só tem sete meses de vida. Se pegar a quantidade de camarão que morreu, quando essa produção vai chegar ao que era?

— Quando proibiu a pesca, foram avisados pelo rádio em cima da hora. Proibição da pesca na área demarcada devido ao desastre. A gente ficou sabendo da proibição pelos amigos. Órgãos oficiais não informaram. Fomos presos, sem saber o que era. Tomou multa! Quando começou a área proibida, ele estava lá e não sabia... Quando teve a proibição, foi que a gente começou a sentir o impacto. A gente pescava na foz do rio Doce até a 17 metros, onde hoje está proibido.

Como debatido no capítulo 2, o que fica evidente a partir das narrativas das pessoas atingidas é que essas populações tiveram pouca ou nenhuma assistência logo após o rompimento da barragem. Tiveram que lidar com mudanças bruscas de vida, a contaminação, a falta d'água,

[XIII] Fonte: MPF, 2016; FGV, 2020b.

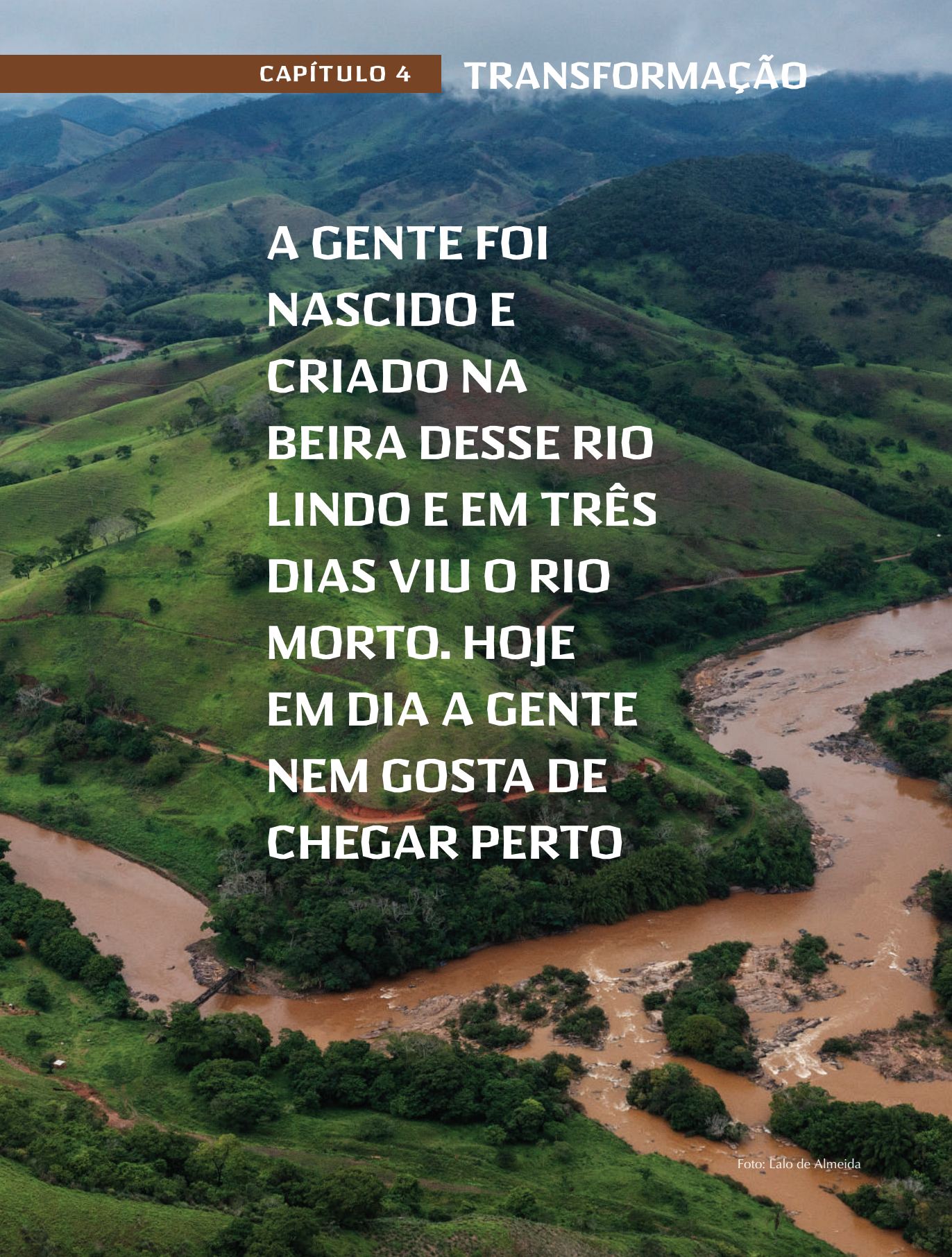
a morte de pessoas e animais, entre outros diversos danos, sem o devido suporte das empresas responsáveis pelo rompimento.

— Não tivemos ajuda de ninguém. Foi como se nada estivesse acontecendo. Como se fosse um filme de catástrofe. Aqui, ninguém de nós teve apoio de nada. Ficamos abandonados. Tivemos de nos virar.



Ilustração: Carolina Ribeiro Araujo

TRANSFORMAÇÃO



A GENTE FOI NASCIDO E CRIADO NA BEIRA DESSE RIO LINDO E EM TRÊS DIAS VIU O RIO MORTO. HOJE EM DIA A GENTE NEM GOSTA DE CHEGAR PERTO

Foto: Lalo de Almeida



Ilustração: Carolina Ribeiro Araujo

O rio Doce possui suas nascentes nos municípios mineiros de Ressaquinha e Ouro Preto, respectivamente localizados nas serras da Mantiqueira e do Espinhaço. Das nascentes até o deságue no Oceano Atlântico são mais de 800 quilômetros de extensão, o que torna essa bacia hidrográfica a quinta maior do Brasil. Nela estão contidos 229 municípios, sendo 203 mineiros e 26 capixabas, com uma população correspondente a aproximadamente 3,3 milhões de pessoas[XIV].

Parte desse território foi atingido pela lama de rejeitos que comprometeu o meio ambiente e inúmeras paisagens como o Parque Estadual do Rio Doce (MG), que abriga a maior área contínua de mata atlântica preservada em Minas Gerais e um dos maiores sistemas lacustres do país[XVI]. Também atingiu grandes cidades, inúmeros distritos rurais, terras indígenas e quilombolas, destruindo as riquezas naturais e afetando negativamente as diversas formas de relação das populações com as águas e seus ecossistemas. Apesar de possuírem características paisagísticas diversas, há algo em comum em todas as localidades atingidas: era nos ambientes de rio, mar e demais corpos d'água que boa parte da população local desenvolvia suas atividades econômicas, culturais, de lazer e conformava seus modos de vida.

— Nós tínhamos também a praia. Aqui é uma cidade que não tem praia, mas tem um rio muito bonito. Era um rio muito maravilhoso, tinha até a tal da Prainha... Então é muito triste ver uma coisa dessa e hoje em dia a gente não pode entrar na água mais.

— A respeito da paisagem, mudou totalmente. Onde era o terreno dele, tinha uma praia de areia muito bonita. Hoje em dia você não vê mais aquela praia devido ao grande volume de rejeito que desceu, abriu muitas crateras lá perto. E o lugar que era muito frequentado, o mato tomou conta, sujeira tomou conta. Então foi afetada direta e indiretamente a paisagem.

— Perda da beleza, era muito lindo! Perda do sonho da gente envelhecer e ir para beira do rio, usufruir das riquezas de um rio... Hoje perdemos o nosso Doce. O que me encantou aqui foi a paisagem, o rio, a qualidade de vida que se tem na beira de um rio, o sonho de envelhecer aqui, sair de uma cidade agitada e usufruir da riqueza do rio.

— Parece que o rio perdeu a vida depois do acontecido, mudou bastante a paisagem, ficou bem feia mesmo, a lama passou arrasando tudo...

[XIV] Disponível em: <https://www.gov.br/ana/pt-br/sala-de-situacao/rio-doce/rio-doce-saiba-mais#:~:text=As%20nascentes%20do%20rio%20Doce,povoado%20de%20Reg%C3%AAncia%2C%20Esp%C3%ADrito%20Santo>. Acesso em: 17 abr. 2023.
[XVI] IEF, 2001; FGV, 2021o.



Distrito de Bentro Rodrigues, município de Mariana/MG

Noventa e oito por cento da bacia hidrográfica do rio Doce encontra-se no bioma Mata Atlântica, um dos mais importantes e ameaçados do mundo – reduzido hoje a menos de 7% da sua área original. Este bioma apresenta elevada riqueza de espécies, muitas ameaçadas de extinção[XVII].

Moradores da região possuem uma relação intrínseca com o rio Doce - suas margens, ilhas, pedras, cachoeiras - ou mar e mangues, quando se trata da proximidade com a foz, no litoral. Após o rompimento, o ambiente foi drasticamente alterado, afetando todos os segmentos de existência dessas comunidades. Conforme diagnóstico realizado pelo Lactec[XVIII], houve perdas enormes de patrimônio natural, ecológico e paisagístico, bem como a interrupção de atividades socioeconômicas especialmente desenvolvidas na relação com esses ambientes.

— Ver a natureza é também passear no rio. A gente ia na cachoeira quase todo o final de semana. A gente vigiava essa época de lua cheia, que iluminava a beira do rio. Nunca tinha levado meus filhos na praia, a nossa praia era aqui.

— Eu vi o rio nascer, eu vi o rio morrer. Não posso ir mais. É uma sensação de morte ver o rio assim. Tudo que estava lá acabou. Até sapo acabou. Árvore, plantas medicinais. Essa lama arrancou árvores de duzentos anos! Uma coisa assustadora. Uma tristeza muito grande. Você ver a natureza, esse rio secular, um bem da humanidade, de todo mundo que mora perto do rio. Nossa história ficou manchada! É a mesma coisa de olhar para o rio e ver ele dentro do caixão.

— Lugar onde você via água, você vê agora areia, rejeito. Vários diques que foram feitos no mesmo rio. O ecossistema ficou desregulado. O ecossistema nosso mudou, hoje está cheio de cascavel. Os insetos aumentaram muito, borrachudo, pernilongo... Capivara antes tinha meia dúzia, hoje tem um monte. Antes não se ouvia falar de febre maculosa. Antes não tinha carrapato-estrela. Todo mundo sente na pele o impacto ambiental.

Os moradores afirmam que os animais que antes habitavam as regiões atingidas não são os mesmos. Há aqueles que desapareceram e outros que se multiplicaram a ponto de trazerem

[XVII] Disponível em: <https://www.snirh.gov.br/portal/centrais-de-conteudos/conjuntura-dos-recursos-hidricos/encarteriodoce_22_03_2016v2.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2023.
[XVIII] INSTITUTO LACTEC, 2020.

novos tipos de prejuízos. Após o desastre, o Lactec[XIX] identificou alterações nas populações de animais, piora de suas condições físicas, perda de conectividade – ou seja, maior fragmentação na paisagem que dificulta a circulação das espécies –, além da perda de área e da qualidade dos hábitats remanescentes. O rejeito que se alastrou no ambiente causa malefícios à saúde da fauna, acumulando elementos tóxicos nas cadeias alimentares.

— A gente tinha um bicho aqui chamado cágado, muitas pessoas conhecem por cágado. É como um jabuti, né. Avistava eles, eles já pulavam dentro da água. Hoje o que eu noto é que o desastre matou todos eles. Não tem mais. Tem muitos outros bichos que sumiram também, que a gente já deu falta, mas não falou nada. Passarinho, por exemplo, a gente via muitos outros passarinhos, tinha muitos no meio do mato e depois que aconteceu isso aí, sumiu tudo e nunca mais voltou. Destruiu a nossa flora e fauna marinha. Hoje em dia é mísera.

— Aqui as capivaras sumiram depois do desastre. Vemos também poucos jacarés, muito poucos.

— Na beira do rio aumentou também os pernilongos. Caramujo no rio virou praga aqui. É muito mesmo, não é pouco não... Isso não tinha antes do desastre! É caramujo puro, ele atrapalha quando você coloca a bomba para puxar água no rio, ele entope os aspersores, atrapalha no trabalho. Muito caramujo!

— Tem muitos da comunidade que reclamam falando de animais diferentes que ficam aparecendo por aqui: cobras, principalmente, tipos diferentes que a gente não via antes.... Quando aconteceu a lama, era um período de muita seca e os afluentes também estavam secos.

É possível perceber pelo conhecimento da população local sobre a conformação das paisagens em período anterior ao desastre que os rejeitos geraram graves desequilíbrios ambientais às regiões afetadas. Estudos do Lactec[XX] também demonstram que as alterações no zooplâncton (animais microscópicos que vivem à deriva nos corpos d'água), especialmente no período posterior ao rompimento, ocasionaram a resistência de poucos organismos em condições tão adversas. Isso resulta na perda de espécies e desequilíbrio da comunidade, o que pode refletir em toda a cadeia alimentar e inclui o desaparecimento de peixes de interesse comercial.

— Teve um desequilíbrio ecológico grande. A gente vê pelo tanto de piranha que aumentou no rio. Esse impacto demora muitos anos ainda, dá um desequilíbrio por inteiro.

— A população de escorpião aumentou muito no rio Doce. O rejeito de minério é bom pra eles se esconder dentro das trincas, eles se alimentam do tatuzinho, barata... e ficam ali procriando. Tinha quase nada de escorpião; agora tem muito, muito.

[XIX] INSTITUTO LACTEC, 2020.
[XX] INSTITUTO LACTEC, 2020.

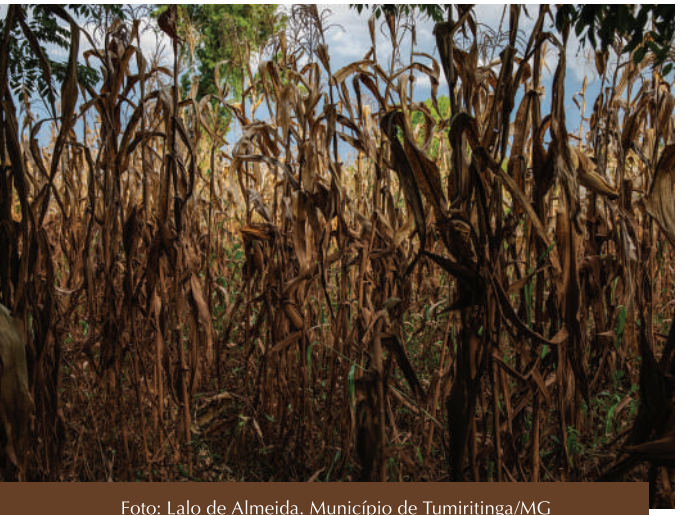


Foto: Lalo de Almeida. Município de Tumiritinga/MG

— Capivara, tatu, quati, tamanduá, jaguatirica... não existem mais. Sapo-boi sumiu, rã sumiu. Os urubus tomavam banho aqui, vinham no verão, agora não tem mais. Caçari também não dá mais. Curvina também sumiu. Sem falar também nos bichos que os peixes alimentavam, esses anfíbios sumiram todos do rio. Sem falar nas aves que sumiram todas, as garças rosas que vinham comer marisco...

Além dos efeitos visíveis, como o soterramento de praias de rio, as pessoas destacam uma mudança no microclima das regiões, que gera mais calor.

— Depois que aconteceu isso com o rio, o calor aumentou, porque não tem mais o refrigério do rio, que tinha antes. É um calor insuportável e não pode mais mergulhar no rio, não pode... O calor aumentou muito.

— A nossa roça de milho tá secando. O clima mudou, tá tudo diferente. E eu acho que tudo faz parte dessa agressão que a natureza sofreu.



Foto: Lalo de Almeida. Município Governador Valadares/MG

A população local relembra como era seu território antes do desastre e avalia que os impactos ambientais demorarão a desaparecer. Estudos como os do Lactec[XIX] também destacam a gravidade e a perenidade dos danos ao meio ambiente, questões que deveriam ser endereçadas prioritariamente pelo processo de reparação para que as populações possam retomar seus modos de vida em um ambiente sadio e reequilibrado. A vida nas ilhas do rio Doce, por exemplo, caracterizava-se essencialmente por atividades produtivas realizadas na relação com o rio e a terra, o que constituía uma identidade, um modo de "ser ilheiro".

— A nossa ilha era uma ilha viva… Gostosa de viver, de estar. A fauna, a flora, a beleza. Eu falo que morar na ilha era um privilégio! Realmente é referência para a cidade, é referência para a região.

— A nossa vida era totalmente diferente: água limpa, pescávamos muito peixe para comer, a gente tinha plantação... Cem por cento em plantação, em qualidade de vida, em tranquilidade, em sossego, em saúde. Tudo nosso era totalmente diferente! Depois que veio isso tudo foi por água abaixo...

[XXI] INSTITUTO LACTEC, 2020.

— Em relação ao meio ambiente, a recuperação tá sendo bem lenta mesmo. Às vezes, você planta e ela não sobrevive. E os animais não são mais os mesmos... Sobre a nossa água, o nosso rio está agora só a lama, minério. O rio está com cor de ferrugem. A lama continua descendo o rio. Abre o peixe e tá podre, cheio de caroço, bom por fora e podre por dentro... São coisas que a gente tá vivendo e que é irreparável.

— Todo dia eu ia pra beira do rio. O desastre matou a nossa beleza natural. Toda civilização na história é em torno da água.

— Tem algumas espécies de peixes que estavam ameaçadas e se extinguiram por inteiro.

Com a chegada e a permanência de rejeitos no litoral, os mangues, berços de vida marinha e local de trabalho de diversos moradores locais, entre eles os povos Tupiniquim e Guarani residentes no município de Aracruz (ES), são atingidos. Os Tupiniquim e os Guarani foram afetados pelo rompimento da barragem de Fundão em diversas atividades cotidianas que, para além de serem cruciais para sua subsistência, obtenção de renda e manutenção da saúde, compunham modos de ser indígenas e eram transmitidas pela prática e oralidade. A perda de espaços e insumos que propiciavam tais práticas significou também abalos à tradicionalidade indígena e aos modos de ser Tupiniquim e Guarani[XXII].



Foto: Lalo de Almeida. Município de São Mateus/ES

Os animais e plantas do mangue, como caranguejos, ostras e a aroeira (árvore que produz a pimenta rosa), alimentos e fontes de renda importantes das populações indígenas e também não indígenas do entorno, a exemplo de comunidades que sobreviviam do mangue em São Mateus/ES, foram afetados negativamente. A apicultura também foi prejudicada.

— Depois do desastre, víamos os caranguejos e peixes mortos, o mangue fedendo, a vegetação morta. Essa empresa criminosa. Acabando manguezais, tudo morto, os caranguejos, as ostras... vai na beira da praia: tudo morto! A gente vê o minério da beira da praia, aquela água vermelha...

— Na terra úmida, a produção da aroeira vem com mais força. Fica próxima ao mangue. E quando veio o rejeito, todas morreram. As vacas, que comiam o capim

[XXII] Fonte: FGV, 2020k.

próximo ao mangue, faziam esses abortamentos de bezerros. Tudo isso, que a gente fazia aqui na agricultura, não tem mais. A apicultura acontecia muito nos manguezais, os enxames ficavam próximos aos manguezais e aroeiras, caiu muita florzinha e diminuiu tudo...

— Precisa de pesquisas aqui! Por exemplo, frutos que maduram e ficam verdes ao mesmo tempo - isso não acontecia antes! A questão da aroeira, que a gente gosta de plantar na parte baixa, essa produção foi afetada. Os pés morreram. E a aroeira é uma planta nativa, forte, que se adapta. A questão das abelhas... foram morrendo. Sem as abelhas, não tem como as aroeiras produzirem!

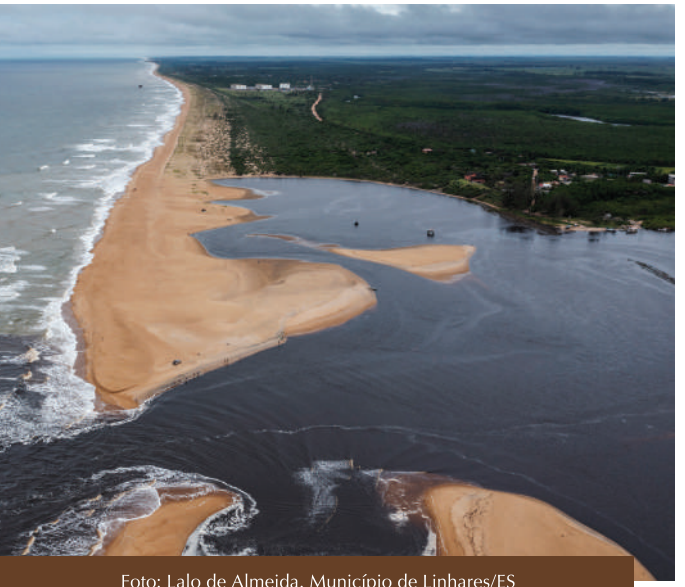


Foto: Lalo de Almeida. Município de Linhares/ES

Apesar de toda a certeza da população que vivia em contato com as paisagens locais sobre suas bruscas e profundas alterações, a instituição oficialmente responsável pela reparação dos danos causados pelo desastre, a Fundação Renova, muitas vezes, não as reconhece, como ocorreu na região litorânea do Espírito Santo[XXIII]. A dor da perda do que se tinha antes do rompimento da barragem, sobretudo o que estava diretamente ligado ao rio Doce e ao mar, demarca a importância das paisagens para os modos de ser, pensar e fazer das comunidades atingidas.

— A Fundação Renova e as empresas dizem que não está envenenado, mas está sim. Tudo está morrendo, até os peixes que eu tenho em criatório. E ninguém sabe quando isso vai melhorar, é muito difícil recuperar o meio ambiente!

— Nós e os animais tínhamos uma vida. Não tem mais respeito entre as pessoas. O rio Doce está morto, está assoreado e contaminado. É uma bacia inteira! Não tem como comparar o que foi feito antes e o que está sendo feito agora. Essa mixaria que eles estão pagando é o que eles tiraram a vida toda da gente. Se o rio Doce acabar de vez, estamos mortos.

[XXIII] Os municípios de Serra, Fundão, Aracruz (com exceção da localidade de Barra do Riacho, no município), São Mateus e Conceição da Barra, no litoral do Espírito Santo, sofreram uma longa disputa judicial para seu reconhecimento, pela Fundação Renova e empresas causadoras do desastre, como municípios atingidos. O embate se inicia em 2017 com o reconhecimento das localidades como atingidas por deliberação n° 58 do Comitê Interfederativo (CIF), colegiado incumbido de acompanhar as atividades de recuperação, compensação e reparação dos danos causados. A decisão, no entanto, vinha sendo desrespeitada pela Fundação Renova e suas mantenedoras, que não conduziam nos locais diversos de seus programas de reparação. Ao final de 2022, a Justiça Federal, em nova decisão, dá prazo de 30 dias para que a Fundação Renova e suas mantenedoras - Samarco, BHP Billiton e Vale - incluam essas áreas nos mais de 40 programas socioambientais e socioeconômicos de reparação. Ao final do ano de 2023, no entanto, a Justiça Federal suspende a inclusão do litoral capixaba das áreas atingidas, e determina a realização de uma nova perícia para confirmar se a região foi alvo de dano ambiental, econômico e social. Foi apenas no primeiro semestre de 2024 que a Justiça Federal determina que as comunidades entre Nova Almeida e Conceição da Barra sejam tratadas como atingidas. Para informações mais detalhadas, ver nota técnica da FGV sobre o caso (FGV, 2021w).

— A gente está aqui, espera que nossa voz ecoe. O rio Doce está aqui do lado, e estamos cercados de água e manguezal, se não somos atingidos, quem foi? A lama já chegou na Bahia.

— Mas nas comunidades a gente não teve ação nenhuma, nem da Renova, nem do município, meio de informação nenhum para as comunidades quilombolas. E agora estamos tentando buscar nosso direito tardio. Essa é a grande dificuldade que as comunidades enfrentam.

— Estão até cortando os lucros cessantes dos pescadores, pois tem laudos que comprovam que a região não foi atingida. Falam que existem laudos que a região não é atingida, mas tem estudos e cadastros que mostram que foram atingidos. Imagine, a própria Fundação Renova avaliou barcos atingidos aqui na região. Olha só nossa situação?

Embora muitos impactos tenham sido percebidos imediatamente após a passagem da onda de rejeitos, um desastre não é um evento pontual, mas um processo que se desenrola ao longo do tempo e se propaga no espaço geográfico. Os danos relatados seguem ocorrendo, podendo se agravar ainda mais, segundo reforçam os estudos do Lactec[XXIV] e os da FGV.



Ilustração: Carolina Ribeiro Araujo

[XXIV] INSTITUTO LACTEC, 2020.

CAPÍTULO 5

RUÍNA

EU CONTINUO AMIGO DO RIO DOCE, MAS ELE NÃO É O MESMO AMIGO QUE COLOCAVA O PÃO NA MINHA MESA, ELE FOI ASSASSINADO

Foto: Lalo de Almeida



Ilustração: Carolina Ribeiro Araujo

São muitos os danos sofridos pela população atingida ao longo dos municípios por onde passou a lama de rejeitos. Grande parte deles não são palpáveis ou passíveis de uma valoração monetária que compense a integralidade dos prejuízos. Afinal, quanto custam relações sociais? Apenas dinheiro compensa a paisagem degradada? Ou as afetações à identidade de uma família de pescadores e pescadoras na impossibilidade de adentrar o rio?

Os danos imateriais, no entanto, serão tratados de maneira mais detida nos próximos capítulos. Este capítulo aborda aquilo que é mais visível: as perdas materiais dessas populações, apesar de não ser sua intenção dar conta de todas elas. Os danos materiais, segundo a Corte Interamericana de Direitos Humanos[XXV], consistem nas perdas e supressões de ganhos das vítimas, gastos efetuados por conta dos problemas causados e as consequências ligadas a valores monetários que tenham relação com o problema em questão. Representam os prejuízos gerados ao patrimônio das pessoas, perdas de bens ou itens que tenham valor econômico.

— A lama chegou no terreno de um morador de Pedra [Pedra Corrida, MG], pegou a cisterna e abalou a casa.

— Perdi roupa, canoa, anzol, rede, ficou tudo na área da fazenda Porto Alegre [Rio Doce, MG].

— Eu não vejo mais minha família que está do outro lado do rio, o barco ainda está atolado.

Três distritos foram, parcial ou completamente, destruídos pela lama de rejeitos: Bento Rodrigues, o primeiro a ser atingido pela lama e onde residia a maior parte das vítimas fatais, e Paracatu de Baixo, ambos localizados em Mariana (MG), e Gesteira, distrito de Barra Longa (MG). Até o momento de escrita deste texto, mais de nove anos após o desastre, nenhum dos reassentamentos que deveriam ser entregues pela Fundação Renova havia sido completamente finalizado[XXVI]. Para além de territórios soterrados pela lama de rejeitos, diversas outras localidades sofreram com a perda de bens materiais, como casas, galpões, eletrodomésticos, plantações, materiais de trabalho, dentre inúmeros outros exemplos.

— Eu conheço um moço que perdeu tudo que tinha na ilha.

— A casa de madeira daquele local que a gente plantava foi toda danificava, foi destruída. A gente alojava vaqueiro lá, foi destruída e hoje não aloja ninguém. Foi embora televisão, geladeira... Graças a Deus que não tinha ninguém na época! Foi tudo destruído...

[XXV] Disponível em: <https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_318_por.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2023.
[XXVI] A Fundação Getúlio Vargas realizou estudos, notas e opiniões técnicas a respeito do processo de reassentamento do distrito de Gesteira, no município de Barra Longa (MG). Também existem relatórios e dossiês organizados pela Ramboll sobre a temática. Essas e outras informações estão disponíveis no site: <https://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/atuacao-do-mpf/pareceres-e-relatorios.>



Foto: Lalo de Almeida. Município de Governador Valadares/MG

— A lama passou, a casa era à moda antiga, toda de pau a pique. Ela tem 1,60 m de altura, a lama entrou dentro da varanda, lá em cima, e tem a marca de lama até hoje. Não é uma lembrança boa, lá em casa foram quase 2 km de rio invadindo. Destruiu a roça toda, muita coisa.

— Na ilha eu tenho um barracão de telha de amianto cercado de bambu. Não chegou a destruir tudo, mas ficou bem alto de lama. Algumas coisas que guardávamos, de mantimento, se perdeu. A gente teve que retirar a lama de dentro do barraco. Foi necessário retirar lama dos barracões.

Em adição às perdas imediatas causadas pelo soterramento, estão aquelas relacionadas à capacidade produtiva dos solos, aos danos gerados aos animais de criação que bebem água contaminada, à desvalorização de bens, à contaminação de poços artesianos e consequente necessidade de se obter outras fontes de água, à deterioração ou destruição de equipamentos de trabalho, às enchentes que ocorrem com maior frequência após o desastre e afetam materialidades etc. Os prejuízos econômicos são muitos.

— Pela lama tóxica ter passado e estragado o solo, eu fiquei com dificuldade de produzir o alimento para as criações, tive que acabar com a criação de porco tudo. Só de lembrar eu fico em pânico... os bichos começaram a passar fome, vendia a preço de banana e perdi tudo. Morreu gado naquela época que a lama chegou, bebendo água do rio... Os pecuaristas, que têm bois na beira do rio, nas ilhas, as suas vacas não tão segurando a cria, tão abortando. Tá tendo muita perda pros pecuaristas: os gados, os carneiros, as cabras. Quem tá usando a água, tá tendo perdas.

— Eu percebi que a gente não tinha condições de levantar a casa novamente. A casa da gente... o lar da gente tem que ser um lugar seguro e hoje virou um tormento morar na Ilha. Eu não vendi e nem vou vender, porque não vou tomar mais prejuízo ainda. Hoje não consegue alugar casa nenhuma e nem vender, porque é só prejuízo. A nossa terra foi muito desvalorizada, nossa terra não tem nenhum valor mais. Não conseguem nem vender, já tentei vender e não se consegue.

— Quando vem enchente, a gente perde móveis novamente. Aí quando abaixa a água, aquele barro fedorento, a gente tem que tá limpando aquilo.

— As casas desvalorizadas, gasta dinheiro com pintura.

— Tinha um poço semiartesiano, hoje eu não tenho mais. Eu tive que comprar encanação.

— O motor bomba que a gente pega água no rio, pega água no poço artesiano também, estragou. Arrebentou porque é feito para puxar água e acabou puxando barro. Meu material... eu perdi tudo em casa, porque estraga tudo. Perdi os meus congeladores, porque estando parado não tem jeito. Nossos motores pararam, estragou tudo, nossas bombas no rio... tudo estragou. Sem falar o facão dos motores, corrói. Eles falam que isso não é contaminante, mas é sim! Os motores, os facões dos motores... tão corroendo aquele ferro que fica junto com a hélice, que fica dentro d'água. Aquela pintura não some, tá corroendo o aço do maquinário das nossas embarcações.



Foto: Lalo de Almeida. Município de Linhares/ES

— Perdi alguns bens materiais. Perdi plantação de cana, laranja, banana, acerola, perdi horta. A lama veio e acabou com tudo. Perdemos mesa, televisão, armário, fogão.

— A respeito dos prejuízos que tivemos, não foram só os peixes que morreram, foi equipamentos que a gente perdeu todos. Lugar de rede é na água, lugar de bote é na água. Se você tirar a rede da água, perde a vida, quebra, fica muito frágil. Nós, pescadores, tivemos que vender nosso equipamento de pesca, congelador, freezer... Tivemos que vender no desespero, porque a gente não tinha dinheiro.

A população narra a perda de colheitas que dependiam da irrigação de água do rio Doce. Outras atividades econômicas prejudicadas estão ligadas à extração, transporte e venda de areia. O produto comercializado por areeiros são as areias fina, média e grossa, agregado básico para utilização na construção civil. Sua venda era feita diretamente ao comprador final ou a depósitos e lojas de material de construção. O transporte da areia feito pelos carroceiros, especialmente nos casos da extração manual, também era fonte de renda, sendo tais atividades, muitas vezes, associadas[XXVII].

— Eu também estava com a lavoura boa, na época de colher, e não deu o prazo da lavoura granar, perdeu tudo porque não podia molhar. Daí foi toda perdida! Eram doze mil pés de café e ia dar bastante café... e não deu pra aproveitar nada. Os pés de café morreram e foi tudo por água abaixo. Está tudo a ver navios até hoje...

[XXVII] FGV, 2021p.

— A nossa maior renda era do rio Doce, porque tinha areia fina e a gente pegava dos carroceiros que traziam próximo à BR [rodovia]. Hoje essa areia está cheia de rejeitos e há possibilidade de apodrecimento do reboco.

Os pescadores e pescadoras compartilham suas dificuldades, sobretudo porque após o desastre houve medidas de restrição e proibição da pesca, tanto na região da foz, como mencionado no capítulo 3, quanto ao longo da bacia do rio Doce no estado de Minas Gerais quando se trata de pesca profissional e de espécies autóctones, incluindo seu curso principal e demais corpos d'água[XXVIII]. A diminuição do volume de peixes, a necessidade de adaptação da pesca para a captura de peixes não nativos do rio Doce, as perdas de barcos e materiais de pesca, e, no caso do litoral, a necessidade de novos equipamentos para ir mais longe da costa e realizar a atividade fora da área proibida, agravaram a situação econômica das pessoas envolvidas na cadeia da pesca.

O surfe foi outra atividade impactada: a conformação de ondas na região de Regência (município de Linhares/ES) é propícia à prática, razão pela qual contava com escolas e campeonatos profissionais que foram suspensos devido ao risco de contaminação após a chegada da lama. Hoje, campeonatos acontecem, mas sempre com desconfiança em relação à qualidade da água.

— Os danos foram incalculáveis! Na época, eu tinha quatro embarcações carregadas pra sair. E saíram, voltaram sem nada. Saíram pela segunda vez e voltaram sem nada... Na terceira vez, proibiram a nossa área de pesca. A área onde havia o cação e outros tipos de peixe hoje não tem mais. Eu perdi dois barcos, tive que vender barato pra poder quitar a minha dívida junto à Peroá, que é onde a gente carrega os barcos. E assim vem... Hoje tenho outro barco parado, porque a área onde se pescava o cação hoje não pode mais.

— A pesca que muita gente era adaptada, porque muita gente tem a preferência de pescar um tipo de peixe, mudou. Porque muita gente tinha preferência de pescar os peixes que hoje não pode. As pessoas eram adaptadas a pescar aquele tipo de peixe, muita gente não sabia pescar o tucunaré e teve que aprender a pescar o tucunaré agora, porque não pode pescar o outro. Com isso, a dificuldade cresceu muito aqui.

— Então aquele impacto de 2015 permanece. Tem que sair para fora uns 18 km, pois não tem mais peixe na beira. Para ir para fora, tem que ter um equipamento, uma sonda, um GPS para poder achar os locais de pesca. O prejuízo ficou também nos petrechos de pesca, que tá tudo parado, sem uso, estragou tudo.

— Eu perdi muita coisa por não usar mais, barco, freezer... E a perda dos materiais de pesca parados: rede, motor rabeta, motor de 15 hp [*"horse power"*, cavalo de força em português].

[XXVIII] As medidas de proibição e restrição da pesca na bacia do Rio Doce em Minas Gerais foram instituídas primeiramente através da portaria nº 78 do Instituto Estadual de Florestas (IEF), de 31 de outubro de 2016 e, posteriormente, pela portaria nº 40 do IEF, de 11 de maio de 2017.

— A parte toda do surfe parou completamente. Os equipamentos se perderam e, seis anos depois, ninguém nem sabe onde estão esses equipamentos...

— E a gente sobrevivia muito da pesca, como a gente não pode mais usar o rio pra pescar, ficou uma defasagem para muitas famílias da nossa região.



Foto: Lalo de Almeida. Município de Linhares/ES

Como já pontuado em algumas narrativas, para além da destruição e contaminação causada pela lama de rejeitos aos bens materiais da população, a própria resposta a esses prejuízos oferecida pela Fundação Renova resultou em mais problemas. Uma análise mais detalhada dessa atuação será realizada no capítulo 9, mas aqui apresentam-se alguns relatos de como as providências pós-rompimento (ou a falta delas) provocaram novos danos.

Em diversas localidades, como Barra Longa (MG), Santa Cruz do Escalvado (MG), Rio Doce (MG), Resplendor (MG) e Aimorés (MG), moradores reclamam de trincas nas casas que estão sendo geradas pela grande movimentação de caminhões destinados a obras de reparação, limpeza ou abastecimento de água. Segundo dossiê da Ramboll[XXIX] sobre trincas, fissuras e rachaduras decorrentes da atuação da Fundação Renova no território afetado (como, por exemplo, na execução de obras relacionadas à reparação e circulação constante de grandes caminhões em vias não preparadas para tal), os danos envolvem um número de pessoas atingidas superior àqueles presentes nos processos de reassentamento, girando, até o momento da escrita do dossiê citado, em torno de 800 imóveis danificados.

— Fizeram uma estrada de rodagem a dez metros da minha casa e agora minha casa tá cheia de trinca. Falaram que eu construí em lugar incorreto. Tem trinta e quatro anos que moro lá e nunca tinha dado trinca.

— Eu perdi tudo que tinha na casa. O caminhão passou, veio rachaduras e derrubou minha casa. Nós viemos morar na igreja. Eu não posso ficar aqui, falei pra Renova que não aguento o barulho da zoeira.

Em outros municípios, obras iniciadas visando solucionar problemas de abastecimento de água decorrentes da contaminação do rio Doce acabaram gerando novos prejuízos. Em Colatina (ES), por exemplo, foram feitas tubulações para captação alternativa em outros rios passando por hortas e prejudicando agricultores e agricultoras, medida esta que não resolveu a questão do abastecimento, já que as pequenas barragens construídas em rios alternativos se romperam e novas obras tiveram que ser realizadas.

[XXIX] Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/documentos/relatorios-ramboll/dossie_reassentamento_nov19.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2023.

— As barraginhas foram feitas nas nossas propriedades, mas estouraram todas e acabaram trazendo mais problemas, pois não foram bem planejadas. Esqueceram de colocar ladrão [extravasor de água], então ela pocava [estourava] e aquela terra ia pra os rios, para as baixadas. Acabou trazendo mais problema.

— Depois que aconteceu o desastre, em 2016 para 2017, a Samarco esteve aqui, abriu uma vala no meio das nossas hortas e passaram duas tubulações gigantescas pra ir pegar água no Rio Pancas. Mas, que água? Porque o Rio Pancas estava seco, pois a gente vinha de uma grande seca em 2015... e, infelizmente, eles fizeram essa tubulação. As bombas não têm mais. Tanto no Rio Pancas como no Rio Santa Maria, eles fizeram esse procedimento. E nós aqui... eles passaram essa tubulação no meio das nossas hortas. Está lá até hoje! Ligaram uma vez só as bombas, inclusive o cano estourou em frente à nossa horta aqui. E nunca mais utilizaram. Foi só uma demonstração pra mídia, pra falar que eles estavam fazendo alguma coisa, mas a tubulação está lá até hoje.

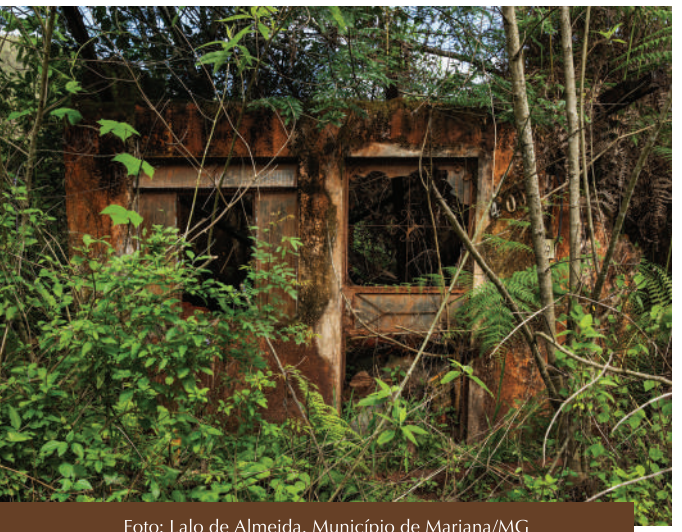


Foto: Lalo de Almeida. Município de Mariana/MG

As enchentes nas regiões atingidas são outra temática de grande complexidade após o rompimento da barragem de Fundão. Se houve um tempo em que o transbordamento das águas poderia significar uma terra mais fértil para o plantio, depois do desastre esse fenômeno, que gerava alguns prejuízos, mas era até então gerenciável pelas populações, tornou-se sinônimo de mais danos e da renovação do desastre. O rejeito segue presente nas águas e no solo. Com as chuvas, aquilo que estava depositado no leito e margens dos rios ou em parte das praias se revolve, aumentando o índice de contaminação das águas, margens, solos, ar[xxx]. As enchentes se tornam mais intensas, densas, carreiam barro repleto de rejeitos, atingem casas, propriedades e famílias.

— Quando vem a enchente de novo, volta a prejudicar e juntar lama de minério na minha propriedade. As casas foram trincadas e danificadas por causa da lama que entrou, todas as casas, foi uma destruição. A lama que entrou rachou o piso da casa, tive de reformar. Não sei o porquê, se foi excesso de peso de barro. A nossa casa, eu tenho foto, está em calamidade.

— Não teve uma casa dessas que não foi danificada. Não teve um que não teve problema aqui. Todo mundo teve de reformar a sua casa. Cerâmica afundada, barranco caído. As rachaduras nas casas estão até hoje, as marcas nas paredes da

[xxx] Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/documentos/relatorios-lactec/folders-2020/folder-lactec-agua-dos-rios.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2023. Também disponível em outros relatórios do Instituto Lactec.

lama não saíram. Não temos condições de estar arrumando a casa, está caindo, toda vez que chove, a água invade, tem que tirar nossas coisas, levantar nossa mobília.

— Veio as enchentes e saiu devastando tudo, justamente por conta do barro, da degradação da lama. Aí vem correnteza, vem desfarinhando os lugares e desmorona. Nós tivemos muitos problemas com a destruição de calçadas e muros.

— A enchente do rio Doce passou 1,2m de água do rio Doce. A gente limpou o poço, mas a água continuou com aquele cheiro de água de barragem, aquela água ferruginosa. A água, os poços artesianos que fizemos antes, está tudo contaminado. A lama desce até o fundo do poço artesiano e contamina ele todo.

— Toda vez que temos uma enchente, nós temos um mini desastre, nós temos um mini crime ambiental acontecendo sistematicamente. Toda enchida do rio a gente não vê mais água, vê é lama no rio. Em 2022, com a última enchente que teve, o mato que tava no meu quintal foi como se tivesse batido Roundup [agrotóxico]. Foi mais minério dessa vez. Até 2015 não tínhamos tido enchente para entrar em casa, não vinha nem na rua. A partir de 2015, 2016, tivemos uma enchente depois da lama que veio dentro do meu lote, quase entrou uns 10 cm dentro de casa. A de 2018 entrou uns 80 cm e a de 2022 entrou 1,70 m dentro de casa. A gente vê que assoreou a base do rio Doce. Uma semana de chuva, pode esperar que a água vem na sua porta.

— As enchentes que tinham antes nunca foi um problema, porque as enchentes aconteciam em um prazo maior. Segundo, porque a ilha era limpa em três dias, a vez que demorou mais para limpar foram cinco dias... Hoje, a enchente de 2020 demorou 52 dias para ser limpa, e a de 2022, 25 dias. Antes a gente não tinha esses problemas. Na época da enchente, eu fiquei umas duas semanas ou três sem a água, só depois que a água veio. A enchente de antes de 2015 renovava o solo, pois antes vinham bancas de areias e matéria orgânica, agora é só rejeitos de minérios. O solo e o rio estão assoreados, o rejeito que está na nossa terra não deixa a água entrar no solo, vira um concreto.

— Cada enchente que vem tem rejeito de minério. Dessa última enchente que teve, tudo acaba na beira do rio. A enchente do ano passado encheu de barro minha plantação. Tem lugar que tem 10 cm de barro, a grama está morta por baixo, um tijolo por cima dela. Esse rejeito não acaba tão cedo, está dentro das ilhas... Toda vez que enche e chove, joga tudo no rio de novo. A lama acumulada no fundo, o resíduo é removido e jogado de novo para os lugares, mata mais peixes e outros tipos de animais que bebem da água. Com a enchente desse ano, morreu tudo até aqui para cima. Falam que a água está boa, que não tem minério, mas por onde ela passa, está matando tudo.

CAPÍTULO 6

CONTAMINAÇÃO

A LAMA NÃO ACABOU AINDA NÃO, O VENENO CONTINUA DESCENDO



Foto: Lalo de Almeida



Ilustração: Carolina Ribeiro Araujo

A contaminação dos territórios atingidos na bacia do rio Doce trouxe diferentes implicações para aqueles que moram ou frequentam suas proximidades. A queda do poder aquisitivo e o desemprego foram algumas delas. No curto prazo, entre 2015 e 2018, a FGV[xxxi] calculou que o PIB de Minas Gerais e Espírito Santo teve uma perda entre R$ 225 bilhões e R$ 267 bilhões. Outro estudo[xxxii] que leva em consideração períodos de longo prazo estimou a perda do PIB total de Minas Gerais e Espírito Santo, conjuntamente, entre R$ 547,4 bilhões (2015-2034) e R$ 662,9 bilhões (2015-2031), valores intermediários entre diferentes cenários avaliados que levam em conta, entre outras coisas, a retomada da extração minerária.

Neste capítulo destacam-se as narrativas mais diretamente relacionadas às atividades econômicas e de subsistência das pessoas atingidas, fortemente dependentes do ambiente contaminado pela lama de rejeitos. Além de ser fonte de renda e acarretar perdas materiais, muitas dessas atividades garantiam o sustento das famílias, como é o caso de agricultores(as) e pescadores(as). É fundamental, então, também tratar dos prejuízos alimentares nesses territórios.

Grande parte da região atingida se caracteriza pela pluriatividade, isto é, quando um mesmo indivíduo ou núcleo familiar realiza diversas atividades econômicas, seja alternadamente, de acordo com ciclos sazonais, ou como estratégia contínua essencial para a manutenção das condições de vida e complementação de renda[xxxiii]. Dentre as atividades desenvolvidas ao longo dos territórios afetados, destacam-se a produção agrícola, a criação de animais, a pesca, atividades extrativas, o comércio de areia e os serviços de turismo.

A pluriatividade é muito comum em ambientes onde a informalidade do trabalho é expressiva. Combinada a ela, a troca de produtos entre moradores da região era bastante comum. Peixes, mariscos, vegetais, verduras, ovos, leite eram frequentemente permutados, complementando a alimentação cotidiana. Hoje, com a impossibilidade de tais atividades, os alimentos têm que ser comprados, aumentando o custo de vida da população que já sofre com a perda de renda.

> **— A vida está muito mais cara. Antes havia troca entre as pessoas da comunidade, do que produziam. Antes eu trocava um balde de peixe por ovos, galinha, com a vizinha.**
>
> **— Carne, leite e todo tipo de verduras que se servia do rio, ninguém queria comprar, adquirir...**

[xxxi] FGV, 2021x.
[xxxii] FGV, 2021x.
[xxxiii] FGV, 2020a.

— Muita gente vivia do ouro. Veio a barragem, o desastre, e acabou com tudo. Eu ia tirar o ouro por causa da falta de serviço. Muita gente fazia isso. Meu avô criou dezesseis filhos com o garimpo. Os filhos foram criados na beira do rio. Extração de ouro não tem mais.

— Areia, pedra, cascalho... tirava tudo de lá. Para construir uma casa agora, tem que comprar fora. A casa da minha mãe foi toda feita com areia e pedra desse rio. Ninguém quis comprar a areia mais. Ficou muito suja. Antes era muito emprego direto e indireto.

— Perda do turismo. Vinham nadar e pescar, agora ninguém vem. Muita gente vinha visitar o lago. Vinha gente de longe com bote para descer o rio. Vinha muita gente tomar banho de rio. Agora não vem mais.

— Tirava renda com garimpo, vendia um peixe, tirava areia... Hoje somos pescadores sem rio e sem peixe, somos garimpeiros sem ouro, areeiros sem areia e produtores rurais sem terra fértil.

O alimento que até então poderia ser cultivado ou pescado, com a chegada dos rejeitos, desapareceu ou se tornou impróprio para consumo. Dessa forma, além de perder a fonte de renda, tornou-se necessário receber mais para comprar aquilo que antes não era contabilizado nas despesas de cada família.

— Eu plantava abóbora, quiabo, feijão... e colhia. Agora não colhe nada mais. Você planta uma horta, um pomar, e as coisas não crescem como cresciam antes! As minhas mexericas ficaram pretas.

— Agora não pode plantar, tem que comprar. Depois que a lama passou nos pés das plantas, nos quintais, simplesmente secou. Hoje só tem lama lá.

— A gente era pescador e agora virou comprador. Se quiser comer peixe tem que comprar.

— Rio é fonte de alimento. Hoje tem que comprar ou ficar sem comer. Muitas vezes, a [Fundação] Renova questiona que você não perdeu renda, mas antes você pescava e agora tem que comprar carne. Então você está perdendo renda!



Foto: Lalo de Almeida. Município de Tumiritinga/MG

— Dá saudade de olhar para o rio. De pegar o peixe e poder comer. Era a garantia da mistura do almoço e da janta. A gente não tinha dinheiro para comprar carne e comia peixe.

— Todo mundo que necessitava de algo a mais recorria à pesca. Muitos que, às vezes, passavam um tempo desempregados, nesse tempo era a pesca que sustentava. Existia muito essa questão da troca, você que enjoou de comer um peixe hoje, você ia lá pescava e chegava num comércio, ou na rua, e já vendia o peixe, às vezes até no próprio comércio você trocava o peixe numa outra coisa, hoje não. A pessoa pescava para consumo, para ajudar na renda deles. Hoje não tem mais, nem para consumo e nem para ajudar na renda, nem nada.

A perda de tais atividades se dá em função da contaminação de água e solo pelos rejeitos de minério. Os produtos antes comercializados, trocados ou consumidos estão hoje carregados de medo. A falta de informações claras e precisas, por exemplo, sobre o grau de toxicidade da água – seja para aqueles que têm acesso ao abastecimento público ou para quem depende de poços artesianos, cacimbas, captação direta do rio, etc. – aumenta a insegurança sentida pela população. Por isso, existe uma demanda constante das pessoas atingidas por estudos de instituições independentes das empresas causadoras do desastre, que possam informar sobre a segurança do uso e consumo da água, além dos alimentos cultivados na região.

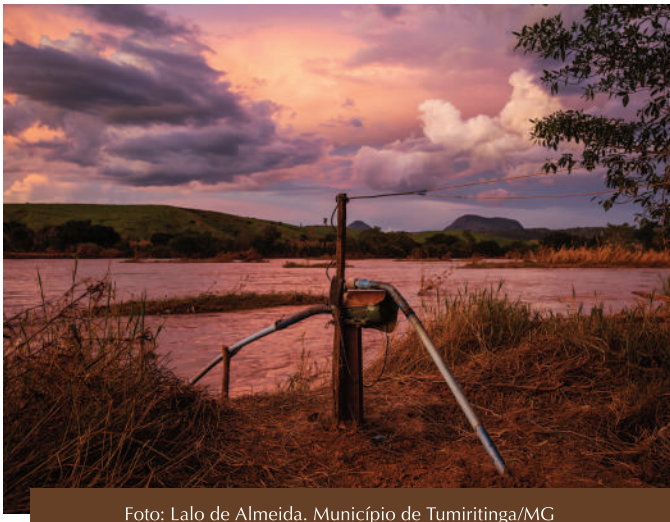


Foto: Lalo de Almeida. Município de Tumiritinga/MG

Em diversos locais, apesar de os órgãos responsáveis pelo abastecimento e a Fundação Renova alegarem que a água é própria para consumo, a desconfiança sobre a potabilidade é grande. Isso fez com que alguns moradores passassem a comprar água mineral para beber e cozinhar, como tratado anteriormente, o que se torna uma despesa extra em relação ao período anterior ao desastre e inviável para aqueles em difícil situação econômica. Grande parte da população vive constantemente com medo da água que consome e utiliza todos os dias.

— Não existe água potável pra consumir... Eu compro água desde aquela época, compro água mineral. A gente continua comprando água, porque a água não é própria pra uso. Apesar de eles constatarem que está, a gente que usa, a gente sabe que não está. Ninguém confiava no tratamento da água.

— Depois começou a pegar água em poço artesiano. Aí foi levantada a hipótese de que a água do poço podia ser contaminada, porque estava muito próxima ao rio, que poderia também ter sido contaminado.

— Você tá usando a água da rua. Você não tem dinheiro pra ficar comprando água de consumo, água pra você cozinhar, pra lavar vasilha, lavar uma verdura...Você não tem. As caixas d'água deveriam ser lavadas pela empresa que trouxe essa lama. Tem que limpar, tem que tirar boia. É muito prejuízo que a gente tem! Aqui a gente limpava uma, duas vezes no ano, agora não tem como, a caixa fica preta e as boias têm que trocar. É minério mesmo que tem. Como que [Governador] Valadares [MG] vai sobreviver com essa água contaminada?

— Quando chove, interrompem o abastecimento. A gente chega até ficar uma semana sem água no bairro. Às vezes, a gente fica dois ou três dias sem água, porque a bomba não tá conseguindo, porque é muita lama.

— Os gastos que estamos tendo com água mineral... É lógico que afetou a nossa vida financeira! Não são todas as pessoas que têm condições de ficar comprando água mineral. Eu sou costureira, para mim, ficaria pesado. A gente tem que ir na fazenda buscar galões de água e ficar atento se a água tá boa... Até quando a gente vai conviver com isso?

— Todo mundo reclama da falta de água até hoje. A gente ficou de quatro a seis dias sem água no mês passado. É uma falta de respeito muito grande! Tem dia que tem água, tem dia que não tem. Às vezes, tem rodízio. E a água é podre!

— Essa questão da água potável é difícil de entender e dá raiva. Qual água está menos ruim, a do caminhão da prefeitura ou a do poço? São duas águas que vão dar um veneno no final.

— Tem a incerteza, não sabemos como está o lençol freático, nunca apresentaram um estudo, não sabemos.



Foto: Lalo de Almeida. Município de Linhares/ES

Cabe aqui um destaque à atividade pesqueira, realizada em diversas modalidades ao longo dos territórios atingidos (como comercial, artesanal, de subsistência, amadora) e geradora de trabalho e renda. Com a contaminação das águas, o consumo dos peixes foi interrompido ou comprometido pelo medo da contaminação, e segue até hoje sob suspeita, alterando hábitos alimentares na região. A pesca no rio Doce e no litoral do Espírito Santo não beneficiava somente quem pescava, mas toda uma cadeia de negócios: fornecimento de insumos como redes, manutenção de embarcações, venda de gelo, trabalhadores de portos, até o fornecimento dos pescados para diversos comércios, como bares e restaurantes.

— A gente fica sem confiança de estar comprando alimento produzido na região, porque muitos são aguados com água do rio Doce. Vários produtos perderam sua qualidade mesmo, por conta da lama. Existe um impedimento natural, seja por medo ou qualquer que seja a razão, ninguém come mais peixe, não se vende mais na região. Tirou do prato da região o pescado. Hoje comemos carne de outra procedência, mas não do peixe. Eu gosto é de comer peixe, carne vermelha pra mim é veneno.

— Com o rompimento da barragem, a produção de pesca caiu, aí diminuiu o trabalho para todo mundo. Menos embarcações, pescado. O apoio trabalha menos e ganha menos. O porto [do Suá, em Vitória/ES] ficou muito vazio e a gente depende do movimento. Diminuiu os postos de trabalho da cadeia da pesca. Mais ou menos 20% do valor da pescaria seria para manutenção. Mas hoje esse é o lucro, por venda baixa. Então não sobra para manutenção. Hoje só pedem serviço de reparação nos barcos quando está no limite. Várias peixarias mudaram de dono, passaram o ponto. Empresas que abastecem faliram. Pescadores compram menos gelo, caiu pela metade. Diminuiu o número de carregadores, antes era um por cada barco. Vendia mais tempero. Caiu muito, porque o pessoal não vem mais comprar peixe.



Foto: Lalo de Almeida. Município de Mariana/MG

Também os criadores de animais acompanharam o seu adoecimento e temem a contaminação a partir do consumo de seus derivados, como laticínios ou mel. Agricultores e agricultoras que voltaram ou continuam a plantar no território convivem com o medo de estarem consumindo comida contaminada. A comercialização dos produtos se tornou difícil, afinal todos os compradores têm receio da água do rio Doce. Os rejeitos cobriram algumas propriedades, ocasionando a desvalorização das terras.

— As vacas estavam abortando muito, algumas chegaram até a morrer. Teve o gado que deixou de ganhar arrobas. Se você abrir a barriga dos bois, você vai ver o minério lá. O minério para o boi é muito prejudicial! Passou uma média de quinze dias mais ou menos e comecei a ver as vacas emagrecendo, as vacas adoecendo e as vacas começando a ficar diferente, falam que dá distúrbio. Aqui eu tenho umas cinco ou seis covas onde eu enterrei a criação, e tudo veio depois desse problema da água! Essa coisa que tem no rio, a pessoa não percebe, mas o gado não engorda, ele vai só emagrecendo...Talvez ele dure até um ano, mas continua sempre magro. Nós tivemos quinze vacas com aborto. Nós tivemos vacas que tiveram problema com acidez no leite por causa da água do rio. Foi tudo comprovado. O reflexo do que foi atingido por esse minério vai longe... isso tá com seis anos e nós estamos tendo prejuízo até hoje.

— Aqui tem gente que tem abelha na margem, a gente perdeu muitos enxames. Na época que veio a lama, a perda de enxame foi total. Tem apiário que a gente nunca mais colocou, porque perdeu tudo, não sobrou nada. Em relação à qualidade do mel, nós já tivemos algumas análises de mel que apresentaram metal pesado, principalmente a presença de chumbo em mel que estaria preparando para exportação.

— As pessoas tinham seu lugar de plantar, gerava emprego na colheita de limão, na colheita de bater feijão, na colheita de milho, tirando coco para os companheiros, no corte de cana. Eu comprava de muitos, mexia com atravessamento, comprava jaca, limão, jabuticaba, todas as frutas produzidas aqui. Agora ninguém compra nada aqui. A pessoa pergunta "essa verdura é molhada com água do rio Doce?" "Então não vou querer, porque essa água daí é contaminada".

— Você colhia três e hoje você não colhe meio da medida do cacau. Todo mundo queria uma terra na beira do rio porque era nobre. Hoje se tornou uma terra pobre, perdida. Houve desvalorização do terreno, porque ninguém quer.

A escassez de empregos somada ao receio de contaminação do rio Doce (e de tudo que ele irriga e dessedenta) e mar faz com que muitas pessoas, especialmente os jovens, busquem oportunidades em outros lugares, reduzindo a população local e prejudicando laços sociais e familiares. A necessidade de troca de atividades econômicas praticadas e o aumento da informalidade nos empregos também são descritos pelas pessoas atingidas.

A mistura dos rejeitos nas águas e solo da região desencadeou diversos problemas econômicos, que passam pelo imenso prejuízo à pluriatividade e escambo, incluem o aumento de gastos com alimentos e água, e avançam para a desvalorização e receio em relação aos produtos locais. Pessoas atingidas contam que a degradação causada pelo rompimento da barragem de Fundão não tirou apenas trabalho ou formas de sustento presentes, mas também prejudicou oportunidades para as gerações futuras.



Ilustração: Carolina Ribeiro Araujo



Foto: Lalo de Almeida

CAPÍTULO 7

ADOECER

FICAMOS DOENTES JUNTO COM OS PEIXES. QUANTAS PESSOAS ESTÃO DOENTES PELO CONTATO COM A ÁGUA?
QUANTAS ESTÃO DOENTES PSICOLOGICAMENTE?

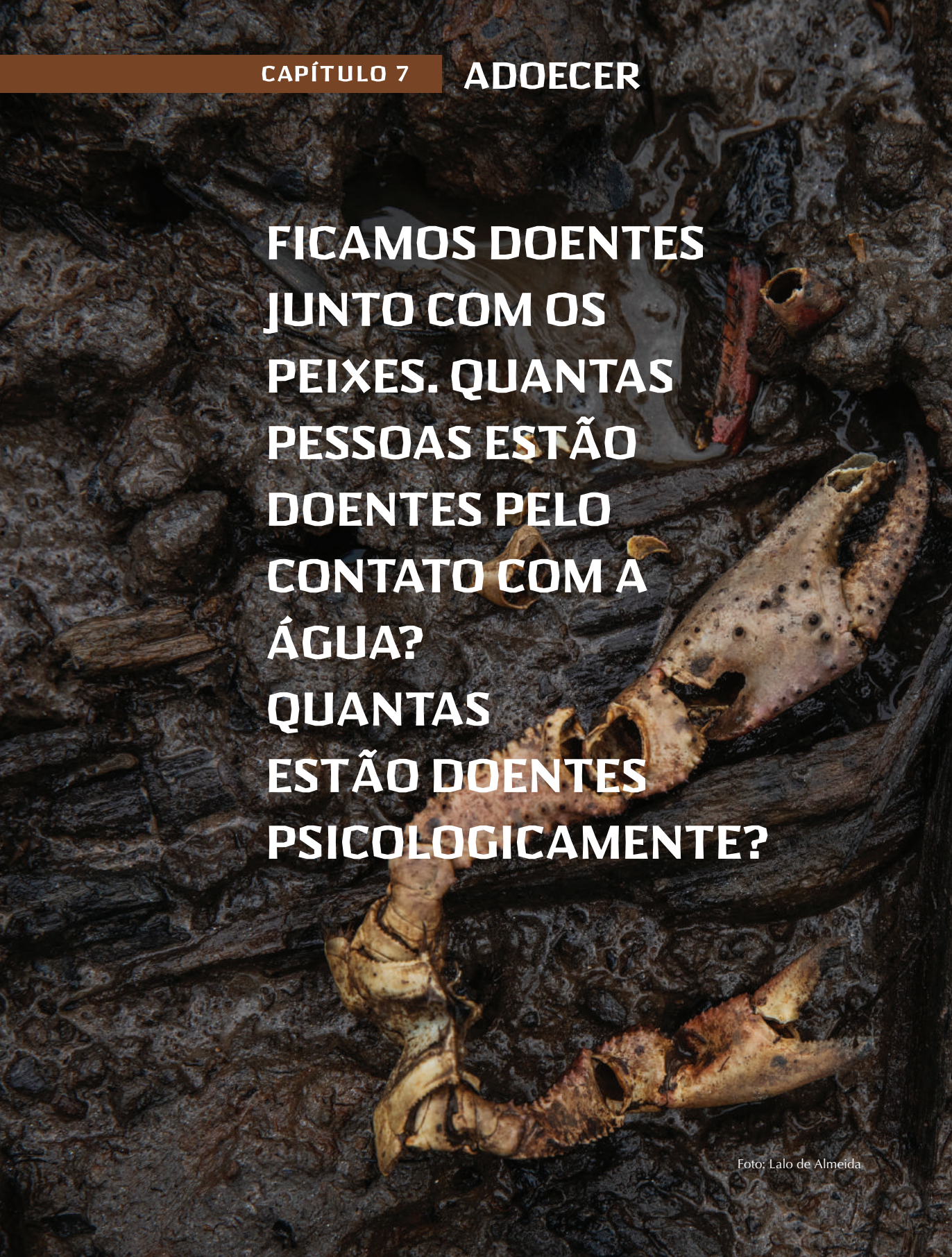


Foto: Lalo de Almeida



Ilustração: Carolina Ribeiro Araujo

A saúde das pessoas foi comprometida a partir do rompimento da barragem de Fundão. Há muitos relatos de doenças associadas ao contato com o rejeito, que desencadeou profundos abalos físicos e emocionais nas populações[XXXIV].

Em um primeiro momento, os sistemas de saúde locais tiveram que lidar tanto com o aumento da demanda quanto com o surgimento de problemas antes não costumeiros. Em pesquisa realizada pela FGV com servidores e gestores de saúde e assistência social sobre danos à administração pública em três municípios atingidos[XXXV], identificou-se sobrecarga de trabalho, crescimento de gastos públicos, dificuldades no registro e organização de dados sobre saúde, aumento da complexidade dos atendimentos, necessidade de mais contratações e de novas especialidades, além de preocupações com o futuro da população atingida.

> **— O posto de saúde hoje está com muito mais pacientes, aumentou.**
>
> **— Ela trabalha no consórcio que marca todas as consultas da região e lá um médico falou com ela: "o que é que está acontecendo na sua cidade que todas as pessoas que vocês enviam para nós estão com câncer?"**
>
> **— Eu tomo remédio todos os dias. Diariamente tô no posto consultando e não tá sendo fácil pra mim... Eu fico aqui e lá, no posto, no hospital, fazendo chapa, exame, esses trem tudo, é muito ruim...**
>
> **— Minha esposa enfartou porque ficou muito emocionada com esse problema do rio Doce, minha esposa sempre foi uma pessoa saudável, todo mundo aqui a conhece...**

O pó de minério que se espalhou pela região acarretou às pessoas uma série de alergias e doenças do aparelho respiratório. A depender da localidade, a poeira se tornou um problema mais frequente devido à circulação intensa de caminhões que transportam os rejeitos ou são usados nas obras de reparação. A água também é apontada como causadora de coceiras, inflamações e outros problemas de pele.

Estudos da FGV indicam que diversos agravos da saúde respiratória e doenças de pele tiveram incidência cumulativa na região. Entre algumas das doenças respiratórias detectadas, encontram-se pneumonias, bronquites, sinusites, asma e infecções das vias respiratórias altas e baixas. Já entre as doenças de pele foram diagnosticadas dermatites, urticárias, abscessos e outras formas de infecção[XXXVI].

[XXXIV] Disponível em: <https://projetoriodoce.fgv.br/sites/default/files/SAUDE-01-11.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2023.
[XXXV] FGV, 2020j.
[XXXVI] FGV, 2021k.

— A poeira é horrível! Eu já cheguei várias vezes do serviço queimando, coça tudo. As crianças têm doença de pele, têm outras com doenças respiratórias. Muita gente passou a ter problema de alergia.

— Nas ilhas têm muita lama de rejeito, fica aquela poeira seca que causa irritação na pele da gente. Alergia respiratória a gente teve quando a lama secou lá na beira: deu muita poeira e as pessoas tiveram alergias e problemas respiratórios. O pessoal teve problema de náusea e enjoos por não aguentar aquela catinga que subia do rio. Agora não é todo dia que fica assim, mas, quando o sol está muito quente, a gente sente ainda. Tem dias que a gente fica doente, a cabeça dói...

— Comecei a usar máscara na enchente de 2020, fui percebendo aquele pó preto na água e falava com as pessoas que isso não é lama, isso é minério. A gente não consegue respirar tranquilamente no nosso bairro, sentindo falta de ar, cansaço, anemia também. Tem o problema da poeira. Então tivemos uma exposição respiratória à poeira. A minha saúde acabou. Eu estou com uma alergia tremenda, não posso com a poeira.

— Aconteceu muito aqui dermatite atópica, coceira no corpo, devido à quantidade de cloro na água e devido à poeira, a poeira do rejeito. Devido à poeira, começou casos de pneumonia e bronquite alérgica, não tinha tanto essa questão, elas vieram aos poucos e foram se tornando comorbidades. Tem muita poeira desse barro.

— Até hoje o povo sofre com problema de pele, queda de cabelo... A água não tá preparada pra consumo, até mesmo pra tomar banho, porque até o banho que a gente toma o corpo fica pinicando. Tem dia aqui que não quero tomar banho nessa água, não, porque o corpo da gente coça.

— As doenças de pele têm aumentado. A saúde das pessoas não é a mesma. Peguei uma coceira no corpo e parecia que tava abraçando um ouriço! Consultei vários médicos e a coceira continuava... Tomava injeção, antibiótico e nada. Eu contraí uma doença também pelo contato direto com a lama, tive uma inflamação forte de pele e então parei de ir lá. Até hoje eu tenho alergia no rosto que não sara, não cura, e eu não achei o que está causando isso... eu fui no rio tomar banho e começou até mancha na pele do rosto, depois do banho. Afetou muito a saúde com problemas de pele e gastei muito dinheiro, porque nunca tive isso.

As narrativas das pessoas atingidas indicam mal-estar e doenças causadas pela ingestão de água ou alimentos contaminados. As reações são tanto agudas quanto decorrentes de exposição prolongada. Decorridos vários anos de desastre, a ocorrência de doenças na região afetada só aumenta, como atestam diversas pesquisas da FGV[XXXVI].

— O pessoal que consome essa água do rio Doce... a gente tinha dor de barriga, passava mal, coceira na pele, muita dor de estômago, confusão mental. Tinha até

[XXXVI] Por exemplo: FGV, 2021j; FGV, 2021k; FGV, 2021l; entre outros relatórios.

criança que tomava a água e dava dor de barriga. Meu marido todo dia tem dor de barriga porque ele toma muita água, muita mesmo.

— Deu diarreia, deu febre, deu ânsia de vômito. Justamente porque até hoje essa água não tá potável totalmente, 100% pra consumo, pra poder beber.

— Descobri essas limitações no meu corpo. Eu tava ficando muito debilitada, com problema respiratório, não tava alimentando direito. Qualquer coisa que eu alimentava tava querendo vomitar. Eu vi que tinha algo de errado e descobri a bactéria no estômago, por conta dos danos da água. Estou sentindo dor na boca do estômago. Eu não sentia essa dor, é causada por essa lama. Não sei se foi porque eu entrei para salvar animais ou se é por causa da água que eu bebo.

— Eu comi o peixe, passei mal e fui parar no balão de oxigênio. Meu corpo, eu estava coçando com escova de lavar roupa, eu virei um monstro depois que eu comi esse peixe lá no encontro do Rio Matipó com o rio Doce, foi onde nós passamos mal.

Há muitas narrativas sobre doenças provocadas pelo aumento de vetores transmissores, como febre amarela e dengue, por exemplo. Tais doenças não são transmitidas de pessoa para pessoa, mas precisam de um outro organismo (um mosquito ou carrapato, por exemplo) para que sejam provocadas. Em análise do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), pesquisadores da FGV concluem aumento de doenças como toxoplasmose, síndrome respiratória aguda, doença aguda pelo vírus zika, influenza por novo subtipo, febre amarela, doenças causadas por protozoários afetando gestação, parto e puerpério, leishmaniose, transtorno mental, sífilis e vírus chikungunya[XXXVII]. Entre as doenças de transmissão vetorial, é plausível que esse fenômeno esteja associado à grande alteração ambiental causada pelo desastre, que acarreta desequilíbrio ecológico.



Foto: Lalo de Almeida. Município de São Mateus/ES

— A questão epidemiológica aumentou muito na época do rompimento, os casos de dengue, porque as pessoas armazenavam a água de acordo com o que elas podiam.

— Hoje na beira do rio tem a placa: risco de febre maculosa. Foi avisado nos hospitais. Aqui morreram dois com febre maculosa.

[XXXVII] FGV, 2019a.

— A gente teve informação de pessoas que chegaram a falecer contaminadas de febre amarela.

— Eu tinha cólicas muito fortes mesmo, foi um período muito difícil. Esse verme [Amebíase] me deu anemia também, fiquei bem mal mesmo. Esquistossomose. Tem aumentado bastante o índice de xistose depois do desastre. Praticamente todo mundo pegou isso, foi raridade quem não teve! A gente fica com a dúvida se isso não foi causado pela lama.

A febre de chikungunya teve maior incidência entre as pessoas atingidas em todos os bancos de dados de saúde analisados[XXXVIII]. As enchentes que vêm ocorrendo com maior frequência em determinadas regiões atingidas pelo rompimento também contribuem para o incremento da população de mosquitos, que são vetores de doenças.

— Cresceu muito as doenças transmitidas por mosquito, aumentou muito dengue, zika, chikungunya. Esses surtos aconteceram muito, inclusive surto de febre amarela, e era justamente os locais ao longo da bacia do rio Doce.

— Em decorrência da enchente, da água que veio, é que está infestado de mosquito da dengue. Aqui no bairro muita gente pegou a chikungunya em decorrência da enchente. Porque a enchente fez buracos na rua e a rua ficou cheia de água, essa água parada que foi depositada das larvas dos mosquitos.

As populações atingidas relatam uma série de novas doenças associadas ao contexto de contaminação, inclusive o aumento dos casos de câncer nas regiões (o que é corroborado por pesquisas da FGV[XXXIX]). Os efeitos prejudiciais à saúde física e emocional dessas pessoas tendem a se dilatar no tempo, com possibilidade de manifestações de agravos e doenças no curto, médio e longo prazos. No que se refere aos casos de câncer, doenças reumáticas e renais, abortos espontâneos, por exemplo, citados por alguns atingidos e atingidas, os impactos se alongam em anos, décadas e gerações.

— Eu comecei a ter problemas renais e, com certeza, foi devido à eu tentar tomar essa água. E eu comecei a perceber que meu rim estava sendo prejudicado, então eu parei. Comecei a comprar água novamente pra tomar.

— Falaram que tá tendo aborto de mulheres agora através da água.

— O médico lá em Vitória, reumatologista, falou que devido à grande quantidade de metais pesados, está tendo um enorme problema com as doenças reumáticas.

— Eu mesmo já tirei até o colo do meu útero fora, deu uma bactéria, mas não sei dizer se foi do peixe, sabe? Falaram que eu estava com câncer, fiz a biópsia e deu que não era forte. Eu não sei se tem a ver, mas a gente fica comentando sobre isso, alguma coisa errada está acontecendo pra ter aumentado esse tanto de tipo de câncer na região. Tá morrendo gente demais...

[XXXVIII] FGV, 2021K.
[XXXIX] FGV, 2021j.

— Descobrimos que meu esposo estava com câncer no fígado. Pessoas que adquiriram câncer porque tomaram dessa água ou, às vezes, por não ter condição de comprar, teve que arriscar.

— Tem pouco tempo que eu descobri que eu tenho dois nódulos no pulmão, o que impossibilita às vezes muita coisa.

— Tem caroço na cabeça, tem caroço na nádega... Estou preocupado. Não sei o que é, mas tive contato com a lama nas enchentes passadas e agora em 2022.

— Tem pessoas que a gente conhece aqui que vieram a óbito e foi constatado que a causa é o peixe do rio Doce. Eles pescavam e comiam muito. Deu câncer e faleceu. Foi constatado que é o peixe do rio Doce.

Há narrativas que associam os problemas de saúde à diminuição da prática de exercício físico e a mudanças na alimentação, já que as atividades econômicas ou de lazer realizadas em ambientes de rio e mar foram interrompidas. Atingidas e atingidos afirmam que sua comida, antes mais saudável (pescada ou plantada por eles mesmos), teve de ser substituída por produtos ultraprocessados, com hormônios e agrotóxicos.

— Adoeceu o povo por falta de exercício, por falta de comer a proteína do peixe que a vida toda eu comia. O pescador tá criando barriga, tá ficando com pressão alta porque não tem atividade física, porque não faz o seu trabalho. Eu não tinha esse barrigão, não tinha! Eu engordei trinta quilos, mas só tenho barriga, meus braços são sequinhos, minhas pernas são secas. Automaticamente, veio também diabetes e triglicérides. A pessoa que tinha uma vida, que todo dia nadava, batia enxada, dava um mergulho lá, saía de dentro da água... Umas braçadas na água para tirar o suor e voltava a capinar mais um bocado...



Foto: Lalo de Almeida. Município de Vitória/ES

— Tonteava, engordei 28 kg. Todo pescador é dependente de remédio. Vários pescadores adoeceram: diabetes, pressão alta... Eu estou há cinco anos parado; pressão alta, diabete, quase morri. Entrei em depressão. Mudou tudo.

— A gente comia comida natural, sem agrotóxico, comida pura e natural. Era o melhor da planta, comida da roça mesmo! Agora só comemos coisa com agrotóxico que vem de fora. Isso prejudica a nossa saúde e não temos o prazer de comer nossa comida.

— E quando a gente deixa de comer o nosso alimento do dia a dia vamos para o supermercado comer ultraprocessado. Nós somos obrigados a comer enlatado, porque não tem o peixe ou até a proteína mais barata. Então, o alimento industrializado e de mercado e de supermercado invadiu de tal forma que você não tem a alimentação natural que você tinha antes. Antes o pescador levava na sua casa o caranguejo pronto e não tem mais isso. Nossa alimentação era saudável, tanto para os pescadores, moradores, como para os turistas da região. Hoje não é mais, é uma alimentação duvidosa. Isso é um suicídio de vida, pois ainda estamos falando dos pequenos problemas de vida e estamos caminhando para um extermínio. Por a gente não conseguir comer peixe, começamos a consumir muita carne vermelha, ave com adição de hormônio e essas coisas assim. Trouxe essa mudança no organismo da gente. Despertou algum tipo de doença, pois não tava acostumado a lidar com isso.



Foto: Lalo de Almeida. Município de Barra Longa/MG

Além das questões relacionadas à saúde física, as narrativas que tratam da deterioração da saúde mental das pessoas atingidas são muito numerosas e contundentes. Tristeza, depressão, ansiedade, síndrome do pânico são problemas frequentemente mencionados. O uso de medicamentos para tratá-los e para induzir o sono aumentou sobremaneira, assim como o consumo de álcool e outras drogas. Alguns falam, inclusive, de suicídio.

— Antes era felicidade, alegria, piquenique, rio Doce, lambari frito, moqueca de cascudo. Isso aí tudo é passado, lazer, diversão... acabou tudo. Agora só ficou depressão, ansiedade, síndrome do pânico, desemprego, fome, miséria, água contaminada. Só restou isso pra nós, e com doenças.

— Houve aumento de depressão. Pessoa que entrou no vício da bebida. O nosso rio era tudo para nós. O psicológico fica afetado, tem que procurar um psicólogo, porque fica pensando como que vai ser daqui para frente.

— Eu fiquei mais de dois anos sem vontade de sair de casa. Isso é vida? Aqui todo mundo ficou um pouco perturbado, com a ideia um pouco avariada. Tem pessoas que estão até com depressão, com medo, pânico.

— Tem gente tão transtornada que tá tomando até antidepressivo. A maioria do pessoal tá usando remédio pra dormir. Agora é pior o uso de álcool e aumentou as drogas.

— Em casa, quando eu olho minha agulha, chego a chorar, vai tecer rede pra quem? Tece por tecer mesmo. Até hoje não consigo dormir direito lembrando, foi uma das piores cenas que já vi na minha vida. Quando a gente viu aquilo acontecendo, foi sentar na beira do rio e chorar. Foi uma tristeza muito grande, aquilo mexeu com o emocional da gente. Eu moro perto do rio, chego no rio, sento no rio e fico chorando, vai fazer o quê? Chega e olha o rio e dá tristeza. Já peguei peixe morrendo na beira do rio. Dá dó, porque a gente vê que o peixe não vai chegar no tamanho adulto. A saúde nossa acabou, a tristeza nossa foi imensa.

— Eu perdi meu pai, morreu de desgosto. Isso é um resumo de tristeza e de sofrimento de tudo. A gente não tem mais alegria. Perdemos muita coisa mesmo. Realmente é uma tristeza muito grande esse crime ambiental.

— Tentei suicídio por duas vezes, por perder tudo. Pescador vive na água dia e noite. Quando o pescador, de uma hora para outra, perde tudo, entra em desespero!

— Tem pescador aí... alguns já estão em desespero, já pensaram em suicídio. Todo mundo ficou derrubado psicologicamente. Eu não conheço ninguém que não tenha conseguido um dano psicológico, que não toma um medicamento devido a isso que aconteceu. A mente da gente não consegue fechar. Eu estou falando com você aqui hoje, amanhã não sei se falo mais... É muito triste ver toda aquela lama e os peixes! O dano psicológico eu considero irreparável, porque não tem como apagar da memória.



Foto: Lalo de Almeida. Município de São Mateus/ES

A população fala da escassez de recursos para tratar sua própria saúde. A preocupação com o futuro e a saúde de crianças e jovens é recorrente. As narrativas demonstram como a dinâmica familiar foi alterada com os abalos psicológicos acarretados pelo desastre em curso.

— Hoje me bate uma tristeza quando entro dentro do mangue. Eu desgramo a chorar, porque dá tristeza. Quanto mais triste você fica, mas fraco o seu coração fica. Se fico doente, qual hospital vai me atender? Minha situação financeira não permite me tratar...

— As crianças apresentam muita dificuldade na escola, com retardamento, esquecimento, transtorno na mente e muito nervosismo. Precisa de profissionais nas escolas para acompanhar as crianças na questão psicológica e saber o que está

acontecendo e ter formas de ajudá-las. A mente da criança não é mais a mesma, trouxe muito transtorno. Eu sou pai e observo isso nas minhas crianças.

— Os jovens ficam perdidos, sem direcionamento. Envolve a família toda, a mãe fica sem filho, porque ele tem que sair, porque aqui não tem mais trabalho. O pai vai pro bar, porque não tem como trabalhar. O que se vê muito são as mães tomando muitos remédios. O psicológico fica muito fraco. Aquela sensação de impotência... Aquele psicológico que nunca mais voltou ao normal.

— Então, na minha família aconteceu muita coisa depois de 2015, entre a minha esposa com esse câncer no olho e a minha neta com nove anos entrou em depressão. Eu nunca tinha visto uma criança entrar em depressão. Ela chorava dia e noite, com medo de sair na rua, de ir na escola. Teve que levar na psicóloga pra fazer tratamento.

O medo acompanha a vida das pessoas atingidas em razão das incertezas sobre os efeitos da contaminação. Há o medo de desenvolver doenças futuras e o receio em relação à água, ao consumo dos alimentos e ao ar que se respira. Com a recorrência das enchentes em algumas regiões atingidas, há ainda o temor da inundação das casas e áreas produtivas. A passagem dos anos não arrefece, mas sim aumenta as preocupações e consequências no que diz respeito à saúde da população.

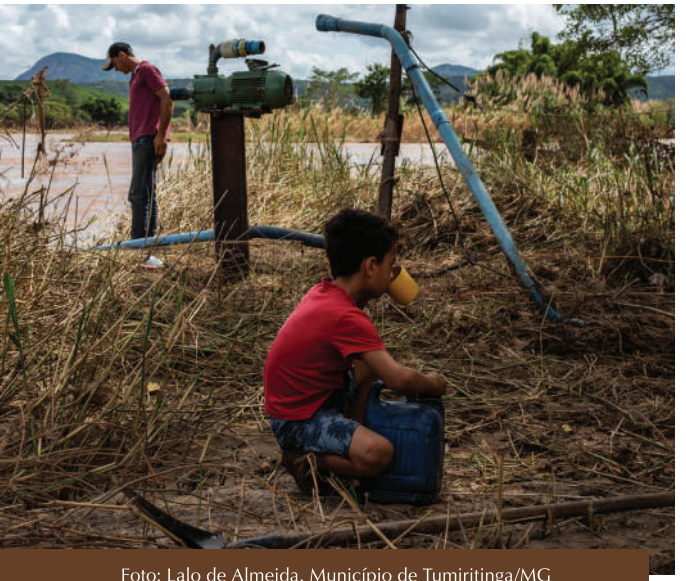


Foto: Lalo de Almeida. Município de Tumiritinga/MG

Segundo estudos da equipe de saúde da FGV, as populações dos municípios atingidos podem ter perdido, em média, 2,39 anos de vida decorrentes de um conjunto de 75 agravos e doenças que tiveram ocorrências cumulativas e riscos atribuíveis após o rompimento da barragem de Fundão[XL].

— Tem pessoa que até hoje tá depressiva, tá com problemas sérios, gravíssimos, de saúde. Outras já ficaram debilitadas demais tomando remédio controlado porque, às vezes, sentem medo de tudo. Vivo sempre com o medo e a angústia de desenvolver alguma doença em decorrência do consumo de água ou do ar. Então, noites sem dormir, muita perturbação.

— Você não pode ver uma nuvem mais escura e falar que vai chover. É pânico quando começa a chover. Então tá sendo muito desgastante pra nós porque agora a gente fica com medo que tá chovendo, que vai chover, vai chegar água e vai entrar

[XL] FGV, 2021l.

na nossa casa. Porque a gente sabe que este rejeito está depositado no fundo do rio. Devido ao excesso de lama, ficamos expostos a essa complicação generalizada. Essa lama, conforme estudos, tem presença de elementos químicos tóxicos como bário, cromo, tolueno e arsênio, todos esses elementos são tóxicos... Tenho certeza absoluta que todos nós, moradores, nos expusemos a essa lama.

— A gente desconhece o sistema funcional do corpo da gente. Tem coisas simples que a gente desconhece e, por isso, não faz a ligação com a lama. Lembro que teve um médico que disse que a gente só iria saber tudo que a gente teve dez anos depois com a lama.

— Amanhã ou depois, daqui a dez anos, aparece doença. "Ah, mas como essa doença apareceu?" Não foi de ontem pra hoje, foi de anos atrás, do começo do desastre, porque não dão atenção nenhuma a saúde...



Ilustração: Carolina Ribeiro Araujo

CAPÍTULO 8

DESTERRITORIALIZAR

O RIO [E O MAR] É NOSSA CASA, NOSSO LAR, NOSSA ESSÊNCIA TÁ ALI. ABANDONAR TUDO QUE VOCÊ AMA PORQUE NÃO PODE USUFRUIR DAQUILO É TERRÍVEL



Foto: Lalo de Almeida



Ilustração: Carolina Ribeiro Araujo

O dia a dia de qualquer grupo social, com seus costumes, suas atividades econômicas, suas relações sociais, suas tradições, depende e é conformado a partir do território onde se vive. As práticas e saberes de cada comunidade são sempre criados e recriados na relação com o ambiente. Então, se rios, mar, matas, mangues, terra, plantações, ar, espaços urbanos foram significativamente alterados após o rompimento da barragem de Fundão, também o foram práticas e saberes das populações que com eles se relacionam.

Os modos de vida de qualquer comunidade ou agrupamento social não são estáticos. Transformam-se ao longo do tempo, com permanências e atualizações de ações e costumes. O desastre ocasionado pelo rompimento de Fundão, no entanto, impõe uma mudança brusca e não eleita dos modos de vida das populações atingidas, implicando em prejuízos ao seu lazer, relações sociais, rituais religiosos, festas, alimentação, transmissão de conhecimentos tradicionais, identidades. Trata-se não apenas de fortes prejuízos materiais, como abordado mais detidamente no capítulo 5, mas também de uma série de prejuízos imateriais a essas populações.

— Quando eu digo que a nossa relação com o rio Doce mudou, é, por exemplo, que tivemos que aprender a criar peixe em cativeiro. A cultura da gente mudou nisso. Tenho o sentimento que o desastre alterou nossos modos culturais. O nosso povo não tem a mesma motivação para estar em nossa região e comunidade de origem. Os que estão fora não têm a mesma motivação para voltar, parece que tudo ficou muito diferente... O sentimento é que não tem o mesmo nível de animação com a vida. Afetou, assim, o nosso espírito cultural.

— A relação afetiva com o rio... Tinha muito a cultura de ir pro rio e córregos em família, ir pescar. Desde que me entendo por gente, minha mãe pescava de vara, minha família toda... Então a gente ia, ela pescava e a gente tomava banho de rio.

— Começaram a surgir vários relatos de histórias das pessoas com o rio, então a gente via como essa situação mexia com o simbólico das pessoas, com a história de vida, com a localidade, uma história de uma determinada cultura, e como as pessoas estavam amarguradas com aquela situação. Ainda vou no rio, mas isso transforma a cultura, as gerações.... Temos essa cultura de tomar banho no rio e agora tudo é transformado em medo.

— O rio Doce era fonte de inspiração. As minhas meninas, eu tenho três filhas, quando tinham as festas de Colatina, tanto a minha geração como a delas, todas as festas eram feitas na Avenida Beira Rio. Quem era o protagonista que ficava ali do lado? Quase invisível, mas ele estava lá, o rio Doce. Então essa conexão com o rio Doce sempre aconteceu. O rio estava presente em tudo. Nas escolas, o rio Doce era fonte de poesia e das redações. Então isso se rompeu.

Ao perder ambientes de rio, mar e demais cursos d'água, perde-se muito do lazer gratuito desfrutado pelas populações residentes nas regiões atingidas, assim como por amigos e parentes que viam tais espaços como atrativos para visita. Diversas narrativas descrevem, inclusive, que por vezes esses ambientes eram a única opção de lazer nas redondezas, com atividades como banhos de rio e de mar, pesca, piqueniques e churrascos. O surfe também se destacava como possibilidade de lazer no litoral capixaba.

— Hoje é muito sofrimento porque não tem mais lazer. Hoje só ficamos dentro de casa. A gente não tem dinheiro para ir ao pesque e pague. Antes, a gente acampava, pegava peixe e comia.

— O rio, além de ser uma área que a gente pescava, era uma fonte de lazer. Aos finais de semana, a gente ia com a família. Então eu me criei naquela beirada, a gente era acostumado numa prainha... Era uma fonte de lazer. Eu descia com as crianças para beira do rio, tomava banho. Hoje não tem jeito mais, como entra numa água daquela? Aí complicou, né! Acabou o lazer, acabou a pesca.

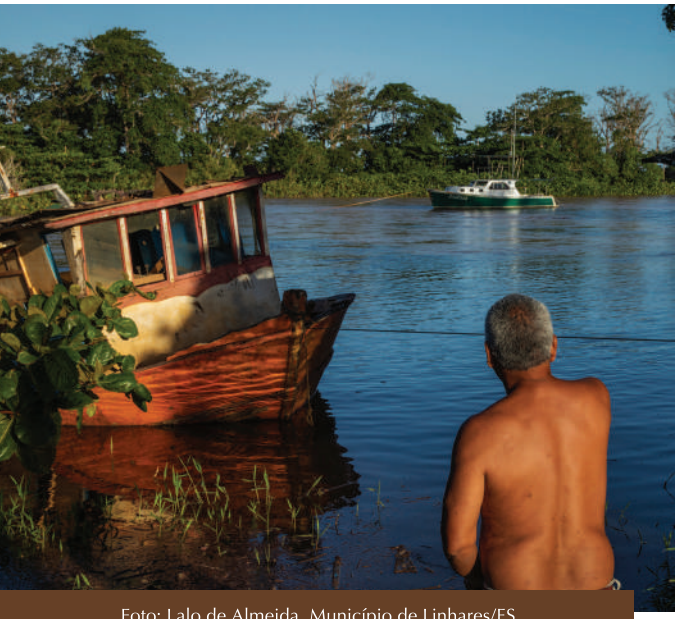


Foto: Lalo de Almeida. Município de Linhares/ES

— O aposentado que tinha a rotina dele, de todo dia ir no pesqueirinho dele, ele não só deprimiu não, isso matou muito velho aqui... Era a única ocupação que eles tinham, era o lazer deles. Com um tipo de desgosto desse, de não poder fazer o que gosta... Era a única diversão que a gente tinha aqui na área rural.

— O quiosque não tem mais. A gente dançava forró, ia toda sexta-feira. Tinha quadrilha, ia pra comer peixe, tinha o encontro de cavaleiros lá. Tinha a chalana, a gente passeava, fazia caiaque, bote, barco.

— A gente atravessava com canoa e brincava dentro d'água. Vinha gente de outras comunidades, tinha campeonato...

— Quando estava estressada, pegava o anzol e ia pescar. Nem mentira de pescador tem mais. Acabou a diversão. As crianças iam para o rio, agora é só redes sociais...

— Essas prainhas que tinha na beira, os jovens usavam, mas não só. Os idosos frequentavam também, as famílias... Muitas participavam aos domingos, eram famílias que iam para pescar, tomar banho, tomar água da mina, até churrasco faziam... Agora eu fico dentro de casa a semana toda porque não tem mais lazer.

— Hoje o lazer é jogar uma bola, trabalhar e família. Com a lama no rio, houve a diminuição dos esportes náuticos, como a prática do caiaque, de jet ski, da pesca. Hoje a gente não tem tanto confiança de deixar as crianças, não deixo meus netos ficar à solta em beira de rio com aquela lama, aquela areia, aquele resto de coisa que está lá. Eles ficam mais trancados no apartamento. Hoje para levar a criança para se divertir não tem como. Hoje não tem lugar para jogar uma bola. Não tem lugar para divertimento, acabou.

— Para nós, do surfe, quando chegou a lama, foi como se tivesse morrido um ente querido. Um dia antes da lama chegar, eu lembro de uma onda, de madrugada, que muitos surfaram e foi como uma despedida, uma coisa dolorosa. As pessoas desistiram, desanimaram. E a gente está de mãos e pés atados. Minha praia, minha onda, me trazia felicidade e isso não tem preço. Foi considerada a quinta melhor onda do Brasil. Hoje não é nada.

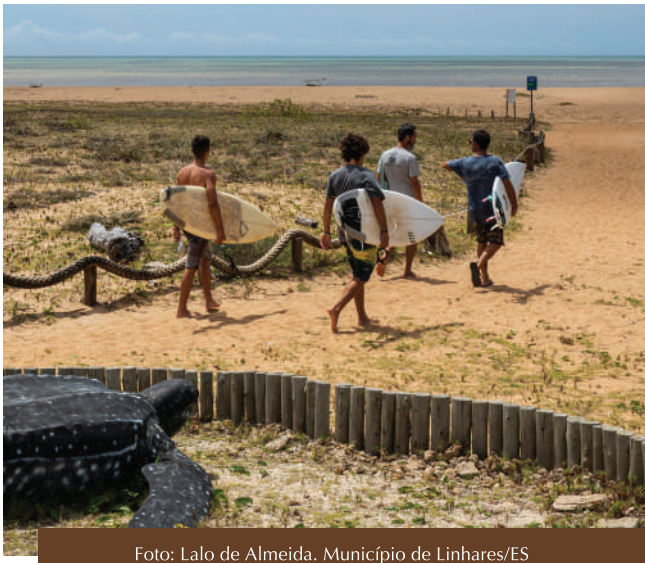


Foto: Lalo de Almeida. Município de Linhares/ES

Com a degradação dos espaços onde antes ocorriam atividades sociais e de lazer, as relações comunitárias, substrato de trocas, ensinamentos e recriações identitárias, são prejudicadas. As pessoas atingidas contam que as regiões passaram a ser menos visitadas por amigos e parentes, reuniões comunitárias se tornaram mais escassas. Tudo isso contribui para o afrouxamento de laços sociais.

— Tinha muita amizade antes. A gente se reunia para jogar baralho em casa. Comia peixe tudo junto. Era um prazer, um encontro de amigos, uma brincadeira tão gostosa. Os primos, os parentes, todos vinham. Acabou, não vêm mais. Vêm fazer o quê?

— Tinha muitas pessoas de família e amigos de fora que vinham visitar, hoje as pessoas não participam mais com a gente. Depois desse desastre, nunca mais veio ninguém. As pessoas têm medo de se contaminar com essa lama e água.

— Hoje a gente não faz isso mais no território, então ficou uma situação muito triste. O povo não quer saber mais de se sentar e reunir... Isso traz o fracasso da desorganização comunitária. É uma coisa ruim gerando coisas piores ainda, se a gente não senta para discutir as coisas, só ficam piores.

A religiosidade da população também foi afetada pelo rompimento de Fundão. Batismos evangélicos e acampamentos com base religiosa eram realizados no rio Doce e seus afluentes. Outras denominações religiosas também conduziam seus rituais no rio, como os devotos

católicos de Nossa Senhora Aparecida, considerada padroeira dos pescadores e pescadoras, que relataram realizar rituais para a santa e vincular sua devoção ao rio e aos seres que nele vivem[XLI]. Algumas religiões de matriz africana tratam o rio como elemento divino. Cosmologias indígenas, como as dos povos Tupiniquim e Guarani, consideram o rio como um parente e como habitat de seres encantados, para os quais pediam força e proteção.



Foto de Lalo de Almeida.

Distrito de Santana do Deserto, Rio Doce/MG.

— Os batismos evangélicos eram no rio Doce. Vinha ônibus, até de longe, para ir lá fazer o batismo. Esses passaram a ser nas piscinas dos fundos das casas e igrejas, porque o rio não existe mais. O rio, próximo do rio Santo Antônio tem as praias, e as igrejas faziam tipo um encontro, passando a noite na beira do rio pra um passeio. Era um encontro pros evangélicos, que hoje não pode mais porque não tem como ficar na beira do rio, pisar na areia, pisar naquela lama. As pessoas levavam caixa de som, era tipo uma festa. Então acabou mesmo com o nosso rio, acabou com tudo, com a cidade.

— A igreja católica fazia piquenique, ainda mais quando era Dia das Crianças, assim, debaixo de uma gameleira. Eu já fui em casamento na praia, na beira do rio aqui.

— Romarias sempre fizemos, assim como as celebrações dos agricultores, dos quilombolas, em 20 de novembro celebramos o Dia da Consciência Negra. As nossas romarias da água e da terra começaram a ser no vale do rio Doce. A nossa relação com o rio Doce é além dele, é com a vida que está na água e existe através da água, é isso que a romaria celebra. Essa relação toda que a gente tem foi prejudicada. A água é o sangue que corre na nossa terra, a planta é o cabelo da nossa mãe terra. Esse é o nosso jeito de trabalhar e viver nas comunidades.

— As plantas lá da beira ficaram prejudicadas. Sou candomblecista, Candomblé de Angola. Nossa religião cultua a natureza, então, depois do rompimento, fizemos um debate no nosso terreiro sobre essa questão do rompimento, o que significa pra nós. O rio é uma divindade pra nós, então não é um elemento simbólico, o rio é um elemento divino. As matas que foram contaminadas pela lama tóxica, pelo metal pesado, é uma divindade pra nós. As folhas, a terra, enfim... O rompimento

[XLI] FGV, 2021p.

da barragem, criminoso, viola esse aspecto simbólico, religioso, esse aspecto realmente muito profundo, que é a nossa relação com essas entidades.

— Tem a cultura dos Iemanjá. É uma cultura tipo milenar, tipo povos indígenas que faziam oferenda nas águas, trazendo força. Acabou tanto oara eles quanto pros brancos. Eles tinham costume de pedir força aos deuses e agora não podem fazer isso na água contaminada, no rio morto. Tentaram fazer nos afluentes, mas também não dá. Hoje não fazem isso mais.

Celebrações religiosas e festejos sofreram tanto períodos de interrupção completa quanto necessidades de adaptação à realidade do desastre, como por exemplo as festas do caranguejo, camarão, etc, que tinham como foco animais e alimentos do rio e mar. O Conjunto Paisagístico da Praia do Jaó é exemplo de local que abrigava uma série de eventos como banho de rio, brincadeiras nas praias e ilhas, cerimônias e celebrações religiosas, e o conhecido Carnajaó – comemoração de carnaval de relevância afetiva e econômica regional, que atraía milhares de visitantes. Tombado no ano de 2006 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), o conjunto localizado na área urbana do município de Tumiritinga (MG), à beira do rio Doce, viu arrefecer visitantes e eventos[XLII].

— Nossa região aqui, de Marliéria [MG], Timóteo [MG], Cava Grande [MG], tinha muitas festas que eram proporcionadas para o município. Tinha romaria ecológica do parque, vinha muita gente e acabou tudo. O desastre comove muito as pessoas de virem para cá, por causa dessa situação. Antes tinha aquela vontade de estar no meio. Muitas das nossas famílias vinham de longe, da capital. A festa do milho, não existe mais essa festa, não. Eu creio que foi a falta de produção, porque não tem mais igual antigamente, antes do rompimento.

— Em Sem-Peixe [MG] tinha a festa de São Sebastião e parou, ninguém vai mais. Santana [do Deserto - MG], festa de Nossa Senhora de Santana, ninguém vai mais. Comprometeu. Santana está quase dentro do rio. Foi tudo proibido.

— Tinha uma festa no Rochedo, que era uma quadrilha que eles faziam todo ano, que hoje em dia não faz mais por conta disso, afetou muito. Parou de fazer porque, quando junta muita gente, gasta muita água, e é sempre em época de calor que fazia. E gasta muita água. Como não podia usar a água, aí pararam com a festa. Não acontecia muito longe do rio não, era perto, porque a área lá tudo é mais perto do rio.

— A gente fazia festa nas prainhas, contratava bandas, armava umas barraquinhas para vender coisa. As festas eram no Carnaval e geralmente nessa época, no final da quaresma, final do verão, porque já tinha passado as chuvas de janeiro e fevereiro e começa a baixar o rio. Era um movimento cultural que a gente fazia: tinha torneiro de pesca, torneio de futebol, isso ficou frustrado. Na festa ia umas duas mil, três mil pessoas na prainha, agora não tem mais, acabou.

[XLII] FGV, 2021p.

— O Carnaval deixou de existir. Tomar banho é proibido. O turismo da cidade se fechou. Todos nós, que nos divertíamos no Carnajaó e tomava banho no rio, não podemos mais nos divertir.

— As festas faziam parte do trabalho da cultura. Quando o pessoal ia fazer as festas, faziam o bordado para vender, para dar ao pessoal das festas, da ladainha. E, de 2015 para cá, não teve mais. Hoje a gente consegue fazer os festejos por uma questão de fé, de resistência, mas não é mais como era. Teve um impacto muito forte na vida das pessoas, das comunidades quilombolas do Sapê do Norte [ES].

— Então agora a Renova transformou a festa do robalo em festival gastronômico de Povoação [ES]. Vamos imaginar que temos diversos outros produtos que podem ser aproveitados. Então eu faço um prato de uma coisa, o outro faz de outra coisa. Fugiu muito à regra das festas tradicionais que havia aqui. Tinha participação de congo, hoje não tem mais. Levantada do mastro, vinha o Fubica [banda de carnaval], e vinha um monte de gente pra Regência [ES]. Hoje, na vila não vem quase ninguém.

— E essa ideia do festival gastronômico, que antes tinha no mar o seu carro chefe, ele perdeu a sua essência. Você não faz um festival gastronômico na beira do mar sem frutos do mar.



Foto de Lalo de Almeida.

Distrito de Santana do Deserto, Rio Doce/MG.

Pela necessidade de alteração da base alimentar das populações atingidas, que muitas vezes consistia em peixes, mariscos e alimentos plantados localmente, paladares e tradições gastronômicas foram lesadas. Tais prejuízos afetam identidades e afastam turistas. Além disso, as trocas de alimentos, que criavam e fortaleciam laços sociais, e o uso de ervas locais como medicina tradicional também são práticas prejudicadas. Tais danos possuem implicações individuais e coletivas, que afetam as vidas das pessoas atingidas em diversas dimensões.

— Baixo Guandu [ES] era conhecido como um lugar de uma famosa moqueca e as pessoas vinham aqui para comer moqueca, mas agora ninguém quer vir mais para comer. Eu tenho um amigo que fica louco pra vir, mas ele tem medo. Eles perguntam se tem uma cachoeira, algo que não seja a água do rio pra eles irem...

— A gente recebia muita visita de Vitória, muitos amigos vinham e utilizavam o rio Doce pra jogar bola na areia. As pessoas vinham pra usufruir aquilo que a gente plantava. Quem mora na cidade tá acostumada a comer o frango e porco congelado, mas quando vinha pra cá, era para comer o frango e o porco caipira que a gente matava, um milho fresco, uma pamonha, uma "papa", tinha tudo isso.

Então, o que eles vêm fazer aqui? Muitos vinham pro rio pra pescar, perderam interesse de vir, até mesmo nossas famílias que moram longe quase não vêm nos visitar. Não tem mais os produtos da terra para oferecer. Não dá pra fazer mais pamonha e "papa" porque a gente não tem mais como plantar.

— As feiras eram momentos de confraternização e lazer. Era uma alegria, muito prazer de encontrar os amigos todas as quintas-feiras. O momento também era uma forma de mostrar o trabalho e as pessoas conhecerem a produção orgânica. A mercadoria que sobrava não voltava. O que não vendia, trocava entre os parceiros, fazíamos amizades.

— A cultura do pescador de Regência [ES] era de doar peixes, até porque os pescadores conheciam todos de Regência. Daí, quando houve o desastre, a população aumentou e, além disso, não podemos pescar mais e, então, também não ocorre a doação. Esta é uma tradição que não acontece mais.

— A gente era acostumado a adoecer e usar um chá da tradição nossa para melhorar. Hoje eu não sei tratar as doenças que aparecem. Temos que comprar remédios na farmácia.



Foto: Lalo de Almeida. Município de Linhares/ES

Atividades como a pesca artesanal, a agricultura e o artesanato são processos de aprendizagem intergeracional, imbricados nas dinâmicas familiares e comunitárias. Também são norteados por diferentes práticas e ritos que permeiam os saberes locais. Sua diminuição, comprometimento ou interrupção implica em alterações na produção e reprodução sociocultural e transmissão do conhecimento entre as gerações. A redução dessas atividades e, por consequência, as horas de trabalho a elas dedicadas, diminuem a interação familiar e/ou comunitária, momentos de trocas de conhecimento pela observação e oralidade[XLIII].

— Nós, quando crianças, pescávamos, e hoje nossos filhos não têm mais essa tradição por causa dessa barragem. E eu trabalho com as plantas medicinais há muitos anos, e sem a água de qualidade também acabou com as plantas medicinais.

— Ensinava as crianças a plantar, a cultivar e comer o que eles mesmo plantaram. Isso não se acha mais nas escolas. Todo mundo lavava roupa nessa mina de água que tinha, e isso acabou porque lá ficou sujo.

— Pescava com a minha avó, foi com ela que aprendi a pescar. Ensinei minha neta a pescar e agora não pode mais nem ensinar. Foi interrompida uma história. Meu avô, meu pai e eu era pescador. Agora não pode mais. Que valor paga isso?

[XLIII] FGV, 2022g.

— Nascemos na roça e a vida sempre foi isso mesmo. Os pais que ensinaram e fomos crescendo, construindo família, e ensinando para os garotos. Era muito bom, mas agora não dá pra ensinar mais pros garotos, não temos mais a área onde a gente passava essa cultura. O mutirão coletivo - a gente faz os trabalhos nos lotes dos companheiros e depois vamos fazer no lote do outro companheiro que participou - não tem mais, essa dinâmica na beira do rio. E nesses momentos a gente não troca só a mão de obra, a gente troca os conhecimentos, as técnicas tradicionais.

— Não pode mais ensinar tirar o ouro. Os filhos tiravam o ouro. A minha aliança, o ouro, eu que tirei.



Foto: Lalo de Almeida. Município de Tumiritinga/MG

— Eu aprendi a remar canoa com meu pai. Ele me deu remo. E nós aprendemos nadar no rio. Muitas mulheres aqui iam quarar a roupa no rio, iam bater papo, era tradicional.

— A tradição de ensinar o filho a nadar acabou. Meu filho mesmo não sabe nadar até hoje. Perda do ensino da natação e pesca. A cultura dos mais velhos, de tecer, várias culturas que não vai dar mais pra passar. Essa quebra da cultura, da tradição dos idosos.

— Nossa tradição era que o filho de pescador seria pescador. Mas a juventude tem que sair daqui para procurar trabalho. Essa indenização não supre nada.

As narrativas acima expõem como a relação com o meio ambiente conforma vivências, práticas, valores, sensações de pertencimento, memórias e, consequentemente, a identidade de grupos sociais. Populações hoje se veem sem as bases de seus modos de vida, o que compromete profundamente seu reconhecimento pessoal e social, sua forma de estar no mundo.

— Como vamos falar pros nossos netos que não somos mais ribeirinhos? Perdemos a nossa identidade! Não somos mais ribeirinhos. Às vezes, as pessoas falam que é drama, mas perdemos a identidade, que era o rio. Meu pai chama esse lugar como beira-rio. É muito triste nossa realidade!

— Nós temos um legado que é a nossa memória, o que vivemos, mas e as crianças ribeirinhas que estão crescendo sendo ribeirinhas, mas não podendo usufruir do rio? Como classificar como ribeirinhas?

— O pescador profissional ele não está no documento, ele não está pescando pra sobreviver... O pescador está na alma, ele nasce pescador, é aquilo que ele gosta de

fazer, ele faz por amor, faz com gosto. "Ah, eu sou um professor, mas eu gosto de pescar". A pesca está no sangue, não é querer ser uma coisa que não é.

— Estamos perdendo a transmissão de conhecimento para as novas gerações e até para a gente mesmo. A identidade do pescador tá sendo afetada. Minha mãe era pescadora, eu e meu irmão nascemos na água. Minha filha me ajudava desde os quatro anos a tirar manjuba da rede e hoje não faz mais... Hoje, nossos filhos falam que nós não somos mais pescadores, que não vamos mais para o rio.

— A pior coisa que está existindo na minha vida é perder a minha identidade na pesca.

— Pescador não é uma profissão. Pescador é um modo de vida. Pescador é pescador até dormindo. Vem o vento sul, a gente, mesmo dormindo, já está pensando no trabalho. Pescador vive a pesca e não da pesca. Nós estamos perdendo tudo o que era de identidade como povo. Quando eu cheguei aqui eu vendia o peixe na palha do coco, debaixo dos coqueiros lá. A gente vê tudo isso jogar fora, gerações de pescadores com todo esse conhecimento específico de pesca... E ainda a impossibilidade de a gente acessar outras áreas de pesca pra gente continuar pescando, pois é o que o povo sabe fazer. Devolver a dignidade para as pessoas. Eu vejo pescadores chorando. É muito mais que a questão financeira.

Os entrelaçamentos entre as perdas materiais e imateriais expõem a complexidade dos danos causados em razão do rompimento da barragem de rejeitos. Apesar da dimensão, variedade e alcance desses danos, as respostas esperadas não chegam, e o sistema de reparação, como se verá abaixo, é capaz de postergar, agravar ou criar novos danos.

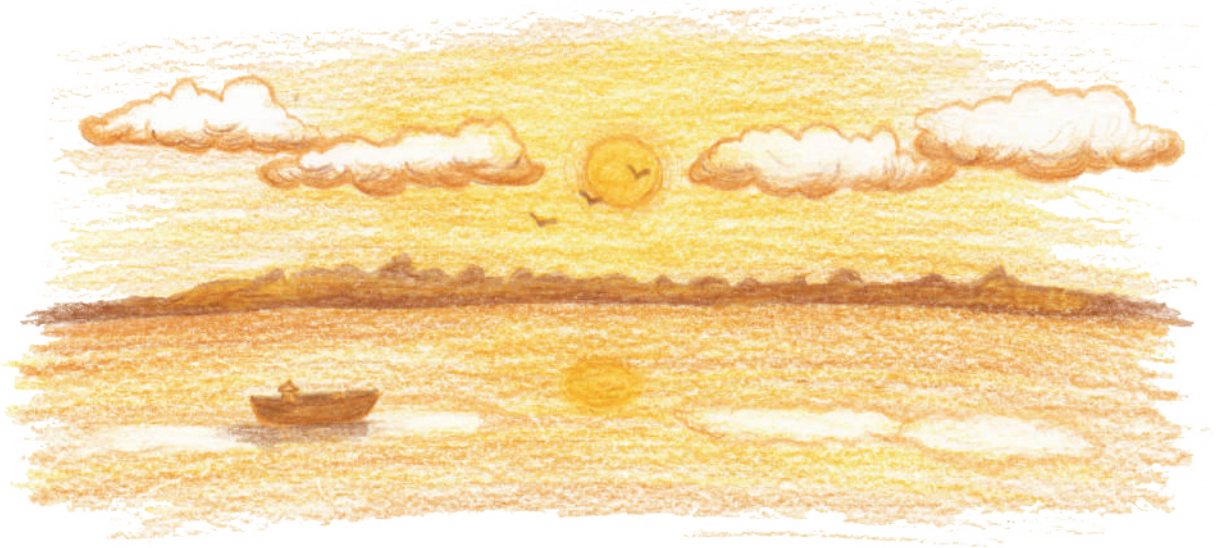


Ilustração: Carolina Ribeiro Araujo

CAPÍTULO 9

INJUSTIÇA

A GENTE ACORDA COM ESSE PROBLEMA DO DESASTRE, DORME COM ESSE PROBLEMA, SONHA DURANTE A NOITE E TEM PESADELOS

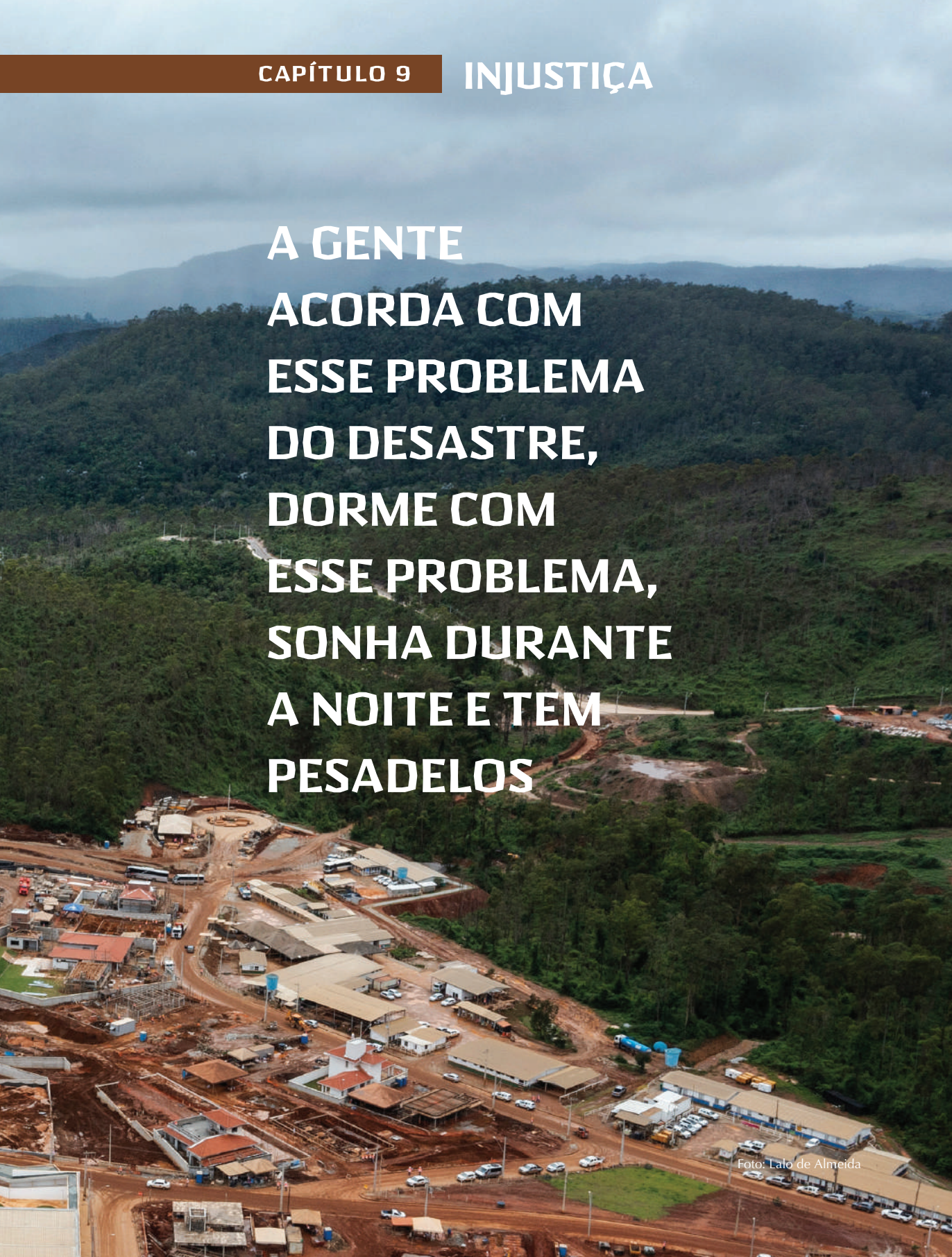


Foto: Lalo de Almeida



Ilustração: Carolina Ribeiro Araujo

Apesar do 05 de novembro de 2015 marcar o rompimento da barragem de Fundão, a previsão do fim de suas consequências, seus danos, segue incerta. Desde então, uma série de tratativas vêm sendo conduzidas entre os estados de Minas Gerais e Espírito Santo, instituições de justiça como o Ministério Público Federal, e empresas Samarco Mineração, Vale S.A. e BHP Billiton com vistas à reparação dos danos causados pelo rompimento da barragem. Esse processo requer medidas de reconstrução, recuperação e reabilitação, com a adoção de estratégias que evitem o surgimento de novos riscos, reduza os já existentes e desenvolva a resiliência das pessoas atingidas pelo desastre.

Essa linha do tempo resume os principais acontecimentos e acordos iniciais relacionados ao desastre da barragem, destacando as ações legais e institucionais tomadas até a contratação da FGV:



NOVEMBRO 2015

Rompimento da Barragem: Ministério Público Federal (MPF) e Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG) iniciam uma investigação conjunta sobre o rompimento da barragem.

Termo de Compromisso Preliminar: Assinado com a Samarco Mineração para garantir o custeio de medidas preventivas emergenciais, mitigatórias, reparadoras ou compensatórias mínimas.

MARÇO 2016

Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC): Assinado entre Samarco, acionistas, governo federal e governos estaduais para a reparação do desastre, com a criação de 42 programas socioambientais e socioeconômicos, além de uma fundação e um sistema de governança.

JUNHO 2016

Constituição da Fundação Renova: Fundação Renova é criada, responsável pelo processo de reparação.

JANEIRO 2017

Termo de Ajustamento Preliminar: MPF assina termo com as mineradoras exigindo a contratação de um corpo técnico pericial para diagnóstico completo dos danos socioambientais e socioeconômicos e para avaliar as medidas de reparação já executadas.

AGOSTO 2018

TAC Governança: Assinado entre instituições de justiça e órgãos públicos, prevendo a criação de estruturas para garantir a participação das pessoas atingidas nas decisões.

Com a criação da Fundação Renova, o cadastro de pessoas atingidas, os programas de indenização, de auxílios financeiros emergenciais e os programas socioambientais e socioeconômicos a ela atribuídos foram sendo conduzidos de maneira insatisfatória e muito aquém da necessidade

das pessoas atingidas. As disputas entre a Fundação Renova, as instituições de justiça e as comunidades prejudicadas pelo desastre se tornam uma constante.

— A gente sempre está errado, porque a gente é simples. Nós não sabemos buscar o que tem que fazer. E eles, as empresas, têm milhares de advogados para enrolar todo mundo. A gente quer continuar vivendo!

— A Renova não reconhece a fala dos atingidos. Ninguém tem retorno de nada. Ninguém dá solução para a gente.

— Não há informação sobre contaminação. A gente não confia na Fundação Renova. O povo está cansado! Só fala em reunião e não tem solução...

— É como se a gente estivesse em uma água brava, em uma canoa sem remo. Sem controle de nada. A gente tá se sentindo desamparado.

— A nossa preocupação é que vai pagar agora [os auxílios financeiros], mas e daqui a uns anos? O dinheiro vai acabar. Vamos viver de quê? Eles são muito evasivos quando você pergunta sobre o rio, sobre a água, o consumo do peixe. Nunca tem resposta clara, isso quando respondem... Nada que você pergunta para eles, nada tem resposta.

— Além do solo, as águas profundas também foram contaminadas, assim como a água da superfície. A de superfície sabemos que está ruim, mas as subterrâneas não sabemos, pois não temos laudos de confiança. Não fica claro à população que tipo de reparo vai ser feito, quando vamos ter nosso rio de volta. Quando vai voltar a confiança de que vamos consumir um alimento sem ter medo de que ele prejudique a nossa saúde?



Foto: Lalo de Almeida. Município de Tumiritinga/MG

Entre a população atingida é recorrente a constatação de que não há informação acessível e de qualidade relativa às indenizações, aos auxílios financeiros, à qualidade da água e dos peixes. A população não sabe a quais direitos pode ter acesso. A sensação é de insegurança e abandono.

— A Renova faz análise da água, mas não passa nada pra gente. A gente fica inseguro em relação à água. Faltam estudos que comprovem como está a qualidade do ar, dos alimentos. A Renova pegou amostra do solo, água, plantas, folhas. Pegam até hoje, mas nunca falaram conosco, sem resultado...

— Proibiram o boi de beber água. Então como é que pode comer o capim? É meu medo! Eles fazem análise dos peixes, mas não dão os resultados. Tiraram foto de um peixe e, pela deformação, parecia que tinha câncer. Vimos os peixes por acaso, ninguém deu explicações. Ninguém te avisa se pode comer ou não o peixe. A gente depende da água, dos animais. Tem que ter estudo!

— Nunca teve uma reunião da Renova aqui na comunidade, eles deviam estar aqui também! Trocam as pessoas toda hora para começar tudo do zero também. Eu já fui em mais de sessenta reuniões. Cada reunião tem uma equipe diferente, daí eles desviam a conversa.

— Como vamos pensar em reparação? Continua aquele vazio de incerteza, insegurança e abandono em relação à reparação. Até hoje eles não falam de me indenizar, não falam nada, eu fico chateado com eles.

— A gente não sabia a quantas estava a contaminação. Sem contar que nunca teve, aqui em Sem-Peixe [MG], uma testagem para saber se de fato esse contato com a lama afetou a saúde da gente. Em momento nenhum a gente falou das crianças, não foi feito nenhum estudo, nem nada... Se de alguma forma afetou a vida das crianças essa questão da barragem, que seja na dificuldade de alimentação, que seja em alguma doença...

As Assessorias Técnicas Independentes[XLIV] escolhidas pela população só foram contratadas após muita luta das pessoas atingidas e instituições de justiça, mais de 7 anos após o colapso da barragem e ainda não em todos os territórios. Apesar de sua atuação visar a devida participação informada dos atingidos e atingidas nas discussões sobre os programas, projetos e ações de reparação da Fundação Renova, assegurando a possibilidade de apoio para o acompanhamento de deliberações e debates dentro do sistema CIF[XLV], as empresas responsáveis pelo desastre geraram uma série de entraves para que esse direito não fosse garantido à população.

— Considero que a gente não teve direito ao processo de reparação porque o que ia ajudar a gente nesse processo é a Assessoria Técnica. A gente não teve esse direito. A gente escolheu, todo mundo participou, e depois isso nos foi tirado. Nós estivemos com o Fundo Brasil, com o Ministério Público Federal, com o Ministério

[XLIV] O direito das pessoas atingidas à contratação de Assessorias Técnicas Independentes (ATI) foi estabelecido como obrigação das empresas no âmbito das alterações que ocorreram na Ação Civil Pública no 023863-07.2016.4.01.3800, após a assinatura do TTAC, com a celebração do Termo de Ajustamento Preliminar (TAP) em janeiro de 2017, seu respectivo Termo Aditivo em novembro daquele mesmo ano, e, finalmente, o Termo de Ajustamento de Conduta conhecido como "TAC Governança" (TAC-Gov), em agosto de 2018. Essa reestruturação se deu tendo em vista a necessidade de garantir maior participação das pessoas atingidas no processo de reparação. Fonte: FGV, 2021p. Entre os anos de 2018 e 2019, cinco entidades sem fins lucrativos foram escolhidas pelos/as atingidos/as em processo participativo viabilizado pelo Fundo Brasil de Diretos Humanos (FBDH): Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social (AEDAS), Associação de Desenvolvimento Agrícola Interestadual (ADAI), Centro Agroecológico Tamanduá (CAT), Cáritas Diocesana de Itabira e Cáritas Diocesana de Governador Valadares. Apesar disso, foi apenas em outubro de 2022 que juiz da 4ª Vara Federal de Belo Horizonte decidiu que as ATIs escolhidas deveriam iniciar suas atividades nos territórios atingidos. Em janeiro de 2023 as Assessorias Técnicas Independentes tornaram públicos seus editais de contratação de pessoal. Em 2025, à época da revisão desses escritos, ainda havia incertezas sobre a permanência das ATIs em alguns territórios.

[XLV] O Comitê Interfederativo (CIF), sistema de governança criado para orientar e validar os atos da Fundação Renova, reúne representantes da União, dos governos e municípios impactados, além de representantes das pessoas atingidas, de membros do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), da Defensoria Pública e do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce (Ver https://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/documentos/tac-governanca/view).

Público Estadual quando a Cáritas foi escolhida para ser Assessoria Técnica. Tínhamos esperança de que com a Cáritas teríamos uma solução. Mas, como o contrato não foi assinado, isso tudo foi prejudicado, especialmente essa região do entorno do parque.

— Esperamos as Assessorias Técnicas Independentes, que podem ser contratadas pelos atingidos ou até mesmo assessorias técnicas formadas pelos próprios atingidos, para propor essa reparação integral de todos os territórios, toda a bacia, todos os estuários impactados.

— Depois que teve o rompimento, não teve assistência nenhuma aqui. Essa Fundação Renova foi criada para reparar todo mundo aqui, mas não reparou ninguém. As empresas terceirizadas da Renova, pra gente até hoje não tratou nada. Logo que a empresa entrou, ela tinha que fazer. Já era pra ter feito. Até hoje não tem nada pronto ainda!

O processo de reparação tem sido lento, pouco transparente e, muitas vezes, injusto. Desde o rompimento, por exemplo, foram realizados cadastros das pessoas atingidas, utilizados como critério para acesso a programas financeiros da Fundação Renova. O cadastro, no entanto, foi considerado insuficiente por diversas razões, tendo critérios restritivos e pouco transparentes para o reconhecimento de quem é ou não atingido e e não considerando, em muitas das vezes, a indenização de perdas materiais de mais de uma atividade econômica realizada, fator que desconsidera a pluriatividade tão presente no território. O processo de cadastramento ainda contou com idas e vindas judiciais quer determinaram seu encerramento e reabertura, deixando as populações perdidas e sem saberem a que e como teriam direitos de ressarcimento financeiro.

— Meu irmão recebeu o auxílio porque tinha carteirinha de pesca. A gente não tinha, mas estava na beira do rio. Nós somos pescadores também. Por que não recebemos?

— Se meu vizinho que é cadastrado tem direito, por que eu, que só não tenho cadastro, não tenho? Aí fica meio confuso... O único dano que eles reconheceram aqui na região foi de pesca, não reconheceram de agricultura, pecuária, só estão pagando sobre a pesca.

— Eu quero que a reparação seja prioridade para os pequenos, os mais vulneráveis, os mais necessitados. E que fizesse uma distribuição de indenização mais igual entre as pessoas, para aqueles que estão sofrendo, mas que foram esquecidos. Por que os ricos recebem e os pobres não? Não me conformo com isso. Se um recebeu, todos têm que receber, foram prejudicados.

— Sobre os trabalhadores do ouro, o pessoal da Renova nem lembra, mal perguntam. A gente se sente humilhada. Será que sou diferente das outras pessoas? Por que eu não tenho cadastro e os outros têm? Eu fiz o cadastro e até hoje não recebi nada...

— As ações estão na mão do juiz e ele está encerrando o cadastro. Estamos perdendo o direito de reparação! O juiz está acelerando para encerrar com a Renova e o povo vai ficar em situação ruim...



Foto: Lalo de Almeida. Município de Barra Longa/MG

Quatro processos diferentes relativos às indenizações e repasses financeiros já vigoraram, com regras e objetivos próprios. A Fundação Renova criou o Programa de Indenização Mediada (PIM), voltado ao pagamento de indenizações às pessoas atingidas pelos danos comprovados às suas atividades econômicas e pela falta de abastecimento de água potável após o rompimento da barragem. Criou também o Auxílio Financeiro Emergencial (AFE), destinado a prestar apoio financeiro à população que teve sua renda comprometida em razão da interrupção de atividades produtivas ou econômicas decorrente do desastre, até o restabelecimento de suas condições. Um terceiro processo é o do Sistema Indenizatório Simplificado (também conhecido como Novel), instituído por decisão judicial da 12ª Vara Federal e implementado pela Fundação Renova a partir de agosto de 2020, com o objetivo de viabilizar a indenização de categorias e profissionais informais que não estavam sendo reconhecidos pelo PIM. Mais recentemente, um quarto processo foi estabelecido com o novo acordo de repactuação firmado em 2024, que reorganiza a governança e redefine os compromissos financeiros, socioeconômicos e socioambientais das empresas responsáveis, incorporando novas diretrizes para a reparação dos danos.

Tais processos vigoraram de maneira paralela ou em substituição, processo confuso para as pessoas atingidas. Muitas delas, ainda hoje, não foram reconhecidas ou receberam valores monetários inferiores aos devidos. Elas contam que parece não haver um critério único para recebimento de indenizações e auxílios financeiros, já que atividades econômicas semelhantes ou idênticas tiveram regras diferentes de recebimento.

É preciso citar novamente os anos de luta popular pelo reconhecimento da região estuarina, costeira e marinha do Espírito Santo como atingida (o que contempla os municípios de Conceição da Barra, São Mateus, Aracruz, Serra e Fundão), que abriga ribeirinhos(as), pescadores(as) e agricultores(as), além de comunidades quilombolas, detentoras de direitos específicos reconhecidos pela Constituição da República e pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho[XLVI].

— Liguei várias vezes para a Renova, falaram que não tinha direito. Na última ligação que eu fiz, eles falaram que o que a gente sofreu aqui não teve reconhecimento nenhum como dano, então não se enquadra no sistema indenizatório. A atendente não deu nenhum tipo de explicação. Ela falou que caso a

[XLVI] Esta Convenção baseia-se no respeito às culturas e aos modos de vida dos povos indígenas e de outros povos e comunidades tradicionais. Reconhece seus direitos à terra, aos recursos naturais e na definição de suas próprias prioridades para o desenvolvimento, buscando superar práticas discriminatórias e assegurar sua participação na tomada de decisões que impactam suas vidas.

gente se sentisse lesado, a gente poderia procurar um advogado, mas que perante à Renova não tem reconhecimento nenhum dos danos.

— A Renova, que foi a entidade constituída pelas empresas Vale, Samarco, BHP, ela não cadastrou, não procurou e não visitou nenhuma pessoa atingida nessa região nossa até hoje. Nunca fizeram e tenho certeza de que não vão fazer. Essa região do Parque Estadual do Rio Doce [MG], desde o início que nós participamos com o Ministério Público Federal, com as outras entidades, a gente vem lutando nesse período para que essa região fosse reconhecida. As pessoas que realmente foram atingidas, simplesmente a Renova não procurou nenhuma dessas pessoas, nem famílias nessas comunidades. Não vieram saber o que sofremos, em que o desastre prejudicou. Eles deixaram muito a desejar, não procuraram uma associação...

— O jeito deles pagar as pessoas, eles escolhem no dedo. As pessoas que precisam, eles não pagam, eles negam. A Fundação Renova colocou para a gente que era só para pescaria que o rio Doce vale. Eu, pelo menos, não vou parar de falar que a Vale e as outras empresas são criminosas, pois colocam o povo para contar mentira como a única chance de ser reconhecida como atingida, aí fica um contra o outro.

— Gente que, desde 2015, entrou com processo e que não recebeu nada! Muitas pessoas foram indenizadas pela primeira vez agora. Uns pegou só uma indenização, não teve cartão. Todos nós fomos atingidos da mesma forma aqui...

— A Renova não quis me reconhecer como ilheiro também. Eu batalhei na minha ilha. Vendia muita coisa que plantava. Hoje não consigo encontrar trabalho fixo. Na época, eu consegui os documentos para assinar, mas eles não me reconheceram como ilheiro só porque eu morava com minha mãe. Falaram que o endereço era o mesmo e que eu não tinha direito de entrar não. Tentei recorrer, tenho documento da minha ilha, comprovação que eu plantava também laranja, limão, coco, que eu plantava e vendia...



Foto: Lalo de Almeida. Município de Conceição da Barra/ES

— Infelizmente, até hoje, está fora de cogitação o reconhecimento do quilombo. O sentimento é destruidor, porque a gente está afetado de muitas formas. Além disso, a gente sofre como outros que não foram reconhecidos. Não consideram as minorias não. Sabemos que temos direitos, mas nunca chega nada para a gente.

Um estudo da FGV voltado à situação das mulheres atingidas identifica que diversas atividades econômicas praticadas por elas não são reconhecidas pelo processo de reparação, o que as invisibiliza ou as trata como

dependentes de seus maridos. Há também apropriação do trabalho feminino como cuidado ou ajuda, e não atividade digna de remuneração e decorrente indenização[XLVII].

— A gente sabe que a mulher enfrenta desigualdades em todos os setores. Ela pode ser uma excelente profissional, mas ela sofre desigualdades. Na pesca não foi diferente. Teve esposas que, no cadastro, eles não queriam colocar como pescadoras, queriam colocar como tripulantes do marido. Elas pegam o barco, vão pescar. Pode até ser o mesmo barco e um ajuda o outro, mas são independentes. E a gente sabe que teve sim esse preconceito com relação às mulheres.

— A Fundação Renova estava reconhecendo só uma pessoa da casa. Essas pessoas que eram reconhecidas da casa...era só o pescador, né, e a esposa como ajudante.

Embora o processo de desastre ocorra há anos, a reparação pecuniária devida, apenas uma parte de um sistema reparatório que deve abordar formas de reparação monetárias e não monetárias, ainda está distante da vida das pessoas. Com a implementação do Sistema Indenizatório Simplificado, a população atingida passou a ter que contratar advogados para a representá-los perante o juízo, custo que tomou parte de suas indenizações[XLVIII].

— A gente vê o grupo de advogados trabalhando só nesse tema da indenização e só iludindo as pessoas. As pessoas ficam com olhos brilhando de ouvir quantos mil reais vão receber! É esse serviço, ou desserviço, que os advogados fazem. Eles vêm na sua casa, os advogados, e se é cadastrado fica igual urubu. Se não é cadastrado, viram as costas e vão embora. Eles não dão informação, não. Não fala se tem direito, se não tem. Se são cadastrados eles ficam em cima, vem um hoje, outro amanhã... Mas se você não é, passa batido, não dá uma informação, não fala nada. Cada um fala uma coisa, um fala que tem, outro fala que não tem. Esse Novel de indenização, a meu ver, foi mais um crime que está acontecendo.

— Coagidos a aceitar o meio do advogado, porque é obrigado a aceitar. Até quando vamos ficar servindo de marionete para as autoridades? Fica isso na mão do juiz. Quando é para as mineradoras, a decisão é de um dia para o outro, e para os atingidos são anos aguardando... Quantos mais vão morrer aguardando alguma atitude verdadeira? Porque esse bláblábla e mimimi estamos muito cansados de escutar. Esqueceram de nós! Queria fazer um pedido de socorro aos órgãos públicos.

Outra das barreiras de acesso ao processo de reparação são as exigências documentais e comprobatórias não condizentes com as realidades socioculturais das pessoas atingidas e a existência de critérios de elegibilidade indevidos.

— A documentação do pescador profissional foi analisada na época pela [empresa] Sinergia, a gente passou foi constrangimento de ter que comparecer diretamente na Polícia Civil diante de delegados para avaliar se a gente tava emitindo

[XLVII] FGV, 2021.
[XLVIII] Tal medida foi posteriormente revertida, como será detalhado mais à frente.

documentação falsa. E já foi aprovado tudo isso. Eles pedem muita documentação, muitas coisas que a gente tem que provar. Desde o início, a gente foi dado como se a gente fosse errado, como se a gente tivesse roubando. Teve denúncia de fraude de pessoas que não eram pescadores e tava recebendo. A Renova colocou todo mundo no mesmo rolo, tirou o cartão da maioria, mesmo sendo pescadores. Porque mesmo levando documentação, está havendo uma morosidade para resolver a situação.

— No final, a advogada falou comigo: "infelizmente, o juiz não te deu direito de receber porque você não conseguiu comprovar a conta de energia de onde você morava". Porque foi um investimento grande que fizemos ali: compramos motor, barcos para servir de travessia. Pagamos profissionais para limpar, roçar pra gente, manter, e pra gente usufruir daquilo. Então, o que a gente pode dizer hoje? Então se a Vale compra e investe em um terreno e acontece alguma coisa com ele, ela tem que ser indenizada pelo governo. Não é assim? Então por que, quando acontece com a gente, a Vale insiste em dizer que nós não devemos ser indenizados por um problema que foi causado por eles?



Foto: Lalo de Almeida. Município de Linhares/ES

— A gente tinha que apresentar a nota fiscal da muda do café que eu perdi, da máquina... O trator que preparou a terra e as mudas foi do meu genro, e ele não me deu nota fiscal - e nem precisa, ele nem tem nota fiscal! A gente mora na roça, não tem nota fiscal.

— Aqui na roça nós somos pequenos produtores. O pequeno produtor, um atende o outro. A gente vai vender o cacau lá na rua, eles não dão nota fiscal, a gente não pede porque é direto do produtor, nós não somos grandes produtores. Nunca vi essa necessidade! Quem comprou a irrigação, para que ia guardar um monte de papel? A gente jamais imaginou que ia ter esse desastre! Se a gente imaginasse que isso ia acontecer, a gente tinha guardado nota fiscal de cano, irrigação, de bomba, teria guardado recibo de compras e vendas, só que não esperávamos isso, ninguém jamais ia cogitar um desastre desse...

— Eu tinha uma empresa dentro de Governador Valadares[MG], até fechei. Entrei com uma ação contra eles, falaram que minha empresa não perdeu renda. Eles falaram que eu não era atingido. Mostrei minhas notas de compra de material de pesca, que reduziu em 70%. Mas eles falaram que não, que olham a renda e acabou.

— Com a chegada da lama, eu não imaginava que eu, um morador, teria que apresentar um documento que comprovasse o que eu seria, pra dizer tudo o que eu sou, sendo que sou um morador e fui criado com toda a estrutura que a comunidade me deu ali e meus familiares deixaram pra mim.

Quando valores monetários são pagos, tanto para danos materiais quanto imateriais, há muita queixa de que eles estão aquém dos reais danos causados. Uma análise da matriz de danos da Fundação Renova[L] demonstra que, apesar de conter o dano moral (prejuízo imaterial) em seu escopo, ele é pouco considerado no cálculo de indenização. Apenas examinando alguns dos danos morais individuais sofridos pelas populações, a Matriz Indenizatória Geral da FGV[LI] traz valores para interrupção ou diminuição de renda relacionada ao exercício da atividade econômica e perda de meios de subsistência, danos decorrentes do processo de reparação, danos à fruição do meio ambiente, danos à alimentação, danos imateriais de perdas emergentes e danos imateriais relativos à saúde. Essa multiplicidade de danos imateriais segue sendo em grande parte menosprezada no processo oficial de reparação.

Destaca-se também que os danos materiais elencados pela FGV e também Assessorias Técnicas[LII] são superiores em quantidade e valores tanto quando comparados aos sugeridos pela Fundação Renova quanto aos estabelecidos pelo Sistema Indenizatório Simplificado. Os direitos das populações atingidas não estão sendo integralmente contemplados.

— Não tivemos ajuda nenhuma da empresa sobre a água. Eles pagaram uma indenização de mil reais. Pra quê ter mil reais pra depois estar doente por causa de uma água dessas? O que mil reais vai curar?

— Eu planto em três ilhas. Imagina só a gente plantar em três ilhas, e eles me deram dez mil reais por ilha, sendo que eu tirava muito mais lá... Se for fazer a conta direitinho, o quanto valia as coisas da gente pra gente? Não tinha preço! E eles querem colocar preço nas coisas da gente, que é uma mixaria pra gente...

— A gente entrou com uma indenização individual. Tive meu julgamento. Na hora de entrar a questão da água, na hora de receber, na época era de dez mil reais. No outro dia, cortou tudo. Não fiz acordo nenhum, nem de mil reais e nem mil e duzentos reais. Isso não paga as despesas que estou tendo! Os processos foram interrompidos, foi uma humilhação... Quando voltou, foi da forma que eles colocaram. Fora que tem que pagar advogado.

— Deram dinheiro pra um e não deram nada pra outro. Tem uns aqui que nem assinaram nada, porque quarenta mil reais, cinquenta mil reais, como deram para algumas pessoas aí, não vale nada... O dia de pedreiro hoje custa duzentos reais.

— A gente fica esperando reparar porque nós também não temos condições financeiras de fazer o reparo que precisa fazer, do tamanho do estrago que essa água, que essa lama, trouxe pra dentro da minha casa. Foi assinado uma moção

[L] FGV, 2019b.
[LI] FGV, 2021n.
[LII] Exemplo disponível em: <https://mg.caritas.org.br/storage/arquivo-de-biblioteca/April2021/OPUnMgIE75jp7mstimpn.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2024.

que a população atingida pela última enchente teria desconto na conta de água em 30% e nos imóveis residenciais eles deram até quinhentos reais por moradia, no IPTU. Só que isso aí não refresca em nada! Só agora que estou colocando a casa em ordem. Perdemos armários da cozinha, dos banheiros, portas e tudo isso aí. E fora o lote que tinha 50 cm de barro porque o lote é mais baixo, então quer dizer que tivemos uma despesa muito maior do que os quinhentos reais e os cem reais da água, que nós recebemos aqui.

Nesse contexto de falta de informações, problemas no reconhecimento das pessoas atingidas, morosidade na justiça e indenizações aquém das necessárias, atingidas e atingidos manifestam indignação. Narrativas tratam do desespero da população que, sem alternativas, aceitou indenizações abaixo das devidas. Também expõem a situação daqueles que foram indenizados, mas seu dinheiro já acabou e hoje se veem sem alternativa de renda dado que as atividades produtivas permanecem interrompidas ou comprometidas devido à contaminação.



Foto: Lalo de Almeida. Município de Barra Longa/MG

Para adesão ao Sistema Indenizatório Simplificado, o Novel, as populações tiveram em um primeiro momento tanto que contratarem advogados para representá-las, como acima pontuado, quanto que assinarem um termo de quitação definitiva para todos os danos decorrentes do rompimento da barragem de Fundão e renunciarem a outras ações judiciais que pleiteavam verbas indenizatórias[LIII]. Tudo isso foi imposto sem explicações claras às pessoas atingidas, que muitas vezes não sabiam exatamente o que estavam assinando, como explicitam as narrativas:

— Nosso povo foi coagido a aceitar. Usaram de má-fé. Porque eles sim não sabiam o que estavam fazendo, estavam precisando, estavam desesperados! Muitos sem saber que estavam com quitação geral. E aí, o que que aconteceu nesse fluxo ágil? Foi tão ágil que até hoje não sabem nem quanto receberam! A gente tem que entender a aflição das pessoas que aceitam. Todos que estão aceitando sabem que não é aquilo... Elas querem matar sua fome, pagar as suas contas! Entendo que a indenização é injusta, mas que ela pode ser revista também a todo momento, porque o impacto vai continuar.

— Aí veio o sistema Novel: o pessoal pegou o dinheiro e muitos hoje não têm mais esse dinheiro. Aí, vai comer o que agora? É pouco o que eles estão pagando. Nós merecíamos muito mais! Tem gente agora que nunca vai pisar na beira do rio, nunca vai pisar no rio e ver a água limpa do jeito que era, eles vão sofrer mais

[LIII] Tais exigências foram consideradas ilegais e suspensas pelo desembargador José Amilcar Machado, presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) em junho de 2022.

que nós. Tivemos que aceitar esse Novel à força. Alguém falou assim: "olha, se você não aceitar, vocês vão ficar é sem dinheiro aí...". Por que não fizeram nem uma reunião com a gente? Ninguém falou nada, se a gente queria ou se a gente não queria, então a gente foi obrigado mesmo... A gente é aquela pessoa fraca, que não tem muito entendimento, e tudo o que aparece a gente tem que pegar né.



Foto: Lalo de Almeida. Município de Linhares/ES

— A gente não concorda com quitação final. Não concorda com quitação definitiva. A gente não concorda com o corte do auxílio enquanto o rio está assim, enquanto não tem segurança. Eles falam que é uma indenização plena. Ela tinha que abranger minhas redes, minhas tarrafas, fazer barco pra mim e pra vender, também. Então, essa área aí não foi olhada.

— Não houve esclarecimentos e nem critérios para que a comunidade soubesse quais indenizações são devidas. Então, como não teve esclarecimento, muitos buscaram seus caminhos individualmente e muitos outros não buscaram ainda. Eu vejo a estrutura de reparação fazendo o seguinte: chama alguém e faz o acerto com a pessoa. Ela acha que saiu bem com um dinheiro sem se sentar em grupo e conversar para se organizar pelos direitos. Essa pessoa sai isolada. E tem algo que acho que é fundamental: não basta simplesmente uma reparação pecuniária, tem que ter um acompanhamento... A vida das pessoas foi destruída, desorganizada em diversos aspectos, então tem que ter um acompanhamento, organização, escuta permanente da população, pra criar condições para que as pessoas possam voltar a se colocar em suas atividades – e eu não vejo isso. É uma reparação que nada repara.

Soma-se a isso as reivindicações das pessoas atingidas para reparações além das monetárias, que incluam a restauração dos territórios. A população cobra medidas para o restabelecimento de um meio ambiente equilibrado que possibilite a retomada produtiva e de convivência saudável com ambientes de rio e mar. Ressarcimentos financeiros das perdas são absolutamente essenciais, mas devem ser acompanhados de diversas outras medidas reparatórias para o restabelecimento de direitos violados.

— Eles não vão dar dinheiro pra gente a vida toda. Eles tinham que conseguir resolver, tirar esse rejeito que está no rio para a gente poder voltar a plantar, voltar a divertir, poder voltar a confraternizar com os amigos, com os parentes. Precisa limpar esse rio, repovoar o rio! Precisa voltar à atividade, porque a maioria dos pescadores não tem estudo.

— As pessoas têm o direito de cobrar, até porque isso está na Constituição! A Constituição reza pra gente que a população tem direito a um meio ambiente equilibrado e aquele que causar prejuízo tem que repor. Mas, a população que realmente ficou no prejuízo, ficou todo mundo à mercê, ninguém recebeu nada. Não aconteceu nada. Virão outras enchentes, essa lama vai retornar para dentro de nossas casas.

— Havia uma série de promessas com relação à recuperação do rio, em relação aos prejuízos sofridos pela crise hídrica. Então, havia toda uma divulgação de uma capacidade tanto das empresas envolvidas quanto do Estado na cobrança e nas soluções. No entanto, nós estamos chegando aos sete anos sem nenhum horizonte de solução. Então são várias coisas pendentes! A Renova deu para fazer uma rede de tratamento de água. Até hoje ainda não temos a captação alternativa concluída, tá em menos de 50%, e a nossa água, com toda informação que a imprensa nos passa através de alguns órgãos, muita gente não confia tomar a nossa água do rio Doce.

— O mar, o rio, o mangue é tudo para nós! Nós queremos isso tudo de volta! Enquanto não restituir tudo isso, nós temos que continuar sendo reparados. Estamos num barco à deriva, sem saber o que fazer. Passou na minha mente esses anos todos que estamos sendo prejudicados. Os projetos da Renova ficaram todos no papel até hoje.

As populações atingidas ponderam a necessidade de engajamento do poder público para a busca por uma reparação justa e a importância da participação social nos processos. Os efeitos do desastre se prolongam com as incertezas e injustiças sofridas com as ações de reparação. Já são mais de nove anos de espera, compostos por frustrações e muita luta pelo reconhecimento dos direitos lesados. O desastre segue presente. Suas consequências não acabaram.



Foto: Lalo de Almeida. Município de Linhares/ES

— Resolver isso daí tem que ter vontade política daqueles que administram o país, tem que ter engajamento de todos os segmentos da sociedade. O que a gente vê é um pingue-pongue...

— Foram tomando decisão sem escutar a comunidade e sem o direito à participação. É importante ter mais espaços para escutar as pessoas atingidas. É muito importante a representação do atingido para

fiscalizar, propor, pois órgãos que deveriam fazer isso, não fizeram. A participação efetiva dos representantes da comunidade seria muito importante para validar.

— Eles nunca vieram aos atingidos, principalmente na pandemia... Eles tão se limitando a mandar cartas pros atingidos. A Fundação Renova não tem interação nenhuma com os ribeirinhos, com os atingidos, com os pescadores. Então, eu entendo isso como uma situação de denúncia. Eu acho que eles teriam que ter mais respeito com os atingidos!

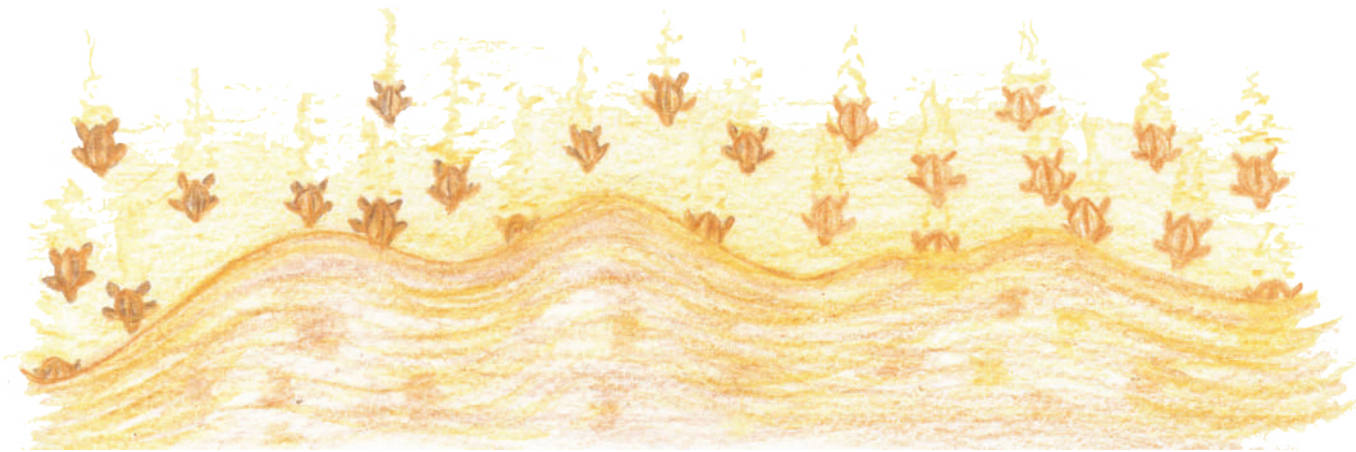


Ilustração: Carolina Ribeiro Araujo

CAPÍTULO 10

ESPERA

A CHEGADA DA LAMA MATOU SONHOS, MATOU ESPERANÇAS



Foto: Lalo de Almeida

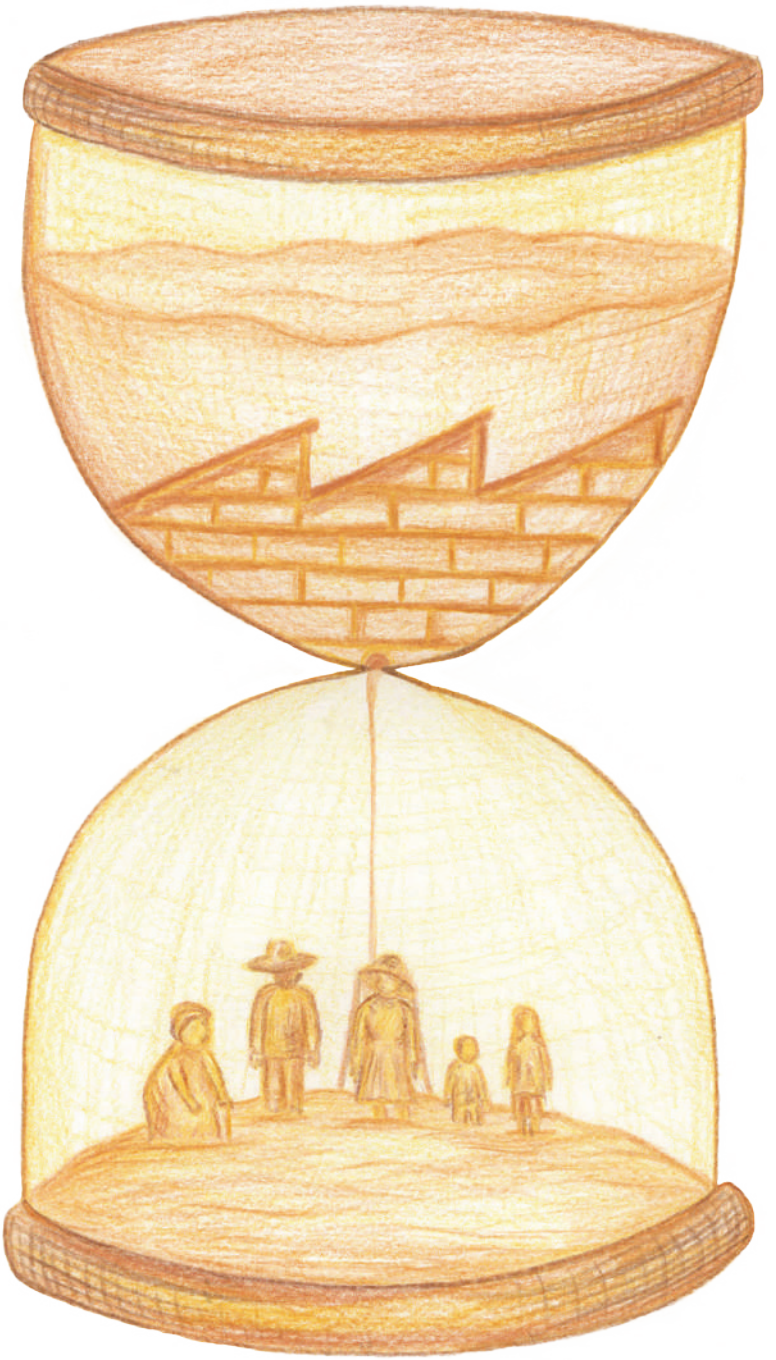


Ilustração: Carolina Ribeiro Araujo

Desastres são acontecimentos processuais, por isso, a atenção à questão temporal é crucial para sua prevenção e reparação. Como tratado no começo desses escritos, uma série de riscos e vulnerabilidades pré-existentes podem ser terrenos férteis para desastres, o que sinaliza suas raízes. Da mesma maneira, as consequências econômicas, políticas, ambientais, sociais e culturais de um desastre são impossíveis de serem previstas em sua totalidade a curto, médio e longo prazos. Muitos prejuízos são apenas passíveis de serem notados com o tempo, com o desenrolar dos processos e exigem, portanto, monitoramento constante[LIV].

Mais de nove anos do rompimento, há muita tristeza e desesperança em relação ao futuro pessoal, familiar e comunitário na região atingida pelos rejeitos de minério. A luta pela reparação parece não ter fim. As pessoas se sentem cansadas e injustiçadas, à espera de um futuro mais promissor que insistentemente lhes é negado. O próprio processo reparatório, como observado no capítulo anterior, traz mais desgaste e danos à população. Com o passar do tempo, ao invés de os problemas serem mitigados e/ou reparados, tornaram-se mais volumosos, complexos e graves.

> **— A história que a gente ouvia era que o rio Doce era navegável. Hoje nós vamos contar para os nossos netos que o rio é morto. Hoje a gente tem medo. A história que meus filhos vão contar para os filhos deles é que era um rio lindo e se tornou um rio morto e perigoso. É muito triste essa história, mas é a história do futuro.**

> **— Não conseguir mais vislumbrar um futuro é triste. Antes eu vivia, agora a gente vegeta nesse lugar. Tudo que a gente planta começa a dar, mas depois morre tudo. Meu pai tem três anos que morreu sem receber um centavo desse povo aí. Agora eu passei a ficar com minha mãe, tomando conta mais das coisas. E plantar o que no barro? Não tem como.**

Ao longo de toda a extensão territorial atingida, as narrativas das pessoas indicam que os danos se acumulam. Há relatos sobre maior sensação de insegurança pelo aumento da circulação de trabalhadores que vêm de fora para obras de reparação, rompendo com a familiaridade e confiança a que estavam acostumadas as populações locais antes do desastre.

> **— A gente não tem mais a liberdade que a gente tinha não. Tem insegurança, muita gente de fora. A gente conhecia todo mundo, hoje a gente tem medo, medo de pegar carona. Antes não tinha um caso de violência, hoje não podemos dormir de janela aberta. Roubaram a casa do meu menino à mão armada.**

[LIV] FGV, 2021W.

— Hoje há muitas mulheres com medo de andar sozinhas, sentem insegurança. Os caminhoneiros da firma ficam mexendo com as mulheres. Mais pessoas ficaram grávidas. Fico insegura porque tenho uma filha de quinze anos. Medo de estupro. A gente tem medo da pedofilia. Não tem liberdade mais. Os meninos vão para escola de van, mas a gente fica preocupada com as crianças em Rio Doce [MG], a pracinha está cheia de estranhos... Traz insegurança para a gente, doença, criminalidade. Mais drogas, aumentou muito.



Foto: Lalo de Almeida. Município de Rio Doce/MG

Ao percorrer os territórios atingidos, as histórias se repetem. A perda ou prejuízos aos ambientes de rio e mar são sentidos de diferentes formas e as indenizações recebidas não compensam as incertezas em relação ao futuro. O termo de quitação geral mencionado no capítulo anterior, por exemplo, é absolutamente incompatível com a ideia de processualidade do desastre e não supre perdas financeiras, nem passadas, nem futuras.

— Tem essa quitação, presente e futuro. O nosso medo é que as empresas transformem o rio Doce em um rio Tietê. Eu assinando um termo, eu sabia que estava dando a quitação de 71 meses para trás, mas eu não sabia que era futuro. Automaticamente, todo atingido assinando esse termo, quem me garante a proteção do rio Doce?

Sonhos e projetos de futuro acabam sendo encerrados ou postergados. Para algumas pessoas, há pouca esperança de que a vida volte a ser como antes do rompimento.

— Tenho barco, lancha, tudo. Tô rodando no rio e tem lugar aí que tem três metros de barro. Quando é que vai tirar? Nunca, vai ficar pro resto da vida e a outra geração ainda vai ter problema!

— Quando é o próximo rompimento? Quando vai acontecer? Então essa expectativa negativa está interiorizada em muitos de nós.

— Antes a gente tinha o privilégio de viver e usar as margens do rio Doce. Foi uma pena grande esse desastre! Essa coisa nunca foi reparada e acho que nunca volta mais... E não vai ter melhora no rio Doce. Até o pessoal lá da Renova, quando a gente foi fazer o acordo, eles falaram assim: "isso é por tempo indeterminado (contaminação do rio), o rio não vai voltar". A nossa vida nunca mais vai ser a mesma! Quem está sofrendo, somos nós, que teve esse problema financeiro, econômico, materiais...

— Eu queria investir no turismo, mais barco, mais motor pra ganhar dinheiro com isso. Mas ninguém mais vem pescar e ficou o projeto empacado. Tinha a intenção de fazer um pesque e pague, mas, por conta do rompimento, isso não foi possível. Ele perdeu muito peixe mesmo e até hoje não foi indenizado. Os projetos dele pararam. Ele tomou muito prejuízo mesmo!

— Estava abrindo o meu barzinho pra mexer, porque só a cozinha da casa da minha mãe não era suficiente pra estar fazendo as comidas, porque eu fazia o peixe e tudo, mas não pude mais... E aí, tudo parou. Um sonho que eu tinha que ficou parado. Tinha o sonho de construir minha casa. Eu não pude construir, porque eu não tenho fonte de renda mais. Não tenho mais de onde tirar o meu sustento do rio, tive que paralisar então. Até hoje não construí a minha casa. Construo a dos outros e não pude construir a minha.

— Estou em outra atividade. Minha vida mudou completamente e não trabalho mais na nossa propriedade, fui procurar emprego fichado [com carteira assinada] na cidade. Tinha o sonho de atender a região com hortaliças e legumes, e o gado era do meu pai, que trabalha com isso até hoje. Eu queria utilizar a nossa terra e seguir nessa linha de horta.

— Eu tinha o projeto de ter um barco de pesca só meu, porque usava o dos outros. De comprar mais equipamentos e de comprar um barco de alumínio, que é mais leve, e com esse desastre ambiental acabou com os projetos da gente. A gente teve que trancar faculdade dos filhos, porque o sustento que tava tirando não tava conseguindo tirar mais.

A recuperação do rio Doce, a partir da retirada dos rejeitos, é a maior demanda das pessoas atingidas. Elas buscam respostas claras sobre quando o rio deixará de ser um fator de risco. Apesar de a Fundação Renova alegar que a água do rio "apresenta condições similares às de antes do rompimento"[LV], tanto a vivência das populações quanto diversos estudos independentes[LVI] demonstram discordâncias e controvérsias em relação a tais informações. Dados do Instituto Lactec apontam que em períodos mais intensos de chuvas, como ocorrido nas cheias de 2020 e 2021, por exemplo, há aumento significativo do volume de rejeitos suspensos no rio e mar[LVII].

— Hoje a gente não faz nada, fica olhando para o barro. A lama carregou o lazer, ela carregou os sonhos, carregou os projetos que as pessoas tinham, né. Pelo que estou vendo, não vai acabar, porque aquela terra não tem recuperação. Nosso rio foi assoreado. Essa lama, esse minério, veio para acabar com tudo. Essa lama velha matou o nosso sonho, matou uma vida, matou a vida da gente.

— Quanto tempo nosso rio vai continuar com essa lama? Quanto tempo nós vamos ter água potável novamente? É vinte anos, trinta anos, quarenta? Nós teremos o rio

[LV] Disponível em: <https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2021/11/Jornada-Alto-Rio-Doce-Extra-2021-out.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2023.
[LVI] Por exemplo: ALVES, 2020.
[LVII] INSTITUTO LACTEC, 2021.

Doce daqui a dez anos? Quem é que vai pagar por isso? Porque isso para sair leva muito tempo! Não tem reparação, isso vai para toda a vida. Vamos conviver o resto da vida com isso.

— A lama não tirou só o sustento, tirou a vida. Porque uma pessoa que viveu da pesca a vida inteira, ele perdeu o quê? Perdeu a vida. Principalmente os mais idosos, a maioria não tem instrução e é uma dificuldade muito grande de recomeço.

— A nossa saúde, a vida que a gente tinha na Ilha, não sei se vai recuperar. O futuro... a gente não sabe. É uma tragédia ambiental imensurável! Não só ambiental, mas para nossa vida em geral. Porque aquilo ali acabou com a gente, com a estrutura da gente financeiramente.

— A vida da gente foi praticamente destruída. Alguém nos matou e vem tirar a vida. Daqui a 10 anos, a 15 anos, nós teremos netos aqui na Ilha? Essa ação terá futuro ou vai terminar agora?

— Será que a gente encontrará essas famílias aqui? Saudáveis, com seus pulmões funcionando? Será que teremos saúde? Teremos água dentro de 10 anos? Eu acho que [Governador] Valadares [MG], por essa geração, não vai se levantar. Acabou Valadares.



Foto: Lalo de Almeida.

Distrito de Bentro Rodrigues, município de Mariana/MG

Em meio às perdas, restam as lembranças de como a vida era antes. As narrativas refletem o medo de novos rompimentos, a preocupação com as gerações futuras e a insatisfação com as empresas responsáveis pelo desastre, que se preocupam mais com o dinheiro do que com a recuperação dos ecossistemas e do bem viver das pessoas. Só em 2021, a Vale S/A teve lucro de R$ 121,2 bilhões, alta de 353% quando comparado a 2020[LVIII]. Mesmo assim, seu investimento na reparação dos danos ocasionados pelo rompimento de Fundão está muito aquém do necessário.

— Hoje é só guardar a recordação, a lembrança do que a gente tinha e hoje não tem mais. Toda vez que a gente escuta notícia que uma barragem vai romper, a gente fica estarrecido. Agora tem um pânico. Fico só preocupado de acontecer de novo com outra barragem, como já tem outra rachando pra estourar. Tem que ver isso! Uma vida vale mais que o mundo inteiro. Eles vão destruindo vida, destruindo vida...

[LVIII] Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/lucro-da-vale-atinge-r-1212-bilhoes-em-2021-alta-de-353-ante-2020/>. Acesso em: 26 nov. 2022.

— Fica difícil lidar se eles só pensam em dinheiro, no lucro. A qualidade de vida não volta ao que era antes. Acho que não temos condição de ter uma vida digna. Temos vontade de construir uma casa em outro lugar, mas não temos condições.

— Não é possível ter uma vida saudável depois do desastre. O rio não vai voltar a ser o mesmo que era. Se consertar o rio Doce, podemos ter vida saudável. O pior de tudo são as novas gerações nossas, que não vão poder fazer isso mais. Esse é o maior prejuízo.

A lama deixou marcas de todos os tipos. Todas as dimensões do viver foram atravessadas e transformadas pela degradação trazida pelos rejeitos da barragem de Fundão.

— A chegada dessa lama nos deixou perdidos quanto às expectativas de futuro. O rompimento acabou com o sonho de ter uma área de lazer das crianças, do povo. Era um projeto que era para ser feito na ilha: replantar a ilha com plantas nativas. O intuito dessa ilha era para fazer tipo uma reserva onde teriam visitantes, como crianças, famílias, para poder fazer um retiro, um passeio, uma pesca. É um lazer que foi interrompido antes mesmo do projeto ir para o papel. O projeto dessa ilha tinha uma função recreativa, educacional, um ponto de visitação para recreação, para lazer, para educação... Teria uma vasta utilidade e funcionalidades educacionais para as crianças e frequentadores.

— Outros perderam a perspectiva no futuro, a certeza que ia plantar e colher, e com isso a situação financeira... A escassez aumentou, as responsabilidades e as cobranças aumentaram...

— A gente não tem como afirmar, mas, na nossa parte, da agricultura irrigada, há pessoas que tiveram sonhos interrompidos. A esperança que a gente tem na hora que está plantando uma lavoura... Você tinha um sonho com a família que foi frustrado. Hoje os filhos mais velhos de pescadores foram morar na cidade porque aqui já não tem mais o que fazer. Não tem mais trabalho. Desde 2015, o meu filho foi embora e não vai mais ter seguimento nessa região. Isso é triste, porque somos produtores. Vai na feira, a nossa feira de Colatina [ES], aqui é muito conhecida, isso é triste... Os nossos jovens estão largando o campo e indo pras cidades porque o campo já não atende mais às necessidades.

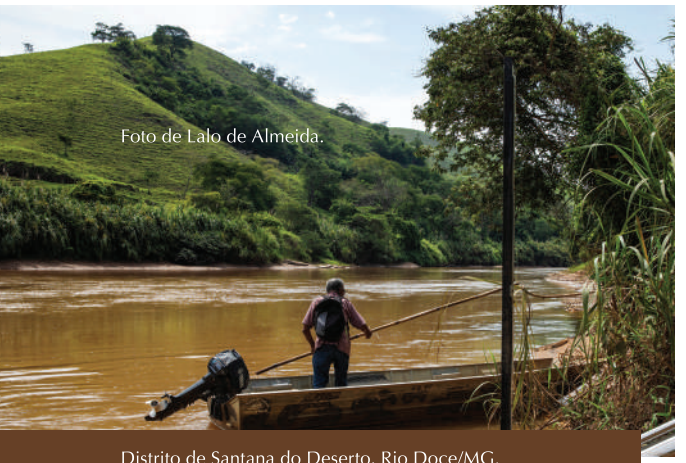
Estudo da FGV sobre a situação das mulheres atingidas[LIX] indica que suas expectativas de futuro projetam uma vida vivida no passado, em períodos anteriores ao desastre. As perspectivas e os sonhos para o futuro se apresentam na esperança de retomar o cotidiano como era antes da chegada dos rejeitos, uma vez que a desorganização da rotina estreitou o leque de opções e escolhas individuais e familiares tanto do momento presente quanto para o futuro.

— Em relação ao futuro, sabemos como a praia irá ficar? A gente já tem provas que o rejeito alterou o perfil de praia, mas a gente não sabe se no futuro essa alteração será prejudicial.

[LIX] FGV, 2022l.

— Falar em futuro é difícil. A gente queria um futuro como se fosse a sete anos atrás, como era antes do problema. Plano de futuro é difícil, só Deus sabe! Não conseguimos prever o que vai acontecer, se vai melhorar ou piorar mais. Todos nós já estamos muito cansados, doentes mentalmente e não temos perspectivas de nada. É muito frustrante estar vivendo todo esse cenário e não ter respostas de nada. Escutamos dos nossos filhos no dia a dia as perguntas que já foram ditas aqui e não temos respostas. O que passamos e o que estamos vivendo é muito angustiante!

— Esses danos são irreparáveis, incalculáveis, porque não tem preço o impacto causado na vida da comunidade. Impactou o meio de vida, dos pescadores, dos ribeirinhos. Abalou a pesca tradicional, artesanal, o comércio, a agricultura, a nossa lavoura de cacau, a produção agrícola, a cultura, o nosso folclore, o turismo, o esporte e o lazer da nossa comunidade. Mas hoje perguntamos: o que vamos fazer para trazer um turista? O que vamos dizer? Era aqui que pegávamos robalo? Era aqui que plantávamos? Hoje só temos as lembranças e não sabemos como vai ser o futuro. É muita incerteza... Não temos garantia de nada e até os auxílios estão sendo tirados! Só ficou o rastro de destruição.



Distrito de Santana do Deserto, Rio Doce/MG.

— Temos muitas pessoas que só sabem pescar, principalmente os mais velhos, não sabem ler ou escrever, só sabem pescar e hoje nem querem ir na beira do rio. O que vamos fazer com eles? Muitos estão se entregando à bebida, morrendo. Nós tínhamos uma vida que as mineradoras tiraram de nós. Hoje em dia ninguém pensa mais em treinar um filho para a pesca porque as condições não dão mais. Antigamente, nós chegávamos na pescaria com 200 a 300 kg de peixe e eles brigavam para comprar o seu pescado. Hoje em dia ninguém quer.

— Só que uma coisa que me preocupa muito, eu tenho dois filhos, uma menina de seis anos e um menino de doze anos. A Samarco não fez nada para compensar outras gerações, um projeto de limpeza. Vai continuar poluído e não há projeto. Porque as crianças de hoje, ninguém mais que ser pescador. Eu vejo pelo meu filho. Eu nem chamo para ir no mar, apesar de ser perigoso, mas nem chamo pra ir na beirada, na praia. As crianças não querem se envolver nisso. Então vai acabar.

É preciso lembrar que a tragédia iniciada em 2015 não impediu que novos desastres envolvendo a mineração acontecessem. Em 25 de janeiro de 2019 ocorreu o rompimento da barragem da mina Córrego do Feijão, da Vale S/A, em Brumadinho (MG), resultando na morte de 272 pessoas.

Em poucos anos, o Brasil foi palco de dois desastres minerários de enormes proporções, mas pouco se fez em relação à legislação e às operações minerárias predatórias.

Em 2020 foi sancionada a Lei nº 14.066 que proíbe a construção ou o alteamento de barragem de mineração pelo método a montante, o mais barato e utilizado nas minas rompidas. O prazo para descaracterização de tais tipos de barragens já existentes era o de fevereiro de 2022, mas foi descumprido na grande maioria dos casos[LX].

— Preocupação com o futuro. Preocupação para pagar as contas. Você acaba sendo humilhada por algo que não é culpada.

— Toda vez que se discute a questão da mineração e das barragens, a minha preocupação é: qual vai ser a próxima a romper? Quando vai ser a próxima a romper? E, logo depois, veio Brumadinho. Então fica esse impacto do ponto de vista emocional, psicológico.

— O que vai acontecer nesses lugares onde essas empresas estão instaladas? Quais os mecanismos que se têm para que isso não venha a ocorrer de novo? O que está sendo discutido nesse sentido? Quando a gente percebe, não tem nada disso. Não tem nada estruturante que impeça que outros crimes aconteçam. Então essa ausência é muito cruel pra todas e todos nós.

Mesmo depois de duas enormes catástrofes socioambientais causadas pela extração minerária, o modelo colonialista e capitalista corrente no Brasil e subsidiado internacionalmente, pautado pela exportação de bens primários, ainda privilegia a exploração de territórios e pessoas em prol do lucro de empresas e acionistas. Além disso, discussões sobre os danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão e sobre o falho processo de reparação em curso já se encontram distantes da grande mídia, o que acarreta o esquecimento desse evento danoso em enormes proporções perante a opinião pública. As pessoas atingidas, no entanto, continuam lutando contra as grandes empresas – Samarco Mineração, Vale S.A. e BHP Billiton, nunca é demais lembrar – exaustas, enfrentando desequilíbrios enormes de poder, capital político e financeiro.

É preciso comunicar e divulgar os problemas enfrentados há mais de nove anos por pessoas e ecossistemas, na busca de aliados para a luta e de uma reparação justa a essas populações.

[LX] Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2022/01/14/tres-anos-depois-mg-desativa-so-5-de-54-barragens-semelhantes-a-brumadinho.htm>. Acesso em: 26 nov. 2022. E <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/LEI/23291/2019>. Acesso em: 13 abr. 2023.

[referências]

AECOM TECHNOLOGY CORPORATION. *Relatório n.36* – Perito do Juízo, 12ª. Vara da Justiça Federal Cível e Agrária da SJMG, na Ação Civil Pública, Processo N° 1000412-91.2020.4.01.3800. Laudo Pericial da Segurança do alimento – Pescado no Rio Doce, foz e região marinha. 2022. Disponível em: https://jornalfolha1.com.br/wp-content/uploads/2022/08/Relatorio-36_Laudo-Pericial-da-Seguranca-do-Alimento-Pescado.pdf. Acesso em: 13 abril 2023.

AGÊNCIA BRASIL. *Sete anos após tragédia de Mariana, entenda o processo indenizatório.* Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-11/sete-anos-apos-tragedia-de-mariana-entenda-o-processo-indenizatorio#:~:text=Para%20os%20munic%C3%ADpios%20mineiros%2C%20o,falta%20de%20abastecimento%20de%20%C3%A1gua. Acesso em: 14 agosto 2023.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO (ANA). Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil. Informe 2015. *Encarte Especial sobre a Bacia do Rio Doce*. Rompimento da Barragem em Mariana/MG. Disponível em: https://www.snirh.gov.br/portal/centrais-de-conteudos/conjuntura-dos-recursos-hidricos/encarteriodoce_22_03_2016v2.pdf. Acesso em: 20 junho 2023.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO (ANA). *Sala de Situação*. Rio Doce. [s.d.]. Disponível em: https://www.gov.br/ana/pt-br/sala-de-situacao/rio-doce/rio-doce-saiba-mais#:~:text=As%20nascentes%20do%20rio%20Doce,povoado%20de%20Reg%C3%AAncia%2C%20Esp%C3%ADrito%20Santo. Acesso em: 17 abril 2023.

ALVES, M. A.; BLISKSTEIN, I. Análise de narrativas. In: GODOI, C. et al. (eds.). *Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos*. São Paulo: Saraiva, p. 403-428, 2006.

ALVES, T. M. *Qualidade da água do rio Doce em Colatina-ES após o rompimento da barragem de Fundão, Mariana-MG*. Monografia (especialização) - Instituto Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação Ambiental e Sustentabilidade, 2020.

BRADBURY, Ray. *Crónicas Marcianas*. Prólogo de Jorge Luis Borges. Traducción de Francisco Abelenda Buenos Aires, Ediciones Minotauro, Primera edición en castellano,1955, 234 páginas.

BRASIL. *Lei nº 14.066*, de 30 de setembro de 2020. Altera a Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), a Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, e o Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 (Código de Mineração). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l14066.htm#:~:text=Fica%20proibida%20a%20constru%C3%A7%C3%A3o%20ou,sedimento%20previamente%20lan%C3%A7ado%20e%20depositado. Acesso em: 13 abril 2023.

CÁRITAS BRASILEIRA REGIONAL DE MINAS GERAIS; COMISSÃO DOS ATINGIDOS PELA BARRAGEM DE FUNDÃO MARIANA/MINAS GERAIS. *O que é a Matriz de Danos da população atingida de Mariana*. Disponível em: https://mg.caritas.org.br/storage/arquivo-de-biblioteca/April2021/OPUnMgIE75jp7mstimpn.pdf. Acesso em: 7 abril 2024.

CHAMBERS, R. *Whose reality counts? Putting the first last.* Londres: Intermediate Technology Publications, 1997.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. *Caso Trabalhadores da Fazenda Brasil Verde vs. Brasil.* Sentença de 20 de outubro de 2016. § 481. Disponível em: https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_318_por.pdf. Acesso em: 24 abril 2023.

ESTADO DE MINAS GERAIS. *Lei nº 23.291*, de 25 de fevereiro de 2019. Institui a política estadual de segurança de barragens. Disponível em: https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/LEI/23291/2019/. Acesso em: 13 abril 2023.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (FGV). *Matriz Indenizatória Territorial para os municípios de Aracruz, Conceição da Barra, Fundão, Linhares, São Mateus e Serra, na Região Estuarina, Costeira e Marinha do Espírito Santo.* Rio de Janeiro; São Paulo: FGV, 2022g.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (FGV). *O rompimento da Barragem de Fundão na perspectiva das mulheres atingidas: uma análise de gênero.* Rio de Janeiro; São Paulo: FGV, 2022l.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (FGV). *Diagnóstico de saúde para os municípios atingidos pelo rompimento da Barragem de Fundão. Análise de Dados dos Sistemas de Informação em Saúde do DATASUS: SIA e SINAN – Volume 1.* Rio de Janeiro; São Paulo: FGV, 2021j.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (FGV). *Diagnóstico de saúde para os municípios atingidos pelo rompimento da Barragem de Fundão. Análise de Dados dos Sistemas de Informação em Saúde do DATASUS: SIH e SIM – Volume 2*. Rio de Janeiro; São Paulo: FGV, 2021k.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (FGV). *Diagnóstico em saúde dos municípios atingidos pelo rompimento da Barragem de Fundão, Mariana (MG), em 5 de Novembro de 2015: estimativa de anos de vida perdidos por incapacitação*. Rio de Janeiro; São Paulo: FGV, 2021l.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (FGV). *Matriz Indenizatória Geral para o desastre da Barragem de Fundão: parâmetros para danos relacionados à renda e saúde*. Rio de Janeiro; São Paulo: FGV, 2021n.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (FGV). *Matriz Indenizatória Territorial para os municípios de Bom Jesus do Galho, Caratinga, Córrego Novo, Dionísio, Marliéria, Pingo d'Água, São Domingos do Prata, São José do Goiabal, São Pedro dos Ferros, Sem Peixe, Raul Soares, Rio Casca e Timóteo, no Alto Rio Doce*. Rio de Janeiro; São Paulo: FGV, 2021o.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (FGV). *Matriz Indenizatória Territorial para os municípios de Tumiritinga, Galiléia, Conselheiro Pena, Resplendor, Itueta e Aimorés, no Médio Rio Doce*. Rio de Janeiro; São Paulo: FGV, 2021p.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (FGV). *Região estuarina, costeira e marinha do Espírito Santo: reconhecimento, responsabilidade e danos socioeconômicos decorrentes do Desastre da Samarco*. Rio de Janeiro; São Paulo: FGV, 2021w.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (FGV). *Rompimento da Barragem de Fundão: estimativas da perda acumulada do PIB para os estados de Minas Gerais e Espírito Santo — Recuperação econômica do desastre em 2028*. Rio de Janeiro; São Paulo: FGV, 2021x. Disponível em: https://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/documentos/fgv/2021/fgv_estimativas-da-perda-acumulada-do-pib-para-os-estados-de-mg-e-es-com-base-nos-dados-observados-ate-2018.pdf. Acesso em: 13 maio 2023.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (FGV). *Parâmetros e subsídios para a reparação dos danos socioeconômicos nos territórios de Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado e Chopotó*. Rio de Janeiro; São Paulo: FGV, 2020a. Disponível em: http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/documentos/fgv/rosa-fortini-parametros-e-subsidios-para-a-reparacao-dos-danos-socioeconomicos_parte-1.pdf. Acesso em: 13 maio 2023.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (FGV). *Parâmetros e subsídios para a reparação dos danos socioeconômicos na cadeia da pesca do camarão na Praia do Suá em Vitória (ES)*. Rio de Janeiro; São Paulo: FGV, 2020b. Disponível em: https://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/documentos/fgv/camaroeiros_parte-1.pdf. Acesso em: 13 maio 2023.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (FGV). *O rompimento da Barragem de Fundão na perspectiva da administração pública municipal: uma análise qualitativa a partir de estudos de caso*

em Barra Longa (MG), Resplendor (MG) e Linhares (ES). Rio de Janeiro; São Paulo: FGV, 2020j. Disponível em: http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/documentos/fgv/fgv_relattorio-tecnico_o-rompimento-da-barragem-de-fundao-na-perspectiva-da-administracao-publica-municipal.pdf. Acesso em: 13 maio 2023.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (FGV). *Parâmetros e Subsídios para a Reparação dos Danos Socioeconômicos dos Povos Tupiniquim e Guarani em Aracruz (ES)*. Rio de Janeiro; São Paulo: FGV, 2020k. Disponível em: http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/documentos/fgv/tupiniquim-e-guarani_parte-1.pdf. Acesso em: 13 maio 2023.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (FGV). FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (FGV). *Análise de agravos notificados às bases do DATASUS – Parte 1*. Rio de Janeiro; São Paulo: FGV, 2019a. Disponível em: http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/documentos/fgv/fgv_analise-de-agravos-notificados-as-bases-do-datasus-parte-1. Acesso em: 19 junho 2023.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (FGV). *Análise das Matrizes de danos no contexto da reparação do desastre do Rio Doce. Rio de Janeiro; São Paulo: FGV, 2019b*. Disponível em: http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/documentos/fgv/fgv_analise-das-matrizes-de-danos-no-contexto-da-reparacao-do-desastre-do-rio-doce.pdf. Acesso em: 19 junho 2023.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (FGV). Sítio virtual do Projeto Rio Doce — *Saúde: o desastre e suas consequências*. [s.d.]. Disponível em: https://projetoriodoce.fgv.br/sites/default/files/SAUDE-01-11.pdf . Acesso em: 14 abril 2023.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (FGV). Sítio virtual do Projeto Rio Doce — aba *O Desastre*. [s.d.]. Disponível em: https://projetoriodoce.fgv.br/o-desastre. Acesso em: 14 abril 2023.

FUNDAÇÃO RENOVA. *Boletim Jornada Extra*. Informações da Fundação Renova para a população de Barra Longa, Santa Cruz do Escalvado e Rio Doce. 2021. Disponível em: https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2021/11/Jornada-Alto-Rio-Doce-Extra-2021-out.pdf. Acesso em: 23 abril 2023.

GUIMARÃES, F. Lucro da Vale atinge R$ 121,2 bilhões em 2021, alta de 353% ante 2020. *CNN Brasil*. 24/02/2022. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/economia/lucro-da-vale-atinge-r-1212-bilhoes-em-2021-alta-de-353-ante-2020/. Acesso em: 26 novembro 2022.

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS (IEF). *Plano de Manejo do Parque Estadual do Rio Doce*. IEF, 2001. Disponível em:www.ief.mg.gov.br/component/content/article/306. Acesso em: 17 dezembro 2021.

INSTITUTOS LACTEC. *Diagnóstico socioambiental dos danos decorrentes do rompimento da Barragem de Fundão na bacia do rio Doce e região costeira adjacente. Acompanhamento de danos TOMO I – Contextualização*. 2021. Disponível em: https://www.mpf.mp.br/

grandes-casos/caso-samarco/documentos/relatorios-lactec/2021/tomo-i/volume-i/acompanhamento_tomo-i_vol-1_contextualizacao_parte1.pdf/view. Acesso em: 26 novembro 2022.

INSTITUTOS LACTEC. *Diagnóstico socioambiental dos danos decorrentes do rompimento da Barragem de Fundão na bacia do Rio Doce e região costeira adjacente*. Diagnóstico de danos: Resumo Executivo, 2020. Disponível em: https://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/documentos/relatorios-lactec/resumo-executivo-diagnostico. Acesso em: 28 outubro 2020.

INSTITUTOS LACTEC. *Caso Samarco: diagnóstico dos danos socioambientais*. 2019. Disponível em: http://diagnostico-riodoce.lactec.org.br/#/. Acesso em: 14 abril 2023.

INSTITUTOS LACTEC. *Parecer técnico n. 25. Parecer sobre a qualidade da água bruta e da água para o consumo humano*. 2019a. Disponível em: http://www.mpf.mp.br/grandescasos/caso-samarco/documentos/relatorios-lactec/lactec_parecer-tecnicon25_avaliacao-da-agua-bruta-e-da-agua-para-o-consumo-humano.pdf. Acesso em: 14 abril 2023.

INSTITUTOS LACTEC. *Relatório pós-desastre 2: meios físico e biótico – Geologia, solos, hidrologia e hidrosedimentologia, qualidade de sedimentos, unidades de conservação, flora e fauna*. Curitiba: Institutos Lactec, 2018.

INSTITUTOS LACTEC. *Folder Lactec Rios*. Curitiba: Institutos Lactec, XXXX. Disponível em: https://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/documentos/relatorios-lactec/folders-2020/folder-lactec-agua-dos-rios.pdf. Acesso em: 16 de agosto de 2023.

MELLO, I. Três anos depois, MG desativa só 5 de 54 barragens semelhantes a Brumadinho. *UOL*. 14 de janeiro de 2022. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2022/01/14/tres-anos-depois-mg-desativa-so-5-de-54-barragens-semelhantes-a-brumadinho.htm. Acesso em: 26 novembro 2022.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF). *MPF obtém decisão que proíbe pesca na Foz do Rio Doce por conta da lama da Samarco*. Espírito Santo: MPF, 19 de fevereiro de 2016. Disponível em: https://www.mpf.mp.br/es/sala-de-imprensa/noticias-es/mpf-obtem-decisao-que-proibe-pesca-na-foz-do-rio-doce-por-conta-da-lama-da-samarco. Acesso em: 17 abril 2023.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF). *Caso Samarco*. TAC Governança. (s.d.) Disponível em: https://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/atuacao-do-mpf/pareceres-e-relatorios. Acesso em: 20 junho 2023.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF). *Denúncia*. (s.d.) Disponível em: https://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/denuncia-samarco. Acesso em: 20 junho 2023.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF). *TAC Governança*. 25 de junho de 2018. Disponível em: https://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/documentos/tac-governanca/view. Acesso em: 20 maio 2022.

MUYLAERT, C. et al. Entrevistas narrativas: um importante recurso em pesquisa qualitativa. In: *Rev. Esc. Enferm. USP*, v. 48 (Esp2), p. 93-199, 2014.

PASSEGGI, M. C. Narrativa, experiencia y reflexión auto-biográfica: por uma epistemología del sur en educación. In: MURILLO, G. (comp.). *Narrativas de experiencia em educación y pedagogía de la memoria*. Buenos Aires: UBA, 2010.

PINTO, V. F. S.; PEREIRA, D. B. *Conflitos socioambientais e resistências no/do projeto hidrelétrico de Candonga*. Geografias, v. 1, n. 1, p. 70-85, 2005.

RAMBOLL. *Dossiê Reassentamento: impactos decorrentes da atuação da Fundação Renova no território (trincas, fissuras e rachaduras)*. Novembro de 2019. Disponível em: https://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/documentos/relatorios-ramboll/dossie_reassentamento_nov19.pdf. Acesso em: 26 abril 2023.

REED, M. S. Stakeholder participation for environmental management: literature review. *Biological Conservation*, v. 141, n. 10, p. 2.417-2.431, 2008.

TERRA, A. D. G.; MIRANDA, N.; CÂMARA, A. A. F. A insegurança hídrica no município de Governador Valadares (MG) decorrente do desastre tecnológico de Mariana (MG). In: *Anais da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia*. Brasília-DF, 2018.



Foto: Lalo de Almeida. Formação do Rio Doce

FGV EAESP
CENTRO DE ESTUDOS
EM SUSTENTABILIDADE

Estamos iniciando uma viagem bem diferente, em tempo tenso e nervoso, logo, nada divertida. Em nossa bagagem levamos marcas físicas e emocionais do desastre ocorrido em Mariana (MG), no dia 5 de novembro de 2015, o maior dos tempos atuais. Em nosso roteiro, por toda bacia do rio Doce, há algumas paradas para ouvir lamentos, minimizar sofrimentos, enxugar lágrimas e projetar o futuro.

ISBN: 978-85-8404-544-0

HUCITEC
EDITORA